



Adriana Alice Gomes

**O direito à participação de adolescentes
em acolhimento institucional a partir de
suas perspectivas**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial
para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Irene Rizzini

Rio de Janeiro
Maio de 2017



Adriana Alice Gomes

**O direito à participação de adolescentes
em acolhimento institucional a partir de
suas perspectivas**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Irene Rizzini

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profª Andréia Clapp Salvador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profº Marcelo Tadeu Baumann Burgos

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Profº Paulo Cesar Rodrigues Carrano

UFF

Profª Ebe Campinha dos Santos

Universidade do Grande Rio

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2017

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Adriana Alice Gomes

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Castelo Branco, em 1995. Trabalhou como assistente social na área de política social pública voltada para a infância, adolescência e a juventude, de 1996 a 2007. Concluiu o mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 2010. Foi professora auxiliar do curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco, de 2010 a 2013 e, professora colaboradora do curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO, de 2010 a 2015. Atuou nos Projetos de Extensão Universitária, no Laboratório de Extensão e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (LEPPSS) desta universidade, vinculado a área de Saúde, Educação, Direitos Humanos e Controle Social, de 2010 a 2013. Atualmente é integrante do grupo de pesquisa Violência, Infância e Juventude na América Latina, do diretório de pesquisa CNPq.

Ficha Catalográfica

Gomes, Adriana Alice

O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas / Adriana Alice Gomes; orientadora: Irene Rizzini. – 2017.

222 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Adolescentes. 3. Direitos. 4. Participação. 5. Acolhimento Institucional. I. Rizzini, Irene II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Dedico este trabalho aos adolescentes que participaram e muito contribuíram para a construção desta pesquisa, com os quais apreendi que desejam fazer a vida melhorar mesmo diante de tantas adversidades e de trajetórias tão sofridas.

Agradecimentos

À Deus pelo dom da vida, da perseverança e da sabedoria, me permitindo trilhar esse caminho, repleto de desafios e descobertas.

Ao meu marido, que de forma paciente acompanhou cada passo dessa caminhada, principalmente me ouvindo incansavelmente durante o curso dessa tese e ao meu filho, que representa a luz da minha vida, para quem dedico todos os meus esforços para a obtenção de uma melhor qualidade de vida. Foi de fundamental importância contar com o amor de vocês.

Aos meus pais: Sebastião, por todo apoio, amor, carinho e pelo seu investimento na minha vida e educação; e Doralice que a sua maneira peculiar se orgulha pelo meu investimento nos estudos.

Aos meus irmãos: Augustinho, mais que irmão, um filho! Amigo e companheiro de todas as horas, pelo amor que nos une sempre; e Daniel, pelos nossos vínculos afetivos e por ser sempre tão carinhoso e amável comigo.

À minha sogra, pelo o amor com o qual me presenteou. Você é um exemplo de vida, de luta em prol da família, dos filhos, do neto!

Às minhas cunhadas, presente de Deus, minhas irmãs. Josiane, pela escuta sempre tão atenciosa nos momentos que precisei; e Angela pelo seu carinho e amizade.

À minha pequena sobrinha Luiza, pelo simples fato de existir e fazer parte da minha vida.

À amiga Debora, pelo o carinho, a escuta e as reflexões sempre cuidadosas.

À minha orientadora, professora Irene Rizzini, que admiro muito, por compartilhar sempre os seus conhecimentos, pelas reflexões atentas, a leitura criteriosa e a dedicação que sempre norteou o processo de orientação.

Aos professores Paulo Carrano e Ebe Campinha, que participaram da Banca Examinadora, e contribuíram com suas reflexões e orientações para realização desta tese.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC, pelos ensinamentos transmitidos.

Às professoras Andreia Clapp e Luiza Helena que me motivaram a investir na trajetória acadêmica enquanto fui supervisora de estágio dos seus alunos da graduação em Serviço Social.

À CAPES pelo apoio recebido durante esse processo, o qual foi de fundamental importância para a realização dessa pesquisa.

Às assistentes sociais e psicólogas das instituições pesquisadas pela forma acolhedora que me receberam.

Resumo

Gomes, Adriana Alice; Rizzini, Irene. **O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas.** Rio de Janeiro, 2017. 222 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese tem por objetivo discutir como os direitos de participação se exprimem no cotidiano dos adolescentes em serviço de acolhimento institucional. Investigamos, partindo das suas perspectivas, se existem espaços e/ou possibilidades de participação e de que forma ela ocorre nas decisões que os envolvem nas suas rotinas e dinâmicas cotidianas. Este estudo tem como ponto de partida a mudança de paradigma sobre a concepção de infância a partir da doutrina de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. A pesquisa, de natureza qualitativa, se deu em três instituições de acolhimento no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas realizadas com 16 adolescentes destas instituições, priorizando suas narrativas. Os dados demonstraram que são pouco informados e ouvidos no dia-a-dia do acolhimento. Planejam-se ações sobre suas vidas sem a efetiva participação deles. Em sua maioria, desconheciam informações básicas sobre seu destino, como por exemplo, para qual instituição iriam, o real período de permanência nesta situação e o que iria lhes acontecer. O “viver” em acolhimento lhes provocou sentimentos de medo em relação ao mundo externo às instituições. Por outro lado, observamos que, mesmo dentro de dinâmicas institucionais definidas pelos adultos, e assumindo um nível muito mais consultivo do que participativo, os adolescentes afirmaram ter participado, por pouco que seja, da organização de algumas rotinas e em alguns aspectos relativos às suas situações jurídicas. Depreende-se deste estudo que a participação efetiva, na qual possam influir diretamente na negociação e tomada de decisões da vida institucional permanece como desafio.

Palavras-chave

Adolescentes; Direitos; Participação; Acolhimento Institucional.

Abstract

Gomes, Adriana Alice; Rizzini, Irene (Advisor). **Adolescents in institutional care and their perspectives about their right to participate.** Rio de Janeiro, 2017. 222 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The purpose of this thesis is to discuss how participation rights are expressed in the daily life of adolescents in institutional care. We investigated, from their perspectives, if there were spaces and possibilities of participation and how participation occurred in the decisions that involve them in their daily routines and dynamics. This study has as starting point the paradigm shift on the conception of childhood based on the doctrine of Integral Protection to the Child and the Adolescent, through the promulgation of the Federal Constitution of 1988 and of the Statute of the Child and the Adolescent of 1990. Qualitative research (,) took place in three institutions of reception in the municipality of Duque de Caxias, in Rio de Janeiro. Data collection was performed through participant observation and semi - structured interviews with 16 adolescents from these institutions, prioritizing their narratives. The data showed that adolescents are poorly informed and heard in their daily lives. Actions are planned over their lives without their effective participation. For the most part, they were unaware of basic information about their destiny, for example, what institution they would go to, the actual length of stay in this situation and what would happen to them. The fact that they lived in institutions for so long resulted in feelings of fear towards the external world. On the other hand, we observe that, even within institutional dynamics, defined by adults, and assuming a level that is much more consultative than effective participation, listening has occurred as they organized some routines and in some aspects related to their Legal situations. However, effective participation, in which they can directly influence negotiation and decision-making, remains a challenge.

Keywords

Adolescents; Rights; Participation; Institutional Care.

Sumário

Introdução – A aproximação com o objeto e os trajetos da pesquisa	18
1. Adolescências, juventudes e o direito à participação	35
1.1. Adolescências e juventudes em sua pluralidade	36
1.2. Direito à participação de adolescentes	47
1.3. Os adolescentes em serviços de acolhimento institucional	56
2. A condição de sujeitos de direitos no processo de acolhimento institucional	67
2.1. Das antigas práticas ao acolhimento: um terreno em transformação a partir do ECA 1990	68
2.2. Os parâmetros da política de atendimento da criança e do adolescente	75
2.3. O caráter da assistência social frente aos parâmetros da política de Atendimento da Criança e do Adolescente	79
2.4. Novas diretrizes sobre o acolhimento	89
3. O processo de construção e desenvolvimento da pesquisa	93
3.1. Percurso metodológico	93
3.1.1. Procedimentos de coleta e análise de dados	96
3.1.2. Revisão da literatura	98
3.1.3. Considerações éticas	104
3.1.4. Contato, apresentação e consentimento para a pesquisa	105
3.1.5. Limitações da pesquisa	106
3.2. Contextualização do município de Duque de Caxias	107

3.3.	As instituições de acolhimento que atendem adolescentes no Município de Duque de Caxias: conhecendo o campo empírico	114
4.	“Se eu pudesse escolher não comeria rosquinhas”: conversando com os adolescentes sobre suas vivências no acolhimento e os desafios à participação	128
4.1.	Os adolescentes que participaram da pesquisa e suas histórias	129
4.2.	As perspectivas dos adolescentes sobre o acolhimento institucional	154
4.3.	A participação dos adolescentes nas decisões que os afetam no cotidiano institucional	161
4.3.1.	Inserção na instituição	161
4.3.2.	Rotina e regras	166
4.3.3.	Convívio com a família e grupo de amigos	179
4.3.4.	Preparação para a vida fora da instituição	186
5.	Considerações finais	190
6.	Referências bibliográficas	198
7.	Apêndices	208
7.1.	Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido	208
7.2.	Apêndice 2 – Termo de assentimento	212
7.3.	Apêndice 3 – Apresentação de intenção de pesquisa	218
7.4.	Apêndice 4 – Roteiro preliminar de entrevista com técnicos ou coordenadores	220
7.5.	Apêndice 5 – Grupo de aproximação com os adolescentes	222

Lista de tabelas

Tabela 1 -	Instituições que encaminham os adolescentes, Duque de Caxias, 2015	119
Tabela 2 -	Instituições com as quais mais se relacionam Duque de Caxias, 2015	120
Tabela 3 -	Número de adolescentes por dormitórios, Duque de Caxias, 2015	124
Tabela 4 -	Número de vagas por instituição, Duque de Caxias, 2015	124
Tabela 5 -	Equipe de trabalho por instituição, Duque de Caxias, 2015	126

Lista de quadros

Quadro 1-	Assuntos presentes nos artigos, dissertações e teses	100
Quadro 2-	Instituições de acolhimento, Duque de Caxias, 2015	115
Quadro 3-	Caracterização dos adolescentes e seu ingresso em acolhimento institucional, Duque de Caxias, 2015 e 2016	131
Quadro 4-	Trajetória em instituições de acolhimento e de rua dos adolescentes, Duque de Caxias, 2015 e 2016	145
Quadro 5-	Como os adolescentes em acolhimento consideram sua cor, Duque de Caxias, 2015 e 2016.	148
Quadro 6-	Situação de vínculo familiar e recebimento de visitas dos adolescentes, Duque de Caxias, 2015 e 2016	152

Lista de figuras

Figura 1-	Bairros e Distritos de Duque de Caxias	108
Figura 2-	Desenho 1	128
Figura 3-	Desenho 2	154
Figura 4-	Desenho 3	159
Figura 5-	Desenho 4	166
Figura 6-	Desenho 5	176

Lista de abreviações e siglas

AJDSH	Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMRJ	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado em População de Rua
CEPERJ	Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CIESPI/PUC-Rio	Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a PUC-Rio
CINDEDI	Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil
CLAVES/ENSP-FIOCRUZ	Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli da Escola Nacional de Saúde Pública – Fundação Oswaldo Cruz
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CR HOMEM	Centro de Referência do Homem
CR MULHER	Centro de Referência da Mulher
CTCA	Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JIJ	Juizado da Infância e da Juventude
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LEPPSSS	Laboratório de Extensão e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
MCA	Módulo Criança e Adolescente
MPRJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
ONGS	Organizações Não Governamentais
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Proteção e Defesa ao Direito da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROJOVEM-Adolescente	Programa Integrado de Juventude
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
SAI	Serviço de Acolhimento Institucional
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
SAS	Serviço de Atendimento Social

SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMTR	Secretaria Municipal de Trabalho e Renda
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TCU	Tribunal de Contas da União
UNCRC	Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

Introdução – A aproximação com o objeto e os trajetos da pesquisa

O tema escolhido para esta pesquisa refere-se ao direito à participação dos adolescentes¹ em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas. O objetivo central foi de analisar se existem possibilidades e/ou espaços de participação nas decisões que envolvem o cotidiano adolescente, em serviço de acolhimento, nas instituições do município de Duque de Caxias. O interesse por este tema surgiu de reflexões e questionamentos construídos durante a minha trajetória profissional e acadêmica.

A escolha pelas instituições de acolhimento de Duque de Caxias se deu principalmente por minha inserção profissional, atuando como professora do curso de Serviço Social e nos Programas de Extensão Universitária, na preceptoría de estágio na Universidade Unigranrio, naquele município. Observei que a realidade dos adolescentes em serviços de acolhimento institucional foi gradativamente ocupando e ampliando minhas preocupações e questionamentos, que já haviam sido iniciados durante minha trajetória profissional nestes serviços. A pouca “visibilidade” ou “invisibilidade” deles, assim como a pouca oportunidade de participar das decisões referentes à sua vida cotidiana nestas instituições, me motivou a melhor conhecer essa realidade que mostrava-se tanto nos encontros e nas visitas da Comissão de Garantia de Direitos, da qual eu integrava no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Duque de Caxias, quanto nos debates em sala de aula, nas disciplinas que ministrava na referida Universidade (Estágio Supervisionado em Serviço Social e Orientação de Monografia).

No percurso da pesquisa, autores com reconhecida relevância em estudos sobre a juventude, tanto no âmbito nacional como internacional, trouxeram

¹ Conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), a população na faixa de 12 a 18 anos é denominada de ‘adolescente’. Para fins deste estudo, iremos trabalhar com a população na faixa etária de 15 a 18 anos e adotaremos a terminologia adolescente. No entanto, de acordo com o Estatuto da Juventude (2013) a população na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade é considerada jovem. Desta forma, iremos também nos referenciar em autores que discutem a juventude, guardadas a distinção, registradas as similaridades e complementaridades.

importantes contribuições. Dentre estes, destacamos: O sociólogo português José Machado Pais, investigador e coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor Catedrático convidado do ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa, e Paulo Cesar Rodrigues Carrano, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFF e coordenador do Grupo de Pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro.

Neste estudo me aproximei das reflexões destes autores para entender alguns aspectos que marcam a vivência da juventude na sociedade contemporânea, me afastando de análises que restrinjam a compreensão dos jovens na sociedade como uma classe social, ou grupo homogêneo. Procurei assim, da mesma forma que Pais (1990) e Carrano (1999) compreender os jovens em sua pluralidade e diversidade, podendo se distinguir por suas várias formas de existência nos diferentes contextos e espaços, nos quais se encontram inseridos, como será discutido nos capítulos 1 e 4.

Priorizei estudar os adolescentes em seu cotidiano nestas instituições, lançando um olhar atento em direção às várias situações que vivenciavam, procurando entendê-los na sua integralidade, considerando as suas singularidades e particularidades. Desta forma, minha proposta era ir além do fato de serem ou não ouvidos, mas de que forma são ouvidos e opinam nas suas atividades cotidianas. Isso significa estar com eles e dar-lhes visibilidade, consistindo numa reflexão que vem me acompanhando desde o início dos meus estudos neste âmbito.

A aproximação com o objeto pesquisado

Desde 1992 venho pesquisando a complexidade da área da criança, do adolescente e da juventude, a partir dos estudos iniciados no curso de graduação em Serviço Social. Esse foi, inclusive, objeto do meu estágio supervisionado e do meu trabalho de conclusão de curso.

A minha atuação profissional como assistente social em serviço de acolhimento institucional, nas instituições: Fazenda Modelo, CEMASI Maria

Teresa Vieira e Task Brasil Trust² se deu no período de 1996 a 2008. A experiência profissional nestas instituições possibilitou-me refletir em profundidade sobre como vivem os adolescentes institucionalizados, suas perspectivas, seus anseios e como suas vivências em acolhimento se expressam no seu cotidiano. Do mesmo modo, tive a oportunidade de conhecer muitos adolescentes e jovens, suas trajetórias complexas de vida, suas experiências nas comunidades onde residiam ou já residiram. Esta experiência teve o especial significado de me sensibilizar sobre suas vidas e o que tinham a contar.

Neste mesmo período tive a oportunidade de atuar como professora, ministrando cursos sobre as temáticas juventude e cidadania aos jovens inseridos no Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (AJDSH), na instituição Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)³. Nessa atuação surgiram algumas reflexões e indagações, referentes a escassez ou inexistência de possibilidades da participação dos adolescentes nos processos de mudanças nas políticas sociais públicas voltadas para eles, assim pela descontinuidade de ações nesse âmbito. Essas reflexões foram desenvolvidas na minha pesquisa de mestrado, no período de 2008 a 2010, intitulada: *Política Social Pública e Juventude: análise dos processos de continuidade e descontinuidade*⁴. Nesta pesquisa analisei os processos de continuidade e descontinuidade dos programas sociais voltados para o segmento social da juventude, em âmbito de política social pública, focalizando o processo de reformulação ocorrido a partir de 2008 do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (AJDSH) para o Programa Integrado de Juventude (PROJOVEM-Adolescente). Das questões chave dessa pesquisa, cabe destacar a análise do processo decisório referente a reformulação ocorrida nesse programa, e, principalmente se os jovens foram ouvidos e se tiveram alguma

² A Fazenda Modelo é uma instituição pública municipal, inicialmente vinculada a Secretaria Municipal de Habitação e posteriormente a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada em Ilha de Guaratiba, no RJ. O CEMASI abrigo Maria Teresa Vieira é uma instituição pública municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, na Praça da Bandeira, no RJ. A Task Brasil Trust é uma organização não governamental (ONG) inglesa, sediada no Brasil em Santa Teresa, no RJ.

³ O CIEDS é uma organização não governamental (ONG), localizada no centro do RJ. Nessa época possuía parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social do RJ.

⁴ Dissertação de Mestrado defendida no ano de 2010, vinculada ao Departamento de Serviço Social da PUC/RJ sob a orientação da professora Doutora Irene Rizzini.

participação nestes processos. Os resultados apontaram que o programa Agente Jovem possuía algumas características de relevância e efetividade que o levaram a alguma continuidade. Embora tenha perdido sua identidade inicial e algumas ações tenham sido descontinuadas, serviu de base para o programa ProJovem Adolescente. Constatou também que os próprios jovens, assim como os profissionais que atuavam nesse programa não participaram ou foram sequer consultados. Somente foram comunicados após a concretização das reformulações ocorridas. Nesse sentido, a lacuna quanto aos direitos à participação dos adolescentes indicada na pesquisa de mestrado e as reflexões que venho construindo em minha atuação profissional direcionaram o foco das minhas preocupações e reflexões especificamente ao direito de participação dos adolescentes nas questões que os envolvem no seu cotidiano em serviços de acolhimento institucional.

Estas preocupações e reflexões sobre os adolescentes em acolhimento institucional continuaram a me acompanhar, inclusive quando iniciei minha experiência como docente do curso de Serviço Social, lecionando de 2010 a 2013 na universidade Castelo Branco e de 2010 a 2015 na Universidade Unigranrio. Nessa última tive a oportunidade de participar como preceptora de estágio dos Projetos de Extensão Universitária no Laboratório de Extensão e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (LEPPSSS) ⁵, na área da Saúde, Educação, Direitos Humanos e Controle Social. Pude atuar também no âmbito da juventude, no programa Cidadania e Educação, atendendo aos discentes da referida universidade, assim como aos alunos inseridos no Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), na rede pública municipal de ensino, no município de Duque de Caxias. Além disso, em função da minha preocupação pela busca da garantia dos direitos da criança e do adolescente participei do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Duque de Caxias e fui conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste município, representando a sociedade civil, no período de 2012 a 2015. Nessa experiência fiz parte da Comissão de Garantia de Direitos, podendo assim, além de outras

⁵ Esse Laboratório é vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - Unigranrio.

competências da mencionada comissão, realizar visitas institucionais aos serviços de acolhimento naquele município.

Outra oportunidade de estar bem próxima a realidade destes adolescentes acolhidos refere-se à experiência como docente da Universidade Unigranrio, no município de Duque de Caxias. Por meio das disciplinas de Seminário de Monografia e de Estágio Supervisionado em Serviço Social, pude realizar debates com os alunos sobre possíveis problemas de pesquisa, dentre os quais muitas reflexões sobre a atuação deles como estagiários de serviço social nestas instituições de acolhimento de Duque de Caxias.

Essa trajetória profissional, conjugada aos resultados da análise empreendida na dissertação de mestrado, constituíram uma base sólida para a pesquisa de doutorado, sendo norteadas a partir de um conjunto de questionamentos que exponho a seguir.

Questões norteadoras da pesquisa

O acolhimento institucional é uma medida de proteção, de caráter provisório e excepcional com o objetivo de reintegração familiar e deve buscar mecanismos de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Por vezes, o atendimento ultrapassa a sua função inicial e mantém o acolhimento por longos períodos. Nesse sentido, crianças e adolescentes passam anos de sua vida nestas instituições. Será que ao chegarem à instituição são informados sobre sua situação e quanto ao real período de permanência? O que aconteceu com eles, para serem afastados do convívio familiar e comunitário e serem encaminhados aos serviços de acolhimento?

A inserção dos adolescentes nestas instituições, de acordo com Rizzini, at al (2007) pode ser vivenciada como uma situação difícil, que envolve trajetórias complexas de vida, rupturas e afastamento da sua referência familiar. Permanecer em acolhimento seria uma violação de seus direitos ao convívio familiar? A resposta é mais complexa do que pode parecer. Existe um processo de diálogo anterior ao acolhimento, envolvendo os aspectos de como será e para qual instituição irão? São esclarecidos sobre as suas dúvidas, quanto ao que lhes irá acontecer? Como é para os adolescentes viver em instituições de acolhimento?

Tomando por base a Convenção das Nações Unidas pelos Direitos da Criança (1989) como um documento legitimador do direito à participação de crianças e adolescentes, sustentamos que no acolhimento institucional devem ter este direito, principalmente nos aspectos referentes às suas vidas e nas atividades cotidianas na instituição.

Uma série de outras perguntas emergem. Destacamos algumas: Quais as possibilidades que o/as adolescentes possuem para expressarem suas opiniões? Participam dos processos decisórios nas questões que os afetam no cotidiano institucional, quanto a sua rotina na instituição e a construção do seu planejamento de vida? São ouvidos pela equipe da instituição e nas audiências realizadas pela Vara da Infância, Juventude e do Idoso nas questões relativas ao seu convívio na instituição, com sua família e grupo de amigos? Há uma outra questão grave e pouco debatida, que muito os aflige: Estes adolescentes estão na faixa etária de 15-18 anos e ao se aproximarem dos 18 anos, o que será deles? Para onde irão? Estão preparados para a vida fora das instituições? Ou estão simplesmente por longos períodos esquecidos nessas instituições, com pouca ou nenhuma visibilidade na sociedade?

Problematizando o objeto de estudo

Ao longo do tempo as crianças e os adolescentes têm passado por práticas pautadas pela sua não escuta, tendo suas experiências ignoradas, visto as marcas autoritárias que prevaleceram historicamente no atendimento à infância e à adolescência pobre no país. Desde a promulgação do ECA em 1990 e de novas leis e normativas estabelecidas nos últimos anos, mudanças vem ocorrendo nesse âmbito com o objetivo de promover o direito das crianças e dos adolescentes. Atualmente, de acordo com o artigo 12 da Convenção dos Direitos da Criança (1990), todos os assuntos que os afetam devem considerar a sua opinião, de acordo com sua idade e maturidade. Isto nos remete a ideia que os adolescentes devem ser informados, consultados e ouvidos, considerando a possibilidade de se expressarem, sendo reconhecidos como sujeitos de direitos. No entanto, alguns aspectos de resistência e dificuldades permeiam esse processo, constituindo-se como desafios.

Alguns autores vêm se dedicando a aprofundar o conhecimento sobre esses desafios. A partir da revisão crítica da literatura acadêmica empreendida na fase inicial desta tese, identifiquei a pesquisa de Rossetti-Ferreira et al. (2011), cuja análise reconhece as mudanças no âmbito da legislação como avanços, sustentando que as crianças e os adolescentes têm voz. No entanto, para ela a questão que se apresenta é se eles estão sendo escutados e se o que dizem está sendo levado em consideração. A pesquisa de Junqueira (2012), encontrou que nos processos de acolhimento institucional, muitas vezes prevaleceu à máxima de que os desejos, anseios e opiniões desses sujeitos estariam, a rigor, descritos através dos relatórios formulados pela equipe técnica que os acompanhava em detrimento a própria possibilidade de serem colocados por eles próprios.

Outro aspecto que pude observar refere-se em grande medida a receberem um conjunto de ações pré-estabelecidas que não atende aos seus interesses, o que pode contribuir para não possuírem o sentimento de pertencimento àqueles grupos nas instituições e resultar em evasões e rotatividade pelas instituições de acolhimento. O índice considerável de reintegrações familiares sem êxito, culminando no retorno para esta medida protetiva também contribui para a rotatividade deles nestas instituições. Além disso, devido a serem adolescentes, possuem chances bem reduzidas ou quase inexistentes para colocação em família substituta, por meio de adoção. O Relatório Situação da Adolescência Brasileira (UNICEF, 2011), ao se referir aos adolescentes em situação de acolhimento afirma: “(…) à medida que aumenta a idade, diminuem as possibilidades de retorno à convivência familiar (pesquisas sobre o tema indicam que a reintegração na família, a adoção, a colocação em família substituta ou outras formas de acolhimento são mais comuns para as crianças mais novas)” (p.36).

No tocante as dificuldades para o processo de reintegração familiar, estas podem estar relacionadas ao contexto econômico, social e político da sociedade brasileira que traz rebatimentos para essas famílias, por meio da precarização das condições de trabalho e vida da população. Estes fatores conjugam-se à dificuldade de articulação entre as políticas sociais para que possam atender as famílias e seus filhos na própria comunidade em que residem após a reintegração familiar. A Pesquisa de Rossetti-Ferreira et al (2011) identificou que muitas famílias além das dificuldades econômicas, não conseguem acesso a vagas em

escolas próximas de sua casa, vagas para os atendimentos de saúde no momento em que precisam, permanecendo em filas de espera.

Nesse processo, compreende-se que os serviços que compõem a rede do Sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar, Juizado da Infância e da Juventude, dentre outros), devam atuar de forma integrada para que as famílias sejam atendidas nos seus direitos e sejam acompanhadas. Entretanto, apesar de fundamental importância, existem nesse ponto também desafios para sua efetivação.

Um outro desafio refere-se aos contextos de pobreza nos quais vive a maioria das famílias destes adolescentes. Segundo a análise do IBGE (2016) as faixas mais baixas de rendimentos em salários mínimos estão concentradas na população com rendimento domiciliar per capita de até $\frac{1}{4}$ e entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo, correspondendo assim, às famílias em situação de pobreza. Conforme essa mesma análise quanto às condições de vida da população brasileira houve variação da taxa de famílias com renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo nos anos de 2013, 2014 e 2015. A distribuição percentual dessas famílias em 2013 era de 8,5%. No ano de 2014 ocorreu um pequeno declínio em relação ao anterior apresentando 8% do rendimento, entretanto em 2015 o número elevou-se para 9,2%, ocorrendo assim, um aumento da precarização das condições de vida dessas famílias.

Desta forma, ao passo que existe um discurso recorrente de direitos, a realidade aponta para a clara presença de desigualdades socioeconômicas. Segundo Rizzini, “defende-se os direitos que as crianças e adolescentes têm à convivência familiar e comunitária, porém não lhe asseguram sequer condições mínimas para que possam sobreviver dignamente e permanecerem nos seus lares” (2003, p.12). São adolescentes que circulam constantemente entre suas famílias, comunidades de origem, ruas e instituições de acolhimento institucional.

Sabe-se, ainda, que com frequência, estes adolescentes permanecem institucionalizados por longos períodos. Alguns deles lá estão desde que eram crianças, a despeito das orientações contrárias a essa prática. De acordo com a lei 12010/2009 a permanência máxima da criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente

fundamentada pela autoridade judiciária”. De acordo com o Censo realizado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ, 2014) a partir dos dados constantes no Módulo Criança e Adolescente (MCA)⁶ até 31/12/14, no que se refere ao tempo de institucionalização, das 114 (100%) crianças e adolescentes que se encontravam em regime de acolhimento institucional ou familiar, no município de Duque de Caxias, verificou-se que 49 (42,98%) estavam acolhidas há mais de 2 anos.

A constatação do Levantamento Nacional (2013) em comparação à pesquisa do IPEA/Conanda (2004) indica uma redução de 52,6% para 30,4% de crianças e dos adolescentes que permaneciam entre dois e cinco anos, e 19,7% para 11,9% daqueles que se encontravam por mais de seis anos acolhidos no Brasil. Nesta mesma direção, o Censo do MPERJ registra que houve uma redução do tempo de acolhimento no Estado do Rio de Janeiro, contudo ainda, existindo em 2014, 33,9% acolhidos no período superior a 2 anos.

Observamos a partir desses indicativos que ainda existe um quantitativo significativo de crianças e adolescentes que permanecem acolhidos por longos períodos. Durante uma visita institucional realizada como parte do trabalho de campo desta pesquisa, um dos adolescentes contou: “Fia vim pra abrigo quando eu era desse tamanho assim, aí passei por um monte de abrigos, que nem lembro quantos, acho que tinha 7 anos quando vim à primeira vez pra abrigo” (O Capoeirista, 2016). Hoje este adolescente está com 15 anos e passou mais da metade de sua vida institucionalizado. Será que está preparado para a vida fora da instituição? Apesar das mudanças no âmbito da legislação, essa situação remete historicamente ao sistema de internato à criança e ao adolescente pobre, quando se produziu, segundo Rizzini (..) o chamado “menor institucionalizado”- jovens estigmatizados, que apresentaram grande dificuldade de inserção social após anos de condicionamentos a vida institucional” (2011, p.21). A esse respeito pude observar na presente pesquisa que muitos destes adolescentes possuem

⁶ Acesso em 20/02/15 WWW.mca.mp.rj.gov. O MCA consiste num sistema eletrônico via internet, criado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que busca cadastrar todas as informações relativas a crianças e adolescentes inseridos em regime de acolhimento institucional e familiar (programa família acolhedora) neste Estado. O sistema é alimentado pelas entidades de acolhimento institucional e familiar, os Conselhos Tutelares, as Promotorias de Justiça e os Juízos da Infância e Juventude.

dificuldades em lidar com rotinas do dia-a-dia por se tornarem dependentes dessas instituições, desde atividades mais simples até as mais complexas, apresentando um sentimento de medo e insegurança quando pensam na possibilidade de sair da instituição ao completarem 18 anos.

Pesquisas recentes indicam que os adolescentes em serviços de acolhimento institucional em sua maioria são pobres, negros e já permaneceram ou estiveram em situação de rua. De acordo com os dados referentes ao acolhimento institucional no município de Duque de Caxias, disponíveis no censo realizado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ, 2014), podemos observar também dentre os motivos que levaram ao acolhimento institucional, àqueles relacionados a pobreza e a precarização das condições de vida da família. O Levantamento Nacional das Crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013) constatou com relação à cor da pele/etnia que “41,1% das crianças e dos adolescentes são referidos institucionalmente como brancos, 18,9% como pretos, 38,7% como pardos, 0,3% como amarelos, e 0,4% foram referidos como de etnia indígena” (2013, p.165). Levando em consideração a soma do percentual de crianças e adolescentes pretos e pardos (57,6%), pode-se observar que estes se constituem na maioria.

Nesta direção, os adolescentes em acolhimento institucional, assim como os demais adolescentes pobres e negros que não estão em acolhimento, mas já estiveram, moram nas periferias ou encontram-se em cumprimento de medida sócio educativa, integram o embate contemporâneo em curso quanto à redução da maioria penal. Apesar dos avanços, como a Constituição Federal de 1988 e o ECA (1990), tais questões, em muito manipuladas pela mídia, e alguns segmentos conservadores, ganham força frente a um sentimento de insegurança social presente na sociedade, sendo a eles atribuídos a “culpabilização” e canalizados em uma forma equivocada de resolutividade da violência. Impera no senso comum uma visão estereotipada e estigmatizante que relaciona com frequência os adolescentes pobres, negros e moradores de periferias como “menores” e “delinquentes” sendo os principais autores da violência e uma ameaça à sociedade.

Os estudos que analisam a trajetória histórica⁷ do atendimento a infância e a juventude pobres no Brasil trazem subsídios relevantes ao entendimento de como a sociedade via e ainda vê esse segmento social, nos dias de hoje. Isto remete-nos a reflexão de que o passado, não “está passado”, mas ainda se faz presente pela regressão de direitos que o debate atual sobre a redução da maioria penal representa. Da mesma forma, depreende-se que vigoram resquícios de velhos paradigmas nas práticas voltadas aos adolescentes em serviços de acolhimento institucional, apesar dos dispositivos jurídicos legais se constituírem de importante instrumento de cidadania.

Parece predominar no presente no âmbito da opinião pública uma associação do aumento da violência como sendo de responsabilidade dos adolescentes, com um forte apelo da mídia, principalmente quando ocorrem crimes que tenham a participação deles. Reforça-se então a percepção de que constituem uma ameaça à sociedade. Assim, vinculado a um quadro político conservador em voga no poder legislativo, retoma-se a proposta de redução da maioria penal, provocando um debate público sobre alteração de medidas legais em razão do envolvimento de adolescentes em situações de criminalidade. Há, portanto atualmente, um questionamento quanto inimizabilidade penal estabelecida na Constituição Federal de 1988 e no ECA (1990), como também sobre a aplicação de medidas sócio educativas previstas no Estatuto, aos adolescentes autores de atos infracionais.

A proposta de redução da maioria penal atua na contramão dos direitos sociais conquistados na normativa nacional e na normativa internacional, a qual a legislação brasileira está alinhada. Estas normativas trazem importantes mudanças no âmbito das políticas e práticas voltadas para os adolescentes em conflito com a lei, cabendo destacar a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) como principal instrumento de proteção de direitos humanos a essa população; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude (Regras de Beijing, 1988); Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de Riad, 1990)

⁷ Os estudos históricos são de extrema relevância e podem ser encontrados em Rizzini (1997, 2000, 2004, 2007 e 2011).

e Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990).

Os acordos de direitos humanos postulam que os adolescentes que tenham infringido a lei penal devem ser responsabilizados por seus atos no âmbito de um sistema especializado de justiça. Nesse sentido, no Brasil o ECA (1990) considera a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento e institui medidas socioeducativas para adolescentes autores de ato infracional, reconhecendo a exigência de respostas e intervenções distintas por parte do sistema jurídico entre adolescentes e adultos. No entanto, os defensores da redução da maioridade penal não consideram a existência dessa justiça especializada, sob a alegação de que as medidas legais hoje existentes são brandas, desconsiderando a precariedade das instituições que os atendem, assim como, as condições de vida que os adolescentes autores de atos infracionais estão inseridos, como a presente situação de violações de direitos: à educação, saúde, alimentação, moradia, dentre outros.

Tramitam atualmente no Congresso Nacional diferentes propostas de lei de responsabilidade penal de adolescentes e, especificamente, o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 171/93, que propõe alterar o art. 228 da Constituição Federal brasileira de forma a estabelecer a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. De acordo com relatório da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ (2015) após uma manobra regimental comandada pelo presidente da Câmara dos Deputados naquela ocasião (Eduardo Cunha), a PEC 171/93 foi aprovada, sendo necessário ainda a apreciação e votação do Senado para ser promulgada.

No entanto, ao contrário do que discutem os defensores da proposta de redução da maioridade penal, pesquisas confirmam que os adolescentes são muito mais vítimas do que autores da violência. O Mapa da Violência (2015) demonstra que entre os jovens de 15 a 29 anos houve um crescimento da mortalidade por armas de fogo, passando de 4.415 vítimas em 1980, para 24.882 em 2012, o que em 1980 era de 12,8 óbitos por 100 mil jovens cresce para 47,6 em 2012, havendo um crescimento de 272,6%.

Cabe ressaltar que o número de homicídios aumenta de acordo com alguns fatores como idade, gênero e raça. Verifica-se que existe uma grande concentração de mortes entre os jovens, assim como, que a probabilidade é bem

maior para os jovens do sexo masculino do que o feminino, assim como para os negros do que os brancos. O Mapa da Violência 2015, demonstra essa grande concentração de mortalidade no ano de 2012 nas idades jovens, com pico nos 19 anos de idade, quando os óbitos atingem 62,9 mortes por 100 mil jovens. Mostra também para o sexo masculino, um total de 23.648 óbitos e 1.233 para o sexo feminino. No que diz respeito à raça, constatou-se 5.350 de brancos e 17.800 de negros por 100 mil jovens.

Segundo o relatório da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ (2015) com base em dados divulgados pelo próprio Degase, a maioria dos jovens cumprem medidas socioeducativas devido ao crime de tráfico de drogas. Mais de 40% deles praticaram algum tipo de roubo ou furto, mas apenas 5% foram apreendidos com alguma arma letal.

Os dados, portanto, mostram que essa população é a maior vítima da violência, observando-se assim que também vivencia os problemas em torno da violência urbana, como mortes por armas de fogo pela falta de eficácia da segurança pública. Sem contar o despreparo dos policiais e a forma violenta que lidam com esses jovens. De acordo com Carrano *“(...) os jovens moradores de morros, favelas e espaços periféricos da cidade (...) também vivem a crueldade da presença de agentes policiais que agem violenta e corruptamente nessas comunidades, simultaneamente violentas e violentadas”* (2011, p.17).

Contudo, sem uma análise da complexidade da questão e com uma cultura punitiva se criminaliza e desqualifica a população jovem, pobre, negra, moradora das periferias e em cumprimento de medida sócio educativas, incluindo nesse contexto os adolescentes inseridos em serviço de acolhimento institucional. Estes são os principais desafios enfrentados por essa população na atualidade.

A Pesquisa

Como parte importante da fase inicial desse estudo, realizei pesquisa bibliográfica, levantando artigos, dissertações e teses, tendo por tema central a

produção sobre acolhimento institucional, no período de 2000 a 2015⁸. Dentre os 838 títulos selecionados, 80 tinham como foco sobre instituições de acolhimento para crianças e adolescentes. O objetivo foi de localizar pesquisas que analisassem o tema da participação de adolescentes nesse contexto. Esta produção bibliográfica é multidisciplinar, originada de diferentes áreas do conhecimento e será discutida no capítulo 3 desta tese.

A pesquisa empreendida como campo empírico para esta tese é de natureza qualitativa, se aproximando de uma abordagem etnográfica para a produção e interpretação de dados originados das vivências e perspectivas dos adolescentes no contexto no qual estão inseridos, ou seja, nas três instituições de acolhimento selecionadas.

Com base no estudo teórico realizado e a partir da minha primeira aproximação com o campo empírico nos meses de novembro e dezembro de 2014, pude obter indícios de aprendizagem sobre os espaços investigados, como as particularidades de cada instituição e a rotina dos adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento da reflexividade de pesquisar. Nesse período inaugurei também os cadernos de campo que foram utilizados até a fase final dessa pesquisa. Na abordagem etnográfica que empreendi no decorrer do trabalho de campo, os dados que foram surgindo me possibilitaram novas reflexões e indicaram pistas de como prosseguir. Nesse sentido, minha primeira aproximação ajudou-me a refletir sobre as categorias a observar.

O trabalho de campo teve sua continuidade no período de setembro de 2015 a junho de 2016, tendo como registro de dados 06 relatórios de grupo com adolescentes, três cadernos de campo e 30 horas de gravação, contendo as entrevistas com os adolescentes.

Minha aproximação com os adolescentes que aceitaram participar da pesquisa se deu por meio da observação participante, convivendo e estabelecendo relações com eles no cotidiano de suas atividades nessas instituições. Valorizei os seus pontos de vista e realizei uma escuta atenciosa, considerando-os enquanto

⁸ O levantamento é parte de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo CIESPI e coordenado pela professora Irene Rizzini com apoio da FAPERJ. Este tem por tema central a produção sobre acolhimento institucional, no período de 2000 a 2015 sobre crianças, adolescentes e jovens, sendo realizadas consultas nas bases de dados pré-definidas Scielo, Lilacs, BDTD e Banco de Teses e Dissertações da Capes.

sujeitos que possuem identidades, histórias de vida, opiniões, vontades próprias e direitos. Compreendo essa abertura de espaços para entender os adolescentes e para a minha integração e comunicação com eles como uma importante estratégia metodológica, na qual desenvolvi uma proposta de trabalho por meio de grupo de aproximação de forma lúdica, com produção de desenhos, conversas e entrevistas individuais e semiestruturadas, ouvindo a narrativa e discussão dos adolescentes sobre o tema em foco. Parte-se do pressuposto que a vivência e a opinião deles devem ser ativamente consideradas.

Além dos principais autores que me referendi nos estudos sobre a juventude conforme já mencionado, outros reconhecidamente relevantes em âmbito nacional e internacional, ligados as temáticas: institucionalização e acolhimento trouxeram contribuições para essa pesquisa. Para os estudos sobre institucionalização os autores em destaque são: a Socióloga Irene Rizzini, professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) e o cientista social, vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia em Berkeley, Erving Goffman.

Com relação ao acolhimento institucional me reporte também a alguns autores que discutem as políticas sociais, tendo em vista que esta medida protetiva além de estar estabelecida pelo ECA (1990) e pela lei 12010 (2009) é implementada no âmbito da política de assistência social, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Para tanto, os principais autores utilizados foram: a assistente social Aldaiza de Oliveira Sposati, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e coordenadora do CEDEST - Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais; e a professora Potyara Amazoneida Pereira Pereira, da Universidade de Brasília. Quanto à questão do próprio acolhimento, cabe destacar as análises da psicóloga Maria Clotilde Rosseti-Ferreira, professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e coordenadora do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI-USP-RP).

No que tange ao direito à participação dos adolescentes, destaco os estudos de Paulo Cesar Rodrigues Carrano, como anteriormente apresentado e Kay

Tisdall, professora de políticas públicas para a infância na Universidade de Edimburgo, na Escócia e co-Diretora do Centre for Research on Families and Relationships, nesta universidade.

Essa tese foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro discutimos o conceito de adolescências e juventudes em sua pluralidade, entendendo estes sujeitos na diversidade e complexidade de sua vivência em seu contexto sócio cultural. Destacamos o direito à participação das crianças e adolescentes, entendendo que estes no seu cotidiano institucional em algum nível lidam com escolhas desde as pequenas até as maiores questões que os envolvem. Assim, o foco vai muito além da existência ou não de espaços de participação, mas buscando compreender de que forma esta ocorre a partir do diálogo com os adolescentes. Refletimos sobre a importância deste direito reconhecido no âmbito jurídico assumir de fato materialidade nas diferentes práticas voltadas a esse segmento social. Encerramos este capítulo com um debate sobre o quadro atual no qual se encontram os adolescentes em serviços de acolhimento institucional e suas principais características, lançando mão de ampla gama de dados qualitativos e quantitativos.

No segundo capítulo realizamos uma discussão sobre a mudança de paradigma ocorrida desde a promulgação do ECA e de que forma isso repercutiu nas práticas de internação de crianças e adolescentes presentes nas antigas leis. Em seguida, debatemos os parâmetros da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, estabelecida neste Estatuto e o caráter que a assistência social assume frente a essa política. Finalizamos este capítulo, abordando as novas diretrizes sobre o acolhimento institucional pós-ECA (1990).

No terceiro capítulo explicitamos o processo de construção, os procedimentos metodológicos, as considerações éticas da pesquisa e suas limitações. Fazemos uma revisão crítica da literatura acadêmica a partir do amplo levantamento bibliográfico realizado, no período de 15 anos. Com o objetivo de compreender melhor o contexto no qual se encontram as instituições de acolhimento pesquisadas e o cotidiano de vida das crianças e adolescentes atendidas, contextualizamos o município de Duque de Caxias e caracterizamos a partir do olhar da equipe técnica e de documentos institucionais as 3 instituições

de acolhimento existentes neste município, que no seu perfil de atendimento incluem adolescentes na faixa etária de 15 a 18 anos.

No quarto capítulo nos dedicamos à apresentação da aproximação com o campo empírico e aos resultados e análise da pesquisa realizada junto aos adolescentes, contrastando com as questões teórico conceituais discutidas nesta tese.

Aprendemos com estes meninos e meninas e nos debruçamos sobre as várias histórias que tinham a contar. Ouvimos cuidadosamente suas perspectivas sobre o direito a participar no seu cotidiano adolescente em acolhimento institucional. Assim, esta pesquisa nos fornece pistas de uma série de dificuldades e desafios vivenciados por eles nesse contexto. Aprendemos igualmente, que querem ser ouvidos e tem muito a nos dizer!

1

Adolescências, juventudes e o direito à participação

No presente capítulo discutimos o conceito de adolescência em sua pluralidade de formas como ela é vivenciada. De acordo com Abramo (2005) a adolescência é atravessada por grandes diversidades e desigualdades, em seus aspectos naturais, culturais e sociais, desta forma não sendo considerada como uma condição homogênea.

Para esta autora atualmente existe uma tendência no debate sobre as políticas públicas de distinguir a adolescência e juventude como dois momentos do ciclo de vida que de forma ampla é denominado juventude. No entanto, em grande medida existe uma superposição entre os dois termos, o que pode levar a descon siderações de situações específicas. Neste sentido, esclarecemos que neste capítulo utilizaremos os dois termos *adolescências* e *juventudes*, guardadas as distinções e registradas as similaridades e complementaridades.

Consideramos o cotidiano e as singularidades dos adolescentes e jovens, sendo entendidos para além de um recorte etário, mas na diversidade e complexidade de sua vivência dentro do seu contexto sócio-histórico e cultural. Nesse sentido, o recorte etário é necessário para delimitações iniciais e básicas, mas não de forma a tornar essa categoria etária homogênea para um grupo que têm uma idade em uma faixa etária específica.

Prosseguimos com um debate sobre os direitos de participação dos adolescentes, entendendo que no seu cotidiano institucional em algum nível lidam com escolhas desde as pequenas até as maiores questões que os envolvem, assim sendo, pretendemos discutir as possibilidades que dispõem de poderem expressar suas opiniões. O texto ressalta também a escada da participação de Roger Hart (1992) que considera níveis de não participação e níveis de participação.

De acordo com Butler & Princeswal (2012), –as dinâmicas da participação são sempre produções históricas que dependem das normas de sociabilidade, de formas de organização social, de inovações tecnológicas, e dos específicos contextos culturais que incluem valores e ideais, crenças, símbolos e rituais” (p.

126). Nessa direção, iremos caracterizar o sentido dos direitos de participação, tal como eles se exprimem no cotidiano dos adolescentes em serviços de acolhimento institucional a partir das suas perspectivas e das práticas observadas, especialmente nos aspectos que se referem com as rotinas e dinâmicas cotidianas.

Este texto é finalizado com uma caracterização dos adolescentes em serviços de acolhimento, no Brasil, direcionando a discussão para o Estado do Rio de Janeiro e município de Duque de Caxias, objeto desta análise. Para tanto, lançamos mão de dados sócio demográficos, por meio de diversos indicadores sociais.

1.1. Adolescências e juventudes em sua pluralidade

O debate sobre a juventude adquiriu distintos tipos de recortes que orientam as diversas formas de entendê-la. O recorte etário é uma das formas possíveis para entender a juventude. Contudo, é parcelar se direcionamos o olhar para a compreensão das singularidades dos jovens.

Para fins deste estudo trabalhamos com a população na faixa etária de 15 a 18 anos e adotamos a terminologia *adolescente*.

Com o reconhecimento de que os problemas vivenciados por eles não se encerram aos 18 anos, mas que podem se intensificar a partir daí, assim como, a insuficiência das respostas para dar conta dos dilemas vividos nessa fase da vida, se amplia a noção de juventude, conforme será discutido mais adiante.

O Estatuto da Juventude (2013) considera a população na faixa etária de 15 a 29 anos, como jovem, dividida em 3 grupos: jovem adolescente (15-17 anos); jovem-jovem (18-24 anos) e jovem adulto (24 -29 anos). Ao cruzarmos o recorte etário de adolescentes (ECA) com este da população jovem, podemos constatar que existe uma superposição entre ambos, localizando-se os adolescentes em serviço de acolhimento institucional, objeto deste estudo também na categoria da juventude, (na sua fase inicial), no primeiro grupo, jovem-adolescente.

A definição por corte etário, segundo Carrano (2011) apresenta fatores objetivos na questão da maturidade biológica, sendo relevante para as políticas

públicas no que se refere à contagem da população, definição de políticas e recursos orçamentários. No entanto, ficar restrito apenas a essa definição seria –simplificar uma realidade complexa que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades” (p.9).

Nesse sentido, nesta pesquisa consideramos o cotidiano e as singularidades dos adolescentes, entendendo-os para além de um recorte etário, mas na diversidade e complexidade de sua vivência no seu contexto sócio histórico e cultural.

Cabe discutir que tanto no campo de estudo, quanto no âmbito das ações consideradas como políticas públicas, observei o uso simultâneo dos termos: adolescência e juventude, indicando em grande medida uma superposição entre ambos e dificuldade de clareza entre as semelhanças e diferenças, que ora constituem campos distintos, mas complementares. Assim optamos por lançarmos mão dos 2 termos *adolescências e juventudes*.

Segundo Leon (2005) –o interstício entre ambos os estágios é o que se costuma conceber como o campo de estudo e conceitualização da adolescência e juventude, com delimitações não completamente claras em ambas, que em muitos aspectos se sobrepõem (p.11)”. Para ele, disciplinarmente, tem ficado a cargo da psicologia a responsabilidade analítica da noção de adolescência. Enquanto que o conceito de juventude parece sob a responsabilidade das outras disciplinas das ciências sociais e também humanas, mais especificamente a sociologia, antropologia, história, estudos culturais, dentre outras.

Carrano (2012) aponta que a partir da propagação da escola de massas na Europa (século XVIII), a juventude vem representando um período de espera formativa, objetivando a preparação para a inserção na vida adulta. No âmbito da psicologia a noção da adolescência surgiu como um período que finalizaria um momento de crise e de reconfiguração da personalidade, que viria forma posterior ao término da puberdade.

Uma breve retrospectiva conceitual nos ajuda a compreender como as concepções predominantes sobre a adolescência foram se desenvolvendo. No trabalho do psicólogo norte-americano Stanley Hall (*Adolescence*), publicado em 1904 a adolescência seria entendida como um amadurecimento biológico. Para

ele, sob esse aspecto da mesma forma que Rousseau já havia definido em sua obra (Emílio), a adolescência representaria também um segundo nascimento. Hall definiu a vida na adolescência como oscilante e contraditória “(...) como sendo de *–sturm und drang*”, de tempestade e assalto” (Carrano, 2012, p.84).

De acordo com Pais (1990) um dos desafios postos à sociologia diz respeito aos fatores sociais que irão provocar, em determinados períodos, a construção social de determinadas fases da vida, identificadas com a infância, a adolescência, a juventude, a meia-idade e a velhice. “(...) Antes, contudo, já Mead havia reconhecido que a adolescência se reportava a uma fase de vida com limites cronológicos flutuantes, variando a sua duração de cultura para cultura”(p.146).

Os estudos antropológicos de Margareth Mead (1975) demonstraram que o debate sobre a adolescência não se restringia a sua universalidade como crise de transição, tal como discutido por Hall. De acordo com Carrano:

(...) Em seus estudos antropológicos na Ilha de Samoa, com crianças e jovens mulheres de 9 a 20 anos, demonstrou que a passagem da infância à adolescência se identificava naquela cultura muito mais como uma transição suave do que pelo estado de agitação, ansiedade e crise, anteriormente referido nos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos da América (Carrano, 2012, p.83).

Nesse sentido, os estudos sobre a juventude, no âmbito da sociologia se diferenciam das primeiras análises da psicologia, que a entende apenas como maturação biológica, passando a ser produto de um complexo processo de construção social.

A segmentação do curso da vida em sucessivas fases é resultado de um complexo processo de construção social. No seu cotidiano, os indivíduos tomam consciência de determinadas características, e se elas afetam um universo considerável de indivíduos pertencentes a uma geração, são culturalmente incorporadas a um determinado modo de vida. Se essas características de um período da vida apresentam-se como expressão de problemas, podem então atrair a atenção dos poderes públicos, e constituir objeto determinadas políticas e medidas legislativas, como exemplo, os programas de formação profissional, prolongamento da escolaridade, dentre outros.

Um bom exemplo disso é o próprio debate em torno da juventude, no Brasil passou a integrar a cena pública no final da década de 1990, pautado na preocupação social com os problemas vividos pelos jovens, assim como, pelo o crescimento dessa população, passando a partir daí a se pensar políticas para a juventude.

Neste debate sobre as políticas públicas, Abramo (2005) discute que no Brasil ampliou-se o reconhecimento que a juventude vai além da adolescência, tanto do ponto de vista etário quanto das questões que a caracterizam, e de que as ações e projetos a ela dirigidos exigem outras lógicas, além da proteção garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

Nesse sentido, a terminologia adolescência foi incluída no debate público, na mídia e no campo das ações sociais e estatais, resultante de movimentos sociais, em defesa dos direitos da infância e adolescência, que ganhou corpo na sociedade brasileira e fez emergir uma nova noção social, centrada na ideia da adolescência como fase especial do ciclo de vida, de desenvolvimento, que exige cuidados e proteção especiais. O ECA (1990) consiste num instrumento fundamental para compreensão sobre as crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, e estabelece os direitos singulares da adolescência, conforme será discutido no próximo capítulo.

Dessa forma, por um lado, se amplia a noção de juventude e, por outro, surgem possibilidades de distinguir diferentes segmentos nesta categoria ampliada. De acordo com Freitas (2005) existe uma atual tendência no interior do debate sobre as políticas públicas de compreender a adolescência como a primeira fase de um momento do período de vida que de forma ampla é denominado de juventude.

(...) a adolescência corresponde a primeira fase (tomando como referência a faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos, como estabelecido pelo ECA, caracterizada principalmente pelas mudanças que marcam esta fase como um período específico de desenvolvimento, de preparação para uma inserção futura; e juventude (ao que alguns agregam o qualitativo propriamente dito, ou então denominam como jovens adultos, ou ainda pós adolescência) para se referir a fase posterior, de construção de trajetórias de entrada na vida social. (Freitas, 2005, p.8)

Atualmente observa-se o uso concomitante desses dois termos, *adolescência e juventude*, que possuem distinções, similaridades e complementaridades. Segundo Abramo (2005) uma das diferenciações é a que estabelece “(…) a adolescência e juventude como fases singulares de um processo amplo de desenvolvimento para a vida adulta; e, neste sentido, demandam ações e políticas que em certos aspectos assumem um caráter geral e estendido a todo contingente juvenil e, em outros, se diferenciam para dar conta das especificidades contidas no conjunto” (p.29).

Como podemos observar, a noção de adolescência está mais consolidada na sociedade brasileira, a partir do ECA, dos Conselhos de Direitos, demais dispositivos legais, ações e políticas voltadas para os adolescentes.

Com relação à juventude, o debate é mais recente, ele passa a integrar a cena pública no final da década de 1990, pautado na preocupação social com o crescimento dessa população e com os problemas vividos pelos jovens. Segundo Abramo (2008), isso pode estar relacionado à ampliação da preocupação com a adolescência, na descoberta de que os problemas da vulnerabilidade e risco não terminam aos 18 anos, mas muitas vezes se intensificam a partir daí. Surge, assim, o reconhecimento dos problemas que afetam significativamente a juventude, na área de saúde, segurança pública, do trabalho e do emprego, que dão materialidade para se pensar em políticas de juventude sobre egi de dos problemas sociais a serem combatidos.

Assim, os dispositivos legais e os avanços no âmbito de políticas sociais públicas são recentes. Destaca-se a instituição da Política Nacional de Juventude (2005), a qual teve início com a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), assim como, o Estatuto da Juventude (2013).

Nesse sentido, brevemente sinalizamos que existem políticas voltadas para os adolescentes, assim como, para os jovens favorecendo o atendimento de suas especificidades. Registramos também que o debate da juventude, por muitas vezes, inclui a adolescência, tendo em vista ser considerada como a fase inicial da juventude. Segundo Melucci “(…) A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta, inaugura a juventude e constitui sua fase inicial” (1996, p.8).

De acordo com a definição que consta do Relatório da Situação da Adolescência Brasileira do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2011) –(...) o conceito de adolescência incorpora a ideia de uma construção social dessa etapa da vida e diz respeito à multiplicidade de formas como ela é vivenciada. Não se fala mais da adolescência, no singular, mas de adolescências, no plural (...)” (p.17).

A juventude, da mesma forma que a adolescência corresponde a uma categoria socialmente construída, que de acordo com o contexto econômico, social e político, pode modificar-se ao longo do tempo, adquirindo assim denotações e delimitações diferentes. De acordo com Abramo:

A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social. (Abramo, 1994, p.1)

Nessa linha de reflexão, a constituição da adolescência e da juventude é diversificada, manifestando-se de formas distintas de acordo com a cultura, a história de cada indivíduo e a sociedade em que vive. Por exemplo, para um jovem da área rural a significação etária não é a mesma que um jovem da área urbana, como também, um jovem da classe popular mediante ao de classe média e alta.

Adolescentes e jovens devem, portanto, ser considerados em sua pluralidade, não existindo uma definição única que contemple todas as suas dimensões. É por este motivo que não podemos estabelecer um critério de idade universal que atenda a todos os jovens e todas as épocas. O recorte etário consiste apenas em delimitações iniciais e básicas e como referente demográfico.

Pais (1990) recomenda o exercício de olhar a juventude em torno de dois eixos semânticos: como aparente unidade (quando referida a uma fase de vida) e como diversidade (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem

distinguir os jovens uns dos outros). Ele afirma, –(..) De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente da juventude enquanto referida a uma fase de vida” (p. 149).

Para Pais (1990) apesar da puberdade, em si, se tratar de um processo biológico universal, a adolescência apenas iniciou a ser vista como fase de vida na segunda metade do século XIX a partir do reconhecimento dos problemas a ela relacionados. O prolongamento da escolaridade, a legislação sobre o trabalho infantil, as próprias configurações da família na atualidade e o crescimento da dependência dos jovens em relação a elas, assim como, medidas públicas para atendê-los, consistiram na expressão do reconhecimento social dos “problemas” da adolescência.

Desta forma, para ele a noção de juventude assumiu certa consistência social, quando se passou a verificar que entre a infância e a idade adulta, existe o prolongamento e os consequentes “problemas sociais” daí resultantes (dos tempos de passagem que atualmente mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma fase de vida).

De acordo com Pais (op.cit), os autores que problematizaram a juventude como produção social a observam sobre duas tendências: a teoria geracional e a teoria classista. Na primeira a juventude é compreendida como conjunto de indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, principalmente definida em termos etários, prevalecendo aspectos mais uniformes e homogêneos. Na segunda, a juventude é entendida como um conjunto social diversificado, constituído por jovens em situações sociais diferentes, existindo diferentes culturas juvenis, por meio de diferentes pertenças de classe.

Nesta percepção, a passagem dos jovens para a vida adulta é marcada pela divisão de classe, de raça, de gênero e de trabalho. No entanto, ao indicar sobre a importância de não restringir o olhar para a questão de classe, mas para além dela, Pais observa da mesma forma –(..) as lógicas de participação ao nível dos diferentes sistemas de interação local” (p. 13).

O Jovem vivencia uma diversidade de situações de pertença, como por exemplo na escola, com grupo de amigos, no trabalho, dentre outros, estando

constantemente vivenciando estas experiências, que dizem respeito as suas condições concretas de vida. Atualmente ser jovem não se restringe a uma condição biológica, mas uma definição cultural.

O modelo cultural de inserção do jovem na vida adulta passou por uma considerável transformação. Concordamos com Carrano (2011), quando ele afirma que nem todos os jovens vivenciam a sua juventude como uma transição e preparação para a vida adulta. Um bom exemplo disso diz respeito aos jovens das classes populares, que por muitas vezes vivenciam responsabilidades da “vida adulta”, como a “pressão” para a entrada no mercado de trabalho (formal e informal), a gravidez, a maternidade e a paternidade enquanto ainda estão vivenciando o tempo da juventude.

Outra questão bastante presente na contemporaneidade refere-se aos jovens que prolongam a juventude por não conseguir transição social e econômica para a vida adulta. Estes continuam a morar com os pais por opção, ampliam o período escolar, dependem economicamente da família, devido a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, resultante do cenário de desemprego estrutural das sociedades contemporâneas.

Pais (1990), ao debater a juventude como problema social e de investigação sociológica, sustenta que histórica e socialmente, a juventude tem sido relacionada a problemas sociais. Ele afirma que estes problemas mais se expressam na dificuldade da inserção dos jovens no mundo do trabalho. As múltiplas relações de pertença e a movimentação por diferentes situações, principalmente pelo emprego, desemprego, trabalho precário, processo de formação, processo de aprendizagem, dentre outros constituem um dos traços específicos da juventude atualmente. Isto está relacionado ao contexto contemporâneo, caracterizado por fortes tendências neoliberais e pelo processo de reestruturação produtiva, indicando retrocesso nos direitos sociais, precarização e informalidade nas relações de trabalho, num quadro de redução de postos de trabalho.

Nesta perspectiva, o jovem encontra dificuldades para alcançar algumas etapas tradicionalmente consideradas para sua passagem para a vida adulta, como conseguir um emprego, adquirir sua própria moradia, havendo um prolongamento da dependência familiar. Tais dificuldades podem contribuir para conflitos familiares, visto que o jovem possui seu universo cultural, que pode ser distinto

do existente na sua família. Como também, fazer com que alguns jovens não aceitem o modelo tradicional de casamento e (...) optem por relações pré-matrimoniais ou «uniões livres», ou, ainda, adiram ao aborto, às relações precárias, ao divórcio e às chamadas variantes da vida sexual (Pais, 1990, p.142)”. Este cenário intensifica a indeterminação do rito de passagem da adolescência à vida adulta, contribuindo para esta relação de dependência familiar discutida por Pais (1990) que retarda ou inviabiliza o afastamento desta dependência em quase todas as classes sociais. A este respeito, Carrano (1999) reporta-se a chamada geração canguru-jovens: “O fenômeno social da já denominada geração canguru-jovens que seguem morando com os pais e não vêm perspectivas de sair de casa, mesmo com a união conjugal ou a gravidez—, evidencia o quadro de restrição “voluntária” da autonomia (...)” (1999, p. 116). De acordo com o autor, o rito de passagem à vida adulta estaria relacionado a 3 significativos momentos: o início da vida profissional, o matrimônio e a saída da família de origem.

No que tange aos jovens das classes populares, mais especificamente aqueles em serviços de acolhimento, foco da nossa análise, observamos que estes possuem ainda menores oportunidades de inserção no mundo do trabalho, ocupando as ofertas disponíveis, precarizadas e desprotegidas, na maioria das vezes. Possuem também menores oportunidades de acesso e permanência na escola, apresentando em grande parte uma baixa escolaridade. Além disso, muitos deles não possuem referências familiares e quando as têm, com frequência não podem contar economicamente com elas. São famílias que possuem imensas dificuldades em sustentar seus filhos.

Ainda, experiências que possibilitem estratégias para a convivência e o fortalecimento dos vínculos familiares, assim como, apoio para a construção da autonomia destes adolescentes que vivem nestas instituições são atravessadas por uma série de desafios, conforme será discutido no capítulo 4 desta tese. O resultado disso de acordo com o relatório sobre a situação da adolescência no Brasil do UNICEF (2011) (...) é que, ao alcançar os 18 anos, os adolescentes têm que deixar os abrigos e, muitas vezes, não estão preparados para morar sozinhos ou não construíram relações com seus pares que constituam alternativas como “repúblicas” ou outras formas de convivência (...)” (p. 36).

Assim, a transição da juventude para a vida adulta não se dá de forma linear, porque algumas dimensões que a marcavam, como terminar os estudos, se inserir no mercado de trabalho, constituir família, casar, ter filhos, sair da casa dos pais, na contemporaneidade já não podem mais caracterizar esse processo. Pais (2003) chama esse movimento de transição das formas lineares para as de “tipo yo-yo”, de características inéditas, reversíveis ou labirínticas de continuidades e rupturas. Os jovens oscilam, assim em sua movimentação, como por exemplo, no emprego, desemprego; abandono, retorno aos estudos; casamento, divórcio. Desta forma, atualmente são mais descontínuos os traços que marcavam as fronteiras entre as distintas fases de vida.

Melucci (1996) discute a importância da dimensão do tempo nesta fase da vida, a qual vem se tornando tema de pesquisas, devido à biografia atualmente ter se tornado menos previsível, passando assim os projetos de vida a dependerem da escolha autônoma do indivíduo. Nas sociedades do passado as incertezas do futuro guardavam relação com epidemias, guerras, em detrimento à posição de cada um na vida, tendo em vista que esta já era determinada pelo nascimento, pela história da família e pelo contexto social. Contudo, nos tempos atuais, a relativa incerteza própria da idade é acrescida por outros tipos de incerteza que resultam da ampliação de perspectivas, da abertura temporal, da disponibilidade de possibilidades sociais, e da variedade dos cenários nos quais se localizam as escolhas dos jovens. Ele indica que a adolescência é a idade que prevalece a orientação para o futuro. A sua perspectiva temporal é considerada como uma observação positiva para a análise do modo pelo qual a experiência do tempo está sendo organizada pela cultura.

Reiteramos que na sociedade atual, de fato, a juventude não é entendida apenas como uma condição biológica, tendo também um significado cultural. Para Melucci:

(...) Incerteza, mobilidade, transitoriedade, abertura para mudança todos os atributos tradicionais da adolescência como fase de transição, parecem ter se deslocado bem além dos limites biológicos para tornarem-se conotações culturais de amplo significado que os indivíduos assumem como parte de sua personalidade em muitos estágios da vida. (Melucci, 1996, p.9).

Estas características indicam a extensão da adolescência para além da condição biológica. A vida social possui uma diversidade de experiências, cada uma destas se configura por formas de relacionamento, linguagens e regras específicas. A sua complexidade e a diferenciação criam grandes possibilidades para a capacidade de ação individual.

É assim que a adolescência pode estender-se para além dos limites de idade, ao mesmo tempo, que ocorre a suspensão de compromissos estáveis. De acordo com este autor, tendo assim “um tipo de aproximação nômade em relação ao tempo, espaço e cultura” (Melucci, 1996, p.9). A maneira de se vestir, os gêneros musicais, e o pertencimento ao grupo funcionam como linguagens provisórias e variáveis, através das quais os indivíduos se identificam e enviam sinais de reconhecimento para outros. A experiência se apresenta em maior proporção como uma construção da realidade, por meio de representações e relacionamentos em detrimento de uma realidade transmitida.

Entendemos a condição de ser jovem não somente do ponto de vista biológico, tendo também um caráter simbólico, considerando experiências individuais no seu cotidiano, associado ao debate em torno da des-linearização do tempo social. Segundo Melucci (1996) o tempo não tem mais o seu fim linear, revelando a singularidade da experiência individual. “(...) Não somente ele não retorna em ciclo repetitivo sem fim, mas tampouco será portador de outro sentido, outra finalidade senão aquela que os indivíduos e grupos são capazes de produzir para si mesmos (p.11)”. Para ele o modo como os adolescentes constroem sua experiência é cada vez mais fragmentada. Estes fazem parte de uma pluralidade de redes e grupos. A entrada e a saída nestas formas de participação, hoje, são muito mais rápidas do que anteriormente, além do investimento de tempo por parte dos adolescentes em cada uma delas ser cada vez mais reduzido. A representatividade do presente não está mais no passado. O tempo perde sua finalidade linear, que demonstra a singularidade da experiência individual, o que significa “acalantar o presente como experiência única, e no interior da qual cada um se realiza” (Melucci, 1996, p.11).

De acordo com Leccardi “para os jovens, no centro dessa crise está a separação entre trajetórias de vida, papéis sociais e vínculos com o universo das instituições capazes de conferir uma forma estável à identidade” (2005, p. 49).

Um bom exemplo disso, diz respeito à própria movimentação hoje dos jovens, sendo possível transitar pelas diferentes instituições do “mundo adulto” sem incorporar os papéis adultos. A consciência do limite, o esforço para sua superação, a observação do que está faltando possibilita a criação de bases para que se aceite o presente e se planeje o futuro como reconhecimento daquilo que fomos e do que podemos nos tornar.

1.2. Direito à participação de adolescentes

Nas duas últimas décadas a reformulação de paradigmas referentes ao pensar e ao agir em relação à criança e ao adolescente vem ganhando relevo e levando à produção de novas concepções de infância e adolescência. De acordo com Rizzini & Tisdall (2012) uma variedade de estudos tem se destacado internacionalmente com base nestas recentes abordagens conceituais, teóricas, metodológicas e empíricas. Uma das principais forças impulsionadoras destas investigações foi o debate em torno dos direitos humanos no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989).

A Convenção, adotada pela Assembleia-Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada no Brasil em 24 de setembro de 1990 constitui-se um marco importante sobre os direitos de participação das crianças e dos adolescentes, sustentando que estes são atores sociais e com competências políticas, estabelecendo no seu 12º artigo que as crianças e os adolescentes têm o direito a expressar suas opiniões e devem ser ouvidos nas questões que os afetam, defendendo assim, a sua participação na sociedade.

Dentre os 54 artigos que compõem a Convenção, observamos que 8 versam sobre o direito à participação, cabendo destacar alguns pontos sobre a relevância da Convenção no que tange a este direito.

1. Um grupo de artigos menciona diretamente o direito à participação. Os de números 9 (item 2); 23; e 31(itens 1 e 2). Estes artigos, respectivamente abordam o direito da criança não ser separada dos seus pais, tendo a possibilidade de participar nos processos de decisão,

podendo dar a conhecer os seus pontos de vistas; aos direitos da criança com deficiência ter uma vida digna, contribuindo para sua autonomia e a sua participação na sociedade, assim como quanto ao direito da criança participar de jogos, atividades recreativas, e de livremente participar das atividades culturais e artísticas.

2. Outro grupo de artigos, não faz referência ao termo participação, os de números 12; 13; 14; 15 e 17. Apesar disso, constatamos a presença dos pressupostos e dispositivos básicos para sua efetivação, como o direito à opinião; ser ouvido; liberdade de expressão, de acordo com o que estabelece a legislação; direito a liberdade de pensamento e consciência, devendo os pais ou responsáveis orientá-los no exercício deste direito; associação e reunião pacífica; o direito a informação e a documentos nacionais e internacionais, principalmente os que visem à promoção do seu bem estar.

A Convenção tem um papel histórico de fundamental importância, com grande impacto internacional. E o direito a participação contribuiu para as novas construções sobre infância que se seguiram. Segundo a socióloga inglesa Allison James, o “novo paradigma” de Estudos da Infância⁹, surgido na década de 1990, trabalha com a perspectiva de que a infância deve ser vista como socialmente construída e que as crianças devem ser percebidas como atores sociais que podem contribuir para a sociedade e efetivamente o fazem” (James, 2009, p. 31).

O que está em jogo é uma mudança para a concepção da criança e do adolescente como cidadão e sujeito de direitos. No caso específico do nosso objeto de estudo, com adolescentes acolhidos institucionalmente, apontamos para a importância de espaços e possibilidades de participação que envolvam tanto os aspectos relativos ao seu cotidiano institucional, como o acesso aos seus direitos sociais como educação, saúde, cultura, esporte e lazer; a profissionalização. Estes direitos foram estabelecidos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

⁹ A terminologia infância abrange a faixa etária de 0 a 18 anos, seguindo orientações da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No que pese as conquistas no âmbito legal, mais especificamente no que aos direitos de participação das crianças e adolescentes diz respeito, sobretudo a partir da ratificação em 1990 da CDC, há uma distância entre o estabelecido pelo aparato jurídico e o âmbito das práticas. Observamos essa perspectiva de participação muito mais no âmbito do discurso, existindo uma naturalização do seu uso. De forma geral são poucos os estímulos para o envolvimento dos adolescentes nos processos decisórios, como por exemplo, as políticas públicas implementadas de forma vertical, sem processos que envolvam a sua participação no que tange as suas reais necessidades e demandas.

No caso específico dos adolescentes em serviços de acolhimento, a distância agrava-se ainda mais, levando em consideração que persistem algumas práticas assistencialistas e autoritárias que marcaram o atendimento à infância e adolescência pobre no Brasil, conforme será discutido no próximo capítulo.

Defendemos nessa tese a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos, considerando seu direito de participar e serem ouvidos nas decisões relacionadas à sua vida cotidiana nos serviços de acolhimento institucional. Porém, constantemente inúmeras dificuldades destes direitos se efetivarem, podem representar para os adolescentes a impossibilidade de viver a condição de sujeitos, cujas vozes são respeitadas nestes espaços.

Entendemos que os adolescentes no seu cotidiano institucional em algum nível lidam com escolhas referentes às questões que os envolvem. Nessa tese optamos por ir além da discussão sobre a existência ou não de participação, mas compreender as possibilidades que possuem para expressar suas opiniões, de que forma são ouvidos e opinam sobre suas atividades cotidianas.

Observamos que na esfera do discurso este direito vem se sobressaindo, no entanto, por muitas vezes é esvaziado de sentido, não retratando de fato a possibilidade das opiniões deles influírem no processo de tomada de decisões nos

assuntos que lhes dizem respeito. Segundo Trilla & Novella, (2001) a participação pode assumir diferentes formas, tipos, níveis, âmbitos (→...) Muitas vezes utilizam-se expressões como "tem havido muita participação," "tem sido muito participativo," "Temos de promover a participação," (...), não se compreendendo em concreto que participação se está a falar até que alguns elementos do contexto sejam esclarecidos (Trilla & Novella, 2001, p.141). O direito à participação vem sendo bastante valorizado nos discursos sociais, políticos e acadêmicos, contudo, por muitas vezes é utilizado com muita demagogia e retórica vazia".

A escada da participação de Roger Hart (1992) considera etapas de não participação e etapas de participação, estando constituída por 8 níveis. Os 3 degraus iniciais, a "manipulação", a "decoração" e o "tokenismo", equivalem aos degraus mais baixos da escada que não se relacionam a participação, mas uma simulação dela. Os 5 degraus subsequentes demonstram posições crescentes em participação infantil: "delegação com informação", "consultado e informado", "projetos elaborados por adultos", mas cujas decisões são compartilhadas com as crianças e "projetos iniciados e dirigidos pelas crianças".

De acordo com Trilla & Novella (2001), no primeiro, a "manipulação" não existe muita consciência do problema em foco, não compreendendo assim as próprias ações. No próximo nível, a "decoração" são vistos como elemento de propaganda ou de decoração e são usados sem possuírem entendimento sobre tal situação. No terceiro, a "participação simbólica" possuem oportunidades evidentes para expressar-se, mas as suas opiniões não possuem impacto real sobre a questão. No quarto, "delegação com informação" não estão envolvidos no projeto, mas agem de forma voluntária e estão cientes do sentido da ação proposta. O quinto é chamado de "consultado e informado", correspondendo a projetos concebidos por adultos com partilha de decisões sobre as crianças. A partir da sexta etapa: as crianças participam de forma significativa no processo de tomada de decisão. Especificamente, o sexto nível corresponderia a "projetos elaborados por adultos, mas cujas decisões são compartilhadas com as crianças." O sétimo corresponde aos projetos "iniciados e dirigidos por crianças" e apenas os adultos facilitam o processo envolvido. O oitavo é constituído pelos "projetos lançados por crianças compartilhando decisões com os adultos".

Existe uma vasta diversidade de atividades que se incluem no âmbito da participação, as quais refletem relações de poder bem variadas, como também de objetivos e efeitos distintos. Segundo Rizzini (2012) tipologias como a escada de participação de Hart (1992) e as distinções entre processos consultivos, iniciativas de participação e projetos de defesa de direitos, foram bastante úteis para indagar a prática, porém não são suficientes para um debate teórico aprofundado. No geral apoiam-se numa dicotomia reduzida entre “o poder da criança e do adulto e desconsideram a co-existência de múltiplas formas de participação dentro de uma mesma iniciativa, ou de mudanças que venham a ocorrer ao longo do processo” (p.16). Ignoram a variedade presente entre crianças e adultos e, no esforço de serem universais, não entendem a participação infantil através dos seus contextos social, político e histórico. Para esta autora as teorias existentes sobre participação manifestam problemas analíticos, sustentando que apesar dos teóricos defenderem a participação infantil, não envolveram as crianças no processo de análise crítica sobre o que significa participação.

De acordo com Carrano (2012) o conceito de participação é utilizado de maneira bastante alargada, permitindo que se elaborem imprecisões e ambiguidades capazes de diluir a compreensão sobre seu real significado e importância na vida social e política. Assim, a participação nem sempre irá trazer em si o princípio do envolvimento de todos em processos decisórios. Carrano afirma que para se verificar a qualidade de um processo de participação não deve se restringir a observar se podem ou não participar de determinado processo ou espaço político, mas sim em buscar, perceber até onde esses, como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões.

A participação é entendida nesta pesquisa como o direito a opinar e influir na tomada de decisões nas questões que os envolvem no cotidiano institucional. Queremos compreender quais as possibilidades de espaços de participação existentes nestas instituições, de que forma são ouvidos e opinam nas suas atividades cotidianas. Sustentamos que o direito à participação deve ser de fato reconhecido, para que não venha se configurar como um exercício vazio.

Logo, a participação real reflete no questionamento de práticas e atitudes de adultos, de modo que as crianças e os adolescentes sejam inseridos em processos de escuta ativa, assim como, de forma efetiva nos processos de tomada de decisão

nos assuntos que lhes dizem respeito. Neste sentido é importante que se reúnam conjuntamente três grandes condições: o reconhecimento do direito a participar; dispor das capacidades necessárias para o seu exercício e que existam os meios ou os espaços adequados para que se efetive.

No que tangem estas três condições, os adolescentes em serviços de acolhimento institucional enfrentam dificuldades significativas. Isto porque por serem adolescentes, existe uma dependência dos adultos, assim como, das próprias instituições nas quais se encontram acolhidos, perpassando por muitas vezes uma relação hierarquizada, dificultando a possibilidade de opinar e agir por eles próprios, como será verificado mais adiante na análise de dados.

No entanto, não podemos perder de vista que participar é um direito, sendo desta forma uma ação democrática a ser exercida nos diversos contextos das sociedades democráticas. Entendemos portanto a participação como um fenômeno processual sendo criado pelos participantes, como algo vivenciado, reforçando a reflexão de que a participação não é dada, pois envolve um processo com interação, expressão de ideias, opiniões, escolhas e negociações, no âmbito das relações sociais.

De acordo com Tomás et. al ~~participar~~ significa influir diretamente nas decisões e no processo em que a negociação entre adultos e crianças é fundamental, um processo que possa integrar tanto as divergências como as convergências relativamente aos objetivos pretendidos e que resultam num processo híbrido” (2011, p.47).

Para além de escutar as crianças e os adolescentes, constitui-se de fundamental importância que sejam criadas as condições para a participação. Segundo Soares (2005) nesse processo de reconhecimento da participação como um direito inalienável para qualquer indivíduo, existe no caso das crianças, incluindo-se aqui os adolescentes em serviços de acolhimento institucional, fatores que corroboram para uma reduzida participação. São eles:

- 1) Os fatores culturais em resposta a uma tradição de silêncio e não existência de participação social e política das crianças;

- 2) O aspecto da menoridade como grupo social que são excluídos de participar nos assuntos que os envolvem, sendo estes por muitas vezes conduzidos pelos adultos na perspectiva do melhor interesse das crianças;
- 3) A questão do poder, levando que esta participação se defronte em práticas culturais, familiares, educativas, dentre outras que se apoiem em práticas paternalistas e autoritárias, em substituição a processos de diálogo, de intervenção e ação social.

Carrano (2006) ao discutir as principais questões que surgiram na pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas Públicas e Políticas*, em especial ao que se refere à participação social, constata entraves e desafios, sendo que um dos principais entraves está relacionado a um cenário societário, no qual grande parcela da juventude não possui os direitos básicos de cidadania, citando como exemplo, a baixa qualidade da educação, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, principalmente e de forma mais intensa na educação pública.

Segundo este autor, para além da baixa qualidade da educação, foi constatado na pesquisa de opinião poucas possibilidades de correlação entre a escola e o incentivo a participação. (...) É preciso indagar a instituição escolar sobre o tipo de contribuição que ela se propõe para a formação de cidadãos e cidadãs participativos (...) em contextos de limitados espaços e tempos de participação democrática” (p.5).

Quanto ao desafio está relacionado à formulação de políticas públicas que levem em consideração o envolvimento social e mobilize recursos para que os jovens possam realizar escolhas alternativas.

No âmbito dos desafios discutidos por Carrano (op.cit), podemos relacionar com a perspectiva internacional sobre a participação, tomando por base a análise realizada por Tisdall ¹⁰ (2012). Esta análise refere-se a algumas questões sobre a participação de crianças e adolescentes no Reino Unido. Guardadas as especificidades de contexto histórico, social, político e cultural de cada país, as

¹⁰ O termo “criança”, de acordo com a autora inclui crianças e adolescentes até 18 anos de idade. O objetivo é evitar incorreções legais, devido as diferenças legais existentes entre “crianças” e “pessoas jovens” em diferentes partes do Reino Unido.

reflexões de Tisdall apresentam similaridades com o Brasil quanto ao desafio para que a participação ocorra no âmbito das práticas e políticas atuais. Ela afirma que:

(...) A ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (UNCRC) e, conseqüentemente, a promoção da participação infantil, representaria um grande desafio para as políticas e práticas no Reino Unido, assim como para a prática familiar e comunitária, exigindo uma mudança cultural significativa. (Tisdall, 2012, p.22)

O Brasil incorporou os pressupostos que embasam a Convenção sobre os Direitos da Criança em suas legislações e nas políticas públicas posteriormente formuladas. No entanto, no quadro atual, caracterizado por desigualdades sociais e menores oportunidades de formação, integração e de participação constituem desafios para sua efetivação.

De acordo com Tisdall (op cit), diferentemente de outros países, no Reino Unido a ratificação de acordos internacionais apresenta um impacto reduzido nas leis nacionais. “O novo governo trabalhista adotou a medida radical de incorporar a Convenção à legislação através do Human Rights ACT (legislação dos Direitos Humanos (HRA), de 1998” (p.27). Essa legislação não está especificamente voltada para a defesa dos direitos das crianças, mas se torna relevante para incorporação legal da Convenção dos Direitos da Criança no Reino Unido. A autora cita como exemplo, as legislações dos países que compõem essa região, como a Inglaterra e País de Gales que tiveram a primeira Legislação da Infância (Children ACT) de 1989, na Irlanda do Norte (Children Order) e na Escócia (Children ACT) de 1995, as quais possuíam bastante similaridade a legislação de 1989.

Desta forma, as três legislações aumentaram os direitos das crianças a participar dos processos decisórios em temas que impactavam diretamente as suas vidas. No entanto, ainda constituem questões que limitam o acesso à participação (“... e uma grande parcela dos aspectos referentes à vida e os serviços oferecidos para as crianças estão excluídos” (Tisdall, 2012, p.21). Apesar disso, essa legislação para a infância pautada na Convenção se constitui o dispositivo legal utilizado para promover os direitos da criança à participação, tanto no nível individual como na esfera de decisão coletiva.

Nesse sentido, no Reino Unido apesar dos desafios, o direito à participação foi bastante estimulado após a Convenção. Como exemplo, a autora destaca os Fóruns da Juventude, os Parlamentos da Juventude e os Conselhos da Juventude.

Os conselhos estudantis representam o mecanismo formal predominante para que as crianças possam se expressar. No país de Gales em 100% das escolas, presumivelmente, há conselhos estudantis. Enquanto na Inglaterra e na Escócia o índice é de 85-90%” (p.27).

Contudo, Tisdall discute que este Conselho não foi avaliado como eficaz por parte de estudantes do ensino médio, isto porque, consideravam que as demandas colocadas por eles não tinham respostas. A autora afirma que neste mesmo período houve uma redução significativa da participação de jovens na esfera política. A análise de Carrano (2006) realizada sobre a participação social e política de jovens no Brasil, levando em consideração também o lugar que esta temática vem ocupando no contexto das grandes inquietações mundiais, no que diz respeito aos desafios apresenta similaridade ao debate de Tisdall.

Para Carrano, assim como para Tisdall a participação ocorre mais significativamente entre os jovens com maiores condições sócio-econômicas, como também entre os jovens com maior escolaridade, o que está relacionado às oportunidades que estes possuem de ampliar seus conhecimentos e desenvolver argumentos e capacidade de se articularem.

No entanto, esta realidade não corresponde a que vive a parcela mais empobrecida da população. Este é o caso específico dos adolescentes em situação de acolhimento institucional, cujas famílias são particularmente afetadas pelo quadro de grandes desigualdades sociais que caracteriza o país.

No caso do Reino Unido, Tisdall (op cit) discute que este se insere na última colocação entre os países ricos no índice que mede o bem-estar das crianças. Dessa forma, guardada as especificidades de contexto tanto no Reino Unido como no Brasil, apesar dos avanços, persiste como desafio a participação dos adolescentes nos processos decisórios.

No caso dos adolescentes em serviços de acolhimento institucional, podemos citar como um exemplo desse desafio a própria elaboração do PIA

(Plano Individual de Atendimento). O PIA, conforme será discutido no próximo capítulo é estabelecido pela Lei 12010 (2009), deve ser elaborado imediatamente após o acolhimento e o objetivo a ser atingido é a reintegração familiar. Este plano deve ser construído com a participação da criança e do adolescente e de sua família. De acordo com o parágrafo 5º desta lei: “O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável”. Além disso, deve-se constar o planejamento das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente e seus pais ou responsável, com vistas à reintegração familiar.

No entanto, para que isso ocorra é necessário tempo e o estabelecimento de uma relação de empatia, vínculos com a criança e o adolescente, devendo ser realizado de uma forma gradativa e revisto periodicamente, não apenas por ocasião da chegada dos adolescentes na instituição de acolhimento, com vistas a atender os trâmites burocráticos, de acordo com as prerrogativas da lei. Da mesma forma, que outras questões que envolvem o dia-a-dia dos adolescentes nas instituições de acolhimento, a participação dos adolescentes na elaboração do PIA tal como é estabelecido e deve ocorrer, consiste num desafio.

Cabe lembrar que a questão central do presente estudo refere-se a esse desafio da participação dos adolescentes, nas questões que os afetam no seu cotidiano no acolhimento institucional. Passemos, então, a centrar nossa discussão nos adolescentes que constituem o foco de nossa análise.

1.3.

Os adolescentes em serviços de acolhimento institucional

Esses meninos e meninas são inseridos nos serviços de acolhimento institucional em situações e idades diversas, com trajetórias de vida difíceis, apresentando também uma pluralidade de vínculos, marcados por rupturas e uma procura constante de proteção e um local de pertença. Quem são eles? Qual o motivo do acolhimento? Qual o período de permanência nestas instituições?

Procuramos conhecer essa realidade com o objetivo de melhor compreendermos o contexto no qual vivem nestas instituições, como também, para contrastarmos mais adiante na análise de dados com o que atentamente ouvimos dos adolescentes, que focalizamos nesta pesquisa de doutorado, suas principais características e suas histórias.

Para tanto lançamos mão de indicadores sociais de algumas pesquisas relevantes neste âmbito, que vêm investigando os serviços de acolhimento e as características das crianças, dos adolescentes e suas famílias, como as pesquisas: O Levantamento Nacional sobre abrigos do IPEA (2004); O Levantamento Nacional das crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento (2013) e o Censo realizado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (2014).

O Levantamento Nacional das Crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013) constatou que o Brasil possui 36.929 crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Este Levantamento foi realizado pelos pesquisadores do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves) da Escola Nacional de Saúde Pública (Claves/Ensp/Fiocruz) em conjunto com a equipe técnica da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS), sendo pesquisados 2624 serviços de acolhimento em todo o país no período de 2009 a 2010 e concluído no ano de 2011.

Os indicadores apontaram que a região Sudeste apresenta o maior número de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento, 21.790, seguido da região Sul com 8.324. No Nordeste, 10,0%, no Centro-Oeste, 5,7% e no Norte 2,8%, constituindo um total de 6.875 crianças/adolescentes acolhidas. O Sudeste e o Sul possuem 81,3% e as outras regiões 18,7%.

Destacamos que dentre o total de 21.790 crianças e adolescentes atendidos na região sudeste, 38,4% está constituído por adolescentes. Assim, verifica-se que existe um quantitativo significativo de adolescentes privados do direito fundamental à convivência familiar. Ou seja, que não convivem cotidianamente com a família de origem, afetiva ou outras pessoas com as quais possam estabelecer vínculos afetivos, se sentirem protegidos e apoiados no processo de construção da identidade. De acordo com Unicef (2011), o caso específico dos adolescentes em serviço de acolhimento é mais complexo, isto porque, quanto maior a idade mais reduzida são as possibilidades de retorno à convivência

familiar, por meio de reintegração, adoção e outras formas de acolhimento. Além das dificuldades para o desenvolvimento de experiências nestas instituições com estratégias efetivas para a garantia do direito a uma família, a construção da autonomia dos adolescentes e redes afetivas.

No que tange à cor da pele/etnia, a pesquisa do Levantamento Nacional constatou que 41,1% das crianças e dos adolescentes são referidos institucionalmente como brancos, 18,9% como pretos, 38,7% como pardos, 0,3% como amarelos, e 0,4% foram referidos como de etnia indígena” (2013, p.165). Considerando a soma do percentual de crianças e adolescentes pretos e pardos (57,6%), podemos observar que estes se constituem na maioria das crianças e adolescentes acolhidas. Tais dados podem apontar para as desigualdades sociais que historicamente perpassam essa população, o que pode gerar maiores dificuldades socioeconômicas e maiores chances das crianças e adolescentes negros e pardos serem acolhidos, do que as crianças e adolescentes brancos.

O estudo realizado por Serrano (2011) sobre as crianças institucionalizadas no município de Ribeirão Preto obteve resultado similar, cujo, total de crianças pardas e negras acolhidas foi 51%. Para esta autora, isso também pode estar relacionado a dificuldades socioeconômicas e a discriminação de uma série de direitos à população negra. Como também, levantou como hipótese a existência de interesse e a preferência pela adoção de *crianças brancas*.

No que se refere à escolaridade, o Levantamento Nacional (2013) observou que os adolescentes de todo o país na mesma faixa etária que os adolescentes em serviços de acolhimento, possuem percentual maior de frequência à escola, como também, a existência de uma defasagem escolar entre os adolescentes em serviços de acolhimento e os adolescentes da mesma faixa etária do país. Esta constatação foi realizada por meio de análise comparativa com a PNAD (2008). Relativo à taxa de escolarização, no grupo de adolescentes em acolhimento de 16 a 17 anos, esta consistia em 54,1%. Já para os adolescentes na mesma faixa etária no país, no grupo de 15 a 17 anos era de 82,1%. No que se refere à defasagem escolar, foi observado que de todas as crianças e adolescentes em serviços de acolhimento que frequentam a escola, 83% estão em defasagem escolar. As crianças e adolescentes na mesma faixa etária no país apresentam a defasagem escolar de 27,5%.

Atualmente, de acordo com a PNAD (2013) a taxa de escolarização no grupo de adolescentes na mesma faixa etária no país, 15 a 17 anos consiste em 84,3%, tendo apresentado uma evolução em relação ao ano de 2007 (82,1%). Desta forma, o grupo de adolescentes em acolhimento institucional apresenta menor proporção de taxa de escolarização.

Sobre o tempo de acolhimento, o Levantamento Nacional (2013) constatou que houve uma redução do período de permanência das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento institucional, realizando uma análise comparativa com o Levantamento do IPEA/CONANDA (2004), afirmando que reduziu de 52,6% para 30,4% as crianças e os adolescentes que permaneciam entre 2 e 5 anos acolhidos e 19,7% para 11,9% aqueles que se encontravam por mais de 6 anos. No entanto, ainda existem crianças e adolescentes que permanecem em acolhimento institucional por vários anos. O próprio Levantamento Nacional (op.cit) pontua que existe uma complexidade de questões inerentes às crianças e adolescentes em situação de acolhimento, como evasões, retornos, e rotatividade. Constituem-se, assim em dificuldades para a efetivação do acolhimento de forma provisória:

Existe descompasso entre a consciência da necessidade do acolhimento pelo menor tempo possível e sua real efetivação. Tal situação é motivada por vários problemas: condições socioeconômicas precárias das famílias; falta de programas e ações que favoreçam a reintegração familiar; (...). Ao ocupar o espaço deixado pela insuficiência dos programas que atendam as famílias em situação de vulnerabilidade social, o abrigo se torna uma forma de política pública, muito valorizadas pelas famílias por proporcionar estudos, disciplina, lazer e atendimento médico dos quais seus filhos estavam excluídos. (Levantamento Nacional, 2013, p. 215)

O texto acima indica desigualdades sociais presentes na sociedade atual, que afetam as condições de vida dessa população, além das dificuldades encontradas para acessar políticas que possam apoiar estas famílias ou a referência afetiva das crianças e adolescentes, reduzindo assim as possibilidades de reintegração familiar.

Os indicadores deste Levantamento Nacional também apontam, que os Estados com maior número de acolhidos localizam-se na região sudeste, são eles:

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Iremos direcionar esse debate para o Estado do Rio de Janeiro, no qual fica localizado o município de Duque de Caxias, objeto da presente análise.

Essa discussão tomará por referência o censo realizado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a partir dos dados constantes no Módulo Criança e Adolescente (MCA) até 31/12/14.

Segundo o censo das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento no Estado do Rio de Janeiro, em 2014 existiam 1.809 (86,93%) crianças e adolescentes atendidas em acolhimento institucional, 222 (10,67%) em acolhimento familiar (Família Acolhedora) e 50 (2,40%) em atendimento especializados para dependentes químicos, totalizando 2.081 crianças e adolescentes. Destes, 775 (37,24%) são constituídos por adolescentes na faixa etária de 13-18 anos, dos quais 581 estudavam, enquanto que 194 estavam fora da escola (MPRJ, 2014). Estes dados demonstram que ainda existem desafios para o acesso e permanência dos adolescentes na escola.

A Constituição Federal de 1988, o ECA de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei nº9. 394, de 20 de dezembro de 1996) constituem um avanço com relação ao direito à educação. A educação de acordo com a LDB (1996) é entendida como processo de aprendizagem e de socialização que se desenvolve nas instâncias da família, do trabalho, da escola e em todas as outras formas de socialização. Apesar disso, e de ser considerada por estes dispositivos legais um direito universal de todos os cidadãos na sua operacionalização, este direito pode não se efetivar da forma como deveria, tendo em vista que uma parcela da população não tem acesso às escolas ou permanecem com baixa qualidade de ensino contribuindo, conseqüentemente, para o agravamento das desigualdades sociais.

O Censo do MPRJ (2014) não faz menção à situação de trabalho dos adolescentes, o que pode estar relacionado, de acordo com o ECA (1990) e com a lei 10.097 (2000) a ser proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos, sendo permitido nessa idade somente na condição de aprendiz. No entanto, durante a permanência dos adolescentes nas instituições de acolhimento pode ser realizado um trabalho para a sua construção de autonomia, resguardado o que estabelece a legislação em vigor.

Durante o período de observação participante e nas entrevistas realizadas, verificamos que apesar de todos os adolescentes que focalizamos nesta pesquisa de doutorado apresentarem idade a partir de 14 anos, apenas a adolescente Sabiá estava trabalhando, na condição de aprendiz. Nesta ocasião, a equipe técnica da instituição, na qual se encontrava esta adolescente informou que o trabalho dela estava de acordo com a legislação.

Quanto aos motivos de acolhimento levantados pelo MPRJ (2014), cabe destacar os 3 que se apresentam com maior frequência: negligência com o quantitativo de 732 (35,18%); abandono pelos pais ou responsáveis, 235 (11,29%) e situação de rua, 161 (7,74%) dos casos. Comparando com o Levantamento Nacional (2013) possui similaridade com os motivos de acolhimento no Brasil, modificando apenas a ordem de incidência do terceiro principal motivo de acolhimento, que neste caso refere-se a pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas. No Estado do Rio de Janeiro esse motivo incide sobre 134 (6,44%) dos casos, em ordem de frequência, ocupando o sexto motivo de acolhimento.

No tocante ao tempo de acolhimento, dentre as crianças e adolescentes acolhidos (33,97%) encontravam-se num período superior a 2 anos e (66,03%) num período de até 2 anos, prazo máximo estabelecido pela Lei 12010 (2009), —a permanência máxima da criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”. De acordo com o MPRJ (2013) esse percentual vem sendo reduzido. Assim como, o quantitativo de crianças e adolescentes acolhidos desde o primeiro censo realizado em 2007 (3782) em comparação ao censo com data de corte de 30 de junho de 2014 (2.137) e 31 de dezembro de 2014 (2.081) (MPRJ, 2013). Apesar disso, ainda existe 33,9% de crianças e adolescentes num período superior a 2 anos em acolhimento no Estado do Rio de Janeiro. Isto já foi discutido anteriormente a partir dos indicadores sobre o acolhimento no Brasil, reiterando desta forma que consiste num desafio a efetivação do acolhimento de forma provisória.

O referido censo constatou também que das 2.081 crianças e adolescentes acolhidas 1.158 recebem e 923 não recebem visitas. Assim como, que as visitas

mais frequentes são semanais, ocorrendo com 636 (30,56%) das crianças e adolescentes, e as mais esporádicas são bimestrais, ocorrendo com 43 (2,07%) das crianças e adolescentes em acolhimento.

Desta forma, observa-se que mais da metade das crianças e adolescentes recebem visitas, o que também foi constatado em outras pesquisas. Rossetti-Ferreira et al. (2011) na pesquisa realizada com crianças no município de Ribeirão Preto, observou que em 55% dos casos ocorriam visitas, 24% não ocorriam e 21% não haviam informações. A pesquisa do Levantamento Nacional (2013) verificou que 59,4% das crianças e adolescentes recebem visitas durante o período de acolhimento, assim como, que as visitas mais frequentes são semanais para 47,1% das crianças e adolescentes, quinzenal para 24,5% e mensal para 16,8%. As demais visitas são mais esporádicas, realizadas por amigos da criança e adolescente (7,5%); padrinhos afetivos (6,8%); pessoas interessadas em adoção (3,2%) e vizinhos da comunidade de origem (0,4%). Apesar de mais de 50% das crianças e adolescentes em acolhimento receberem visitas, podemos observar que ainda existe um percentual considerado alto de crianças e adolescentes que não recebem visitas. Esta prática do contato desses meninos e meninas com suas famílias de origem ou afetivas, por meio de visitas que vem sendo realizada nestas instituições me causa um estranhamento, surgindo assim, a seguinte inquietação: Família visita? Levando em consideração que um dos princípios das instituições que desenvolvam serviços de acolhimento é a preservação dos vínculos familiares, o acesso da família as crianças e adolescentes poderia ser livre, de acordo com o horário de funcionamento destas instituições. No entanto, esta questão não se refere ao foco central desta pesquisa de doutorado e poderá ser aprofundada em futuros estudos.

Diretamente relacionado com o foco deste estudo, conforme o Censo (MPRJ, 2014) entre as 2.081 (100%) crianças e adolescentes atendidas no Estado do Rio de Janeiro, existem 114 (5,48%) no município de Duque de Caxias e 10 entidades de acolhimento. A maioria constituída por 100 (87,72%) tem a origem do próprio município de Duque de Caxias e o restante de outros municípios, 7 (6,14%) de Magé, 4 (3,51%) do Rio de Janeiro, 2 (1,75%) de Belford Roxo e 1 (0,88%) de Petrópolis, totalizando 14 crianças e adolescentes.

Segundo os indicadores deste censo, Duque de Caxias é o quarto município do Estado do Rio de Janeiro que possui um quantitativo maior de crianças e adolescentes acolhidos: 114 (5,48%), sendo o primeiro o município do Rio de Janeiro, com 776 (37,29%), o segundo Campos dos Goytacazes com 150 (7,21%) e o terceiro Nova Iguaçu com 133 (6,39%).

O município de Duque de Caxias apresenta uma proporção maior de meninos 68 (59,7%) do que meninas 46 (40,3%) nas 10 instituições de acolhimento existentes neste município (MPRJ,2014). Estes dados possuem similaridade com o Levantamento do IPEA/CONANDA (2004) que identificou uma maior proporção de meninos (58,5%) do que meninas (41,5%) nos 589 abrigos pesquisados em todo país. O Levantamento Nacional (2013) também identificou uma maior incidência de meninos (52,3%) do que meninas (47,7%) acolhidos, no entanto, numa proporção menor que o IPEA (2004) encontrou no Brasil e o que o Censo (MPRJ, 2014) verificou no município de Duque de Caxias.

Um aspecto que vale ressaltar da pesquisa do IPEA, é que a proporção de meninos em relação à meninas aumenta de acordo com a idade, sendo maior na faixa etária de 16 a 18 anos. Quanto aos motivos, o IPEA aponta que ainda não se tem clareza a esse respeito, se fazendo necessário maiores investigações. No entanto, registra que pode estar relacionado ao fato das meninas conseguirem sair com mais facilidade das instituições do que os meninos. De acordo com o IPEA:

(...) seja porque retornam mais rápido à convivência com a própria família de origem, ou porque encontram uma família substituta, ou, ainda, porque conseguem mais rápido meios para viabilizar a própria sobrevivência de forma autônoma e independente. (...) A preferência pela adoção de crianças do sexo feminino, predominante na nossa sociedade, parece insuficiente para compreender essa tendência, pois é justamente em plena adolescência, quando a adoção é mais difícil, que o número de meninas entre a população abrigada diminui mais significativamente. (IPEA, 2004, p.10)

Ao analisar os dados do Censo (MPRJ, 2014) no município de Duque de Caxias, no que pese a proporção de meninos também se apresentar em maior incidência, observa-se, que esta proporção não aumenta de acordo com a idade, conforme constatado pelo IPEA/CONANDA (2004). Na faixa etária (16 a 18 anos) existiam 6 meninas e 8 meninos acolhidos neste município.

Quanto à situação de escolaridade, 75 (65,79%) estudam, enquanto 39 (34,21%) crianças e adolescentes não estudam. Esta situação apresenta similaridade com os dados levantados do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, no qual existe um significativo quantitativo de crianças e adolescentes sem acesso a educação, além de apresentarem uma baixa escolaridade, apresentando os adolescentes em acolhimento institucional uma defasagem escolar em proporção bem maior do que os adolescentes no país que se encontram na mesma faixa etária do que eles.

Com relação ao tempo de acolhimento, no município de Duque de Caxias, assim como, no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro houve uma redução. No entanto, ainda existe um quantitativo significativo de crianças e adolescentes acolhidas há vários anos. O Censo do MPRJ (2014) constatou que em Duque de Caxias 49 (42,98%) crianças e adolescentes estão acolhidos há mais de 02 anos.

Este Censo constatou que como maior incidência de motivos de acolhimento: a Negligência 31 (27,19%); o Abandono pelos pais ou responsáveis 14 (12,28%); os Abusos físicos ou psicológicos contra criança e adolescente 14 (12,28%); os Pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas 13 (11,40%); a Situação de Rua 9 (7,89%); o Abuso/suspeita de abuso sexual 8 (7,02%) e a carência de recursos materiais da família ou responsáveis 5 (4,39%), os quais respondem pela institucionalização de 94 (82,45%) das crianças e adolescentes do município de Duque de Caxias. Os demais motivos (em razão de sua conduta; conflitos no ambiente familiar; devolução por tentativa de colocação familiar mal sucedida; risco de vida na comunidade; orfandade e responsável impossibilitado de cuidar por motivo de doença) são responsáveis pelo acolhimento de 20 (17,55%) das crianças e adolescentes.

Cabe ressaltar que os motivos de acolhimento do município de Duque de Caxias guardam semelhanças com a situação do Brasil, analisada pelo IPEA / CONANDA (2004), assim como a situação do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ, 2014), havendo apenas diferenças entre os motivos mais frequentes.

Segundo o IPEA/CONANDA (2004) a maioria dos motivos de acolhimento (52%) constatados na pesquisa realizada pode estar associados à pobreza. Ao comparar esta observação do IPEA (2004) com os dados indicados pelo MPRJ (2014) no município de Duque de Caxias, podemos verificar também uma relação

com a pobreza e a precarização das condições de vida das famílias, como por exemplo, o abandono pelos pais ou responsáveis foi citado como motivo de acolhimento de 12,28%; a situação de rua de 7,89% e a carência de recursos materiais foi citada como motivo de acolhimento em 4,39%.

Entendemos a pobreza para além da falta de recursos materiais para a sobrevivência. Lustosa (2001), assim como Demo (2003), expõem sobre esta necessidade de se definir a pobreza de uma forma mais abrangente, sem levar em consideração apenas estes aspectos de destituição material, devendo levar-se em consideração também os aspectos de participação social e política. Demo (op.cit) afirma que “(..) é míope ver na miséria apenas a destituição física, sem perceber o massacre do sujeito, a massa de manobra” (2003, p. 99). De acordo com este autor, a pobreza possui uma causa qualitativa, não se restringindo apenas à carência material, como também na destituição de direitos e outra de ordem quantitativa, em relação à situação socioeconômica. Nesse sentido, essa população para além da falta de recursos econômicos, possui grandes dificuldades para o acesso aos direitos sociais estabelecidos constitucionalmente. O IPEA (2004) afirma sobre a complexidade e as dificuldades que esta população possui para o acesso aos direitos fundamentais, como moradia, saneamento, alimentação e educação.

O Censo (MPRJ) também constatou que das 114 crianças e adolescentes acolhidas, 77 recebem e 37 não recebem visitas. Assim como, que as visitas mais frequentes são semanais, ocorrendo com 34 (29,82%) e quinzenais, ocorrendo 26 (22,81%) das crianças e adolescentes e as mais esporádicas são mensais, ocorrendo em 15 (13,16%) dos casos. Da mesma forma que ocorre no Brasil, conforme identificado pelo Levantamento Nacional (2013) e no Estado do Rio de Janeiro, segundo o censo (MPRJ, 2014), podemos observar que mais da metade das crianças e adolescentes no município de Duque de Caxias recebem visitas. Apesar disso ainda existe um quantitativo de 37 crianças e adolescentes em acolhimento neste município, que não recebem visitas, reiterando que consiste num número significativo, levando em consideração o acolhimento como uma medida provisória, conforme estabelece a legislação.

No tocante a ações judiciais com vistas à efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Censo (MPRJ, 2013), no Estado do Rio

de Janeiro existe um avanço nas ações propostas em favor das crianças e adolescentes acolhidos, realizando uma análise comparativa em relação aos primeiros Censos realizados:

Ao contrário do observado nos primeiros Censos, em que mais de 60% dos acolhidos não tinha ação proposta em seu favor, verifica-se, a partir do 5º Censo, um significativo aumento no número de demandas judiciais ajuizadas, visando garantir o efetivo exercício do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, culminando-se, neste 13º Censo, com a queda de mais 20 pontos percentuais no total de acolhidos, quando comparado com os dois primeiros Censos. (p. 15)

Este avanço discutido no texto acima pode ser verificado também no município de Duque de Caxias, por meio dos indicadores do Censo (MPRJ, 2014), o qual constatou que mais da metade das crianças e adolescentes, 75 (65,79%) dos casos possuem ações judiciais com vistas à efetivação dos seus direitos.

Os dados discutidos acima demonstram as principais características das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento no Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e no município de Duque de Caxias. O acolhimento institucional passa por um intenso processo de mudanças, conforme será discutido a seguir.

2

A condição de sujeitos de direitos no processo de acolhimento institucional

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), atribui à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direitos, substituindo a repressiva doutrina dos Códigos de Menores (1927 e 1979), chamada de "Doutrina Jurídica do Menor em situação irregular". Institui, assim, novas referências políticas, jurídicas e sociais, estabelecendo a "Doutrina de Proteção Integral". De acordo com os seus primeiros artigos a criança e o adolescente tem direito à proteção integral, gozando de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, cuja responsabilidade é da família, da sociedade em geral e do Estado" (Brasil, 1990). A categoria "menor" foi excluída do aparato conceitual e jurídico, introduzindo a noção de adolescência e adotando os pressupostos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989.

Este Estatuto estabelece mudanças, trazendo uma nova perspectiva dos abrigos como uma medida de proteção provisória e excepcional, rompendo no plano legal com a estrutura repressivo asilar que vigorou no período de vigência dos antigos Códigos de Menores.

Com o objetivo de entender a dimensão que este novo paradigma assume e como repercutiu nas antigas práticas de internação, apresentamos um breve debate quanto aos aspectos operacionais das instituições conhecidas como "órfanatos", as quais possuíam organização equivalente às chamadas instituições totais, conforme análise de Goffman (2013).

A partir do Estatuto entraram em vigor diretrizes, normativas e orientações técnicas trazendo mudanças no acolhimento de crianças e adolescentes, cabendo destacar a lei 12010 (2009). Esta lei institui a expressão acolhimento institucional e estabelece que esta medida não extrapole o prazo máximo de 2 anos, com obrigatoriedade de justificativa quando esse prazo for ultrapassado, devendo ocorrer a reavaliação dos casos a cada 6 meses.

A medida protetiva de acolhimento institucional é estabelecida pelo Estatuto e pela Lei 12010 (2009) e implementada no âmbito da política de assistência

social, conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), na proteção social especial de alta complexidade. Discutimos os parâmetros da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente estabelecidos neste Estatuto, o caráter que a assistência social assume frente a estes parâmetros e a complexidade que envolve o processo de acolhimento institucional.

Este capítulo é finalizado com um debate sobre estas diretrizes, normativas e orientações técnicas que entraram em vigor na última década, como o Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA e CNAS, 2009) e a Lei 12010 (2009).

2.1.

Das antigas práticas ao acolhimento: um terreno em transformação a partir do ECA 1990

Na década de 1980, a abertura democrática e o fim do regime militar, conduziram um processo de “redemocratização” da sociedade e do Estado brasileiro. A reorganização de movimentos populares e a mobilização da sociedade civil em torno da luta pelos direitos da criança e do adolescente marcaram esta década, e obtiveram grandes conquistas para área. A centralização exercida pelas fundações de bem-estar do menor é recusada, na defesa da descentralização de políticas e práticas de atendimento à crianças e adolescentes. Foi organizado na Assembleia Constituinte um grupo comprometido com o tema da criança e do adolescente, cujo resultado se concretizou no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que estabelece prioritariamente os direitos da criança e do adolescente e introduz conteúdo e enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas.

A promulgação desta Constituição estabelece as bases para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Criam-se dispositivos contrários à

institucionalização de crianças e adolescentes, ocorrendo uma mudança de paradigma no trato à criança e ao adolescente, passando a serem entendidos como sujeitos de direitos na perspectiva de proteção integral.

Este Estatuto instaura mudanças no que se refere à institucionalização, de acordo com a natureza da medida aplicada: 1) o abrigo como uma medida de proteção, de caráter provisório e excepcional e 2) no caso de internação de adolescentes em instituições, como uma medida socioeducativa de privação de liberdade. Nos dois casos se determinam dispositivos de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Apesar de não ser nosso objetivo o debate da medida de número 2, brevemente registramos que a Constituição de 1988 e o ECA de 1990 estabelecem a inimputabilidade penal, passando estes meninos e meninas a contar com uma legislação especial, que preconiza medidas socio-educativas, as quais podem estar vinculadas ou não à medidas de privação de liberdade. De acordo com Burgos (2015) apenas em 2006 se deu a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), por meio de resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e ainda recentemente a sua conversão em lei, só ocorreu em 2012. Segundo este autor, o SINASE define que compete aos municípios a oferta dos programas voltados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços a comunidade. Aos Estados define a responsabilidade de aplicar as medidas de privação de liberdade: internação e semiliberdade. Estabelece ainda a obrigatoriedade de intervenções específicas nas famílias dos adolescentes, dentre outras medidas.

Observamos, assim avanços que vêm se processando neste âmbito, cabendo brevemente debater como eram as práticas de institucionalização anteriormente instauradas e fortemente enraizadas na sociedade, em contraponto as mudanças trazidas pelo ECA/1990.

As instituições conhecidas como “órfanatos”, que prevaleceram no período de vigência da antiga lei, possuíam organização equivalente às chamadas instituições totais, conforme Goffman (2013). De acordo com este autor, as instituições totais possuem como principal característica oferecer atendimento as necessidades cotidianas de seus participantes, de forma que estes não precisem delas sair. São obrigados a dormir, trabalhar, alimentar-se, enfim realizar todas

suas atividades dentro destas instituições. –(..) Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo ou por proibições à saída, que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas...” (p. 16).

Todos os aspectos referentes às necessidades de seus participantes são realizados na mesma instituição e sob uma única autoridade, sendo chamado de “~~interno~~” o indivíduo que nela se encontra. As atividades do dia-a-dia são realizadas de forma coletiva, anteriormente e rigorosamente programadas seguindo regras formais, com horários pré-estabelecidos, que não podem ser interferidos, com o objetivo de melhor controlar as situações e a vigilância sobre os internos.

Segundo este autor, as instituições totais podem ser enumeradas em 5 grupamentos. No primeiro, inclui aquelas criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas: casas para cegos, órfãos e indigentes; no segundo as instituições para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são uma ameaça à sociedade, de maneira não intencional: sanatórios para tuberculose, hospitais para doentes mentais e leprosários; no terceiro, inclui aquelas para proteger as pessoas contra perigosos intencionais: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração; no quarto considera as instituições para realizar de forma mais adequada alguma atividade de trabalho: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho e colônias e no quinto para servir de refúgio do mundo e instruções para religiosos: mosteiros e conventos, entre outras (grifo nosso).

Portanto, as instituições denominadas de internatos de menores, orfanatos, que vigoraram na época dos antigos códigos de menores, que possuíam um caráter de isolamento e fechamento, com uma estrutura hierárquica e autoritária podem ser conceituadas a partir desta análise de instituições totais, tal como proposto por Goffman (2013).

O ECA/1990 preconiza o rompimento com esse tipo de prática asilar, contudo uma série de resistências e dificuldades para o desmonte dessa estrutura foram encontradas e algumas práticas ainda persistem. De acordo com Rosseti-Ferreira et. al. (2011) apesar das mudanças e reconfigurações constantes nesse

campo nos últimos anos, esta prática de institucionalização de crianças, deixou-nos uma herança histórica e cultural, que ainda exerce influência na atualidade.

Desta forma, procura-se brevemente realizar algumas reflexões sobre os processos de mudanças e permanências a partir do ECA em comparação as antigas práticas. De acordo com o Estatuto:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (Capítulo II, Seção I, Art. 92)

O texto acima mostra-se contrário às antigas práticas de institucionalização, ao articular a noção de abrigamento¹¹ à busca de garantir a convivência familiar e comunitária, assim como, a preservação dos vínculos familiares. Ao passo que na antiga lei, na internação as crianças e adolescentes são, de fato, proibidos de ir e vir livremente. A ruptura com o mundo externo constitui uma regra das instituições, equiparando as instituições totais, conforme discutido por Goffman (2013). O isolamento é tão intenso que o interno torna-se despreparado para lidar com a vida cotidiana fora das fronteiras da instituição –se a estada do internado é muito longa, pode ocorrer, caso ele volte para o mundo exterior, o que já foi denominado ‘descultramento’ – isto é, ‘destreinamento’ – que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária” (p. 23).

No que pese o ECA/1990, a reorganização das instituições e o direito à convivência familiar e comunitária, é possível que no presente alguns adolescentes ou crianças ainda se deparem com situações simples do seu cotidiano e não saibam como lidar. Certa vez, na instituição que trabalhava como assistente social, um adolescente de 12 anos ao passar um final de semana em estágio de convivência com a possível família substituta, retornou expondo algumas dificuldades e descobertas, como por exemplo, não sabia abrir a lata de

¹¹ A Lei 12010/2009 alterou a terminologia de abrigamento para acolhimento.

refrigerante, repartir o pão e passar a manteiga durante o café da manhã, assim como servir sua própria refeição. Acrescentou também que foi passear no shopping e desta vez não se sentiu sendo olhado e tratado com diferença por parte das pessoas como sempre ocorria. Relatou ainda, que já havia sido colocado para fora do shopping algumas vezes, quando estava nas ruas. No abrigo que se encontrava apesar dessas mudanças fundamentais a partir do ECA/1990, a alimentação era servida no refeitório (prato feito) a todos, nos horários previamente estabelecidos. Apesar, do esforço da equipe técnica, ainda era um desafio a participação dos adolescentes em processos de escolhas em questões que envolviam o seu cotidiano naquela instituição.

Quanto ao atendimento personalizado e em pequenos grupos, um avanço e desafio preconizados pelo Estatuto, este não ocorria nas antigas práticas, podendo haver resquícios ainda nos dias de hoje. Um bom exemplo refere-se à declaração de alguns dos adolescentes que participaram desta pesquisa sobre não ser permitido que seus objetos pessoais ficassem sob a guarda deles, em uma das instituições pesquisadas, sob a justificativa que estes objetos poderiam ser utilizados por eles para agredirem-se mutuamente em ocasiões de conflito, como discutimos no capítulo 4.

Isto ocorria nas antigas práticas de institucionalização, desde a admissão na instituição os seus objetos pessoais e roupas eram retirados, a aparência era padronizada, inexistia atenção às particularidades, eram vistos de forma coletiva. Relacionando as instituições totais, de acordo com análise de Goffman (2013) desde a entrada havia ações como: fotografar, pesar, retirar impressões digitais, ser atribuído a números, guardar os objetos pessoais, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição e transmitir as regras. Desta forma, passa a ser padronizado institucionalmente. Para este autor, é despersonalizado em sua figura exterior, que passa a fazer parte do padrão institucional, definindo como o processo no qual o seu eu é mortificado, ou sua personalidade é perdida. Ou seja, são retirados os seus bens pessoais que lhe garantem uma aparência diferenciada em relação ao outro e, garantindo assim em parte, a própria identidade, este é progressivamente mortificado em seu eu, em sua personalidade. —...começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não

intencionalmente, mortificado” (p. 24). Os internos são expostos a situações de humilhação, por meio de práticas autoritárias que os obrigam a obedecer determinadas regras, como por exemplo, nas instituições penais, são obrigados a curvar-se. No caso específico de instituições de acolhimento, durante minha trajetória profissional pude observar, que, por vezes, algumas delas sob a justificativa de prevenir possíveis situações de violência, possuem como regras a permissão apenas de realizarem as refeições com o uso do talher, de tipo colher, sob a justificativa que os garfos podem ser utilizados como objetos cortantes.

Ainda sobre o atendimento personalizado, previsto no ECA/1990, outro aspecto importante é que a instituição seja o mais próxima possível ao ambiente familiar, inclusive no que diz respeito à estrutura física. Em contra ponto a isso, nas práticas antigas as instituições instaladas em grandes prédios com aparência exterior fria e reconhecível como uma estrutura institucional, com muros muito altos, grades e portões sempre fechados para impedir a comunicação com o exterior e possíveis tentativas de fuga. A autoridade institucional determina e fiscaliza a rotina, mantendo os internos sob controle, quanto a rotina e horários (acordar, se alimentar, fazer a higiene pessoal, estudar, assistir TV, dormir e brincar), assim como os espaços tem sua utilização rigorosamente controlada.

No entanto, apesar do que preconiza o ECA sobre o atendimento personalizado, semelhante ao ambiente familiar, ainda é possível encontrar atualmente a estrutura física, semelhante a casas muradas, com a tentativa de controlar a circulação das crianças e adolescentes, muitos deles ainda possuem as normas previamente estabelecidas, sem a participação das crianças e dos adolescentes na construção delas, como iremos discutir mais adiante. Quanto ao atendimento em pequenos grupos, o documento Orientações Técnicas (2009) indica um número máximo de usuários por instituição de 20 crianças e adolescentes. O Levantamento Nacional (2013) ao realizar a comparação com a pesquisa realizada pelo IPEA/Conanda (2004) observou que houve um significativo avanço, destacando que esse princípio (..) ganha, a partir de 2006, com a publicação do PNCFC (Brasil, 2006), uma ampla movimentação nacional com o objetivo de adequar os serviços às normativas” (p. 95). Este constatou também que as instituições que ainda não realizam o atendimento em pequenos grupos, em sua grande maioria possuem um maior tempo de existência (mais de

trinta anos). O que apresenta relação com as antigas práticas de acolhimento, conforme acima discutido, onde retratava a existência de grandes instituições que atendiam um elevado número de crianças e adolescentes. Desta forma, foi observado que mais de 80% das instituições de acolhimento com até 10 anos de existência acolhiam até 20 crianças e adolescentes, sendo assim (...) a maioria dos serviços mais recentes está adaptada à normativa sobre o número de crianças e adolescentes acolhidos” (p.95). Em menor proporção existe um elevado número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições mais recentes.

No que diz respeito a evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados, as instituições atendem a determinado perfil, comumente por faixa etária e quando atingem a idade limite, podem ser transferidos para outras instituições. Podem ocorrer transferências também, quando são envolvidas em episódios de conflitos com outras crianças e adolescentes, o que pode refletir em perdas afetivas. Isto porque, durante o acolhimento institucional as crianças e adolescentes constroem novos vínculos afetivos.

O ECA como um dispositivo legal contrário a essa estrutura repressivo asilar historicamente enraizada nas instituições, assim como as leis, normativas e orientações técnicas que passaram a vigorar recentemente, definem mudanças no acolhimento de crianças e adolescentes. No entanto, estas mudanças convivem com as velhas práticas que marcaram o atendimento a infância e a adolescência pobre no Brasil. Os profissionais que atuam nesse âmbito enfrentam dificuldades para atender as mudanças, sendo necessário não apenas refletir sobre as práticas, mas obter a estrutura e apoio necessário como será abordado mais adiante.

No próximo item iremos discutir os parâmetros para a Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente, estabelecido pelo ECA como um dos pilares da implementação do direito da criança e do adolescente.

2.2.

Os parâmetros da política de atendimento da criança e do adolescente

O ECA estabelece parâmetros da política de atendimento, que de acordo com o seu artigo 86 deve se realizar por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos estados e dos municípios.

Para tanto, propõe 5 linhas de ação, de acordo com o seu Capítulo I, Artigo 87:

- 1) Políticas sociais básicas (item I);
- 2) Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem (item II);
- 3) Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão (item III);
- 4) Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos (item IV);
- 5) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente (item V).

No artigo 88 (item I a VI), estabelece as diretrizes que constituem a política de atendimento: a municipalização, a criação de conselhos em níveis, municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente; criação e manutenção dos programas específicos, observada a descentralização político-administrativa, manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos das crianças e dos adolescentes e integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, mobilização da opinião pública no sentido de indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Para atender esses princípios de descentralização político-administrativa, tal como proposto pela Constituição Federal de 1988, compreendido como a partilha de recurso, competência e poder entre as 3 esferas de governo, assim como, a municipalização do atendimento a esse segmento social estabelecido pelo ECA, cabe aos municípios a execução das políticas e programas voltados à criança e à

adolescência, pautados numa prática de gestão social pública, democrática e participativa.

O ECA estabelece como instâncias de co-gestão a criação dos Conselhos de Direito, em nível municipal, estadual e nacional, como espaços públicos para a discussão e controle das ações, assim como manutenção dos Fundos (municipal, estadual e nacional) vinculados aos respectivos conselhos, conformando, assim, uma nova relação de responsabilidades compartilhadas entre os poderes públicos e a sociedade civil frente às demandas da criança e do adolescente. O Estatuto estabelece a criação do Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, que possui o papel zelar pelos direitos da criança do adolescente.

No entanto, faz-se de fundamental importância que estes conselhos possuam ações efetivas e no caso específico dos municipais, conheçam a realidade e demandas das crianças e dos adolescentes, assim como as ações existentes voltadas para o atendimento desta população.

O Estatuto, no artigo 98 prevê medidas de proteção que são aplicadas quando existe violação ou ameaça de direitos, tanto por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, como pela falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável. Nesse sentido, estabelece no seu artigo medidas protetivas que incluem não somente a criança e o adolescente, mas a sua família. Segundo o seu artigo 101 são as medidas previstas:

- 1) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade (item I);
- 2) Orientação, apoio e acompanhamento temporários (item II);
- 3) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental (item III);
- 4) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente (item IV)
- 5) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial (item V);
- 6) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcólatras e toxicômanos (item VI);
- 7) Abrigo em entidade (item VII);
- 8) Colocação em família substituta (item VIII).

Dentre essas medidas protetivas, estabelece o abrigo como uma medida excepcional e provisória, conforme o parágrafo único do artigo 101 –o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Assim, traz uma nova perspectiva dos abrigos, rompendo no plano legal com a estrutura repressivo asilar que vigorou no período de vigência dos antigos Códigos de Menores, conforme discutido no item anterior. Esta perspectiva é reforçada pela Lei 12010 (2009) que instituí a expressão acolhimento institucional, estabelecendo que esta medida não extrapole o prazo máximo de 2 anos, com obrigatoriedade de justificativa quando esse prazo for ultrapassado, devendo ocorrer à reavaliação dos casos a cada seis meses. Conforme lê-se no seu artigo 19:

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6(seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

As crianças e os adolescentes são encaminhados para o programa de acolhimento institucional quando vivenciam situações de violação de direitos ou quando existe ruptura dos vínculos familiares e/ou comunitários. O acolhimento objetiva a proteção integral, o acesso aos direitos sociais, à convivência familiar e comunitária com vistas à superação das condições de violação de direitos. Nesta tese, defendemos que esta medida protetiva deve também possibilitar a garantia de bem estar e a construção de projetos de vida, que incluam a participação adolescente nas questões que os envolvem nestas instituições.

No entanto, o trajeto que estes meninos e meninas passam e o próprio “viver” em acolhimento é uma situação complexa. O Conselho Tutelar, de acordo com o ECA pode aplicar medidas de proteção que visem mudanças na situação da

família. Contudo, se houver continuidade na violação de direitos ou condição de risco pessoal ou social, de acordo com a avaliação e necessidade, poderá encaminhar para o Ministério Público ou Poder Judiciário para aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional ou familiar. De acordo com a lei 12010 (2009), a aplicação desta medida apenas poderá se efetivar por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, sendo o afastamento da criança e do adolescente da convivência familiar de sua competência exclusiva. Concordamos com Rossetti-Ferreira et al (2011) que isto pode trazer indícios de um retorno a práticas antigas, quando competia a figura do juiz a resolutividade da situação das crianças e dos adolescentes. Nas palavras da autora: “(..) uma tendência a judicializar a decisão do abrigamento”. (p.45). Por outro lado, anteriormente pautado no ECA a responsabilidade era do Conselho Tutelar, havendo em muitas ocasiões uma prática desmedida de abrigamento por parte deste Órgão.

Existem situações de urgência que o Conselho Tutelar, assim como, as instituições de acolhimento podem acolher crianças e adolescentes, devendo comunicar ao Poder Judiciário no prazo de 24 horas, que após ouvir ao Ministério Público, decidirá se o acolhimento será realizado.

Segundo Rosseti-Ferreira et al (2011) as crianças e adolescentes acolhidas devem possuir um auto processual no Poder Judiciário – Fórum, e o Ministério Público deve realizar uma ação de acolhimento, ou de destituição de poder familiar, se houver necessidade. A família possui direito a defesa, as determinações do juiz devem ser atendidas, como por exemplo, solicitação do estudo social e psicológico do caso pela equipe interprofissional da instituição de acolhimento ou do Fórum. De acordo com a lei supracitada, como discutimos anteriormente estes terão a sua situação reavaliada no máximo a cada 6 meses. A autoridade judiciária competente irá decidir sobre sua situação, tomando por base relatório elaborado por esta equipe, constando o trabalho e o planejamento realizado com vistas a reintegração familiar. Isto é relevante para que não permaneçam por longos períodos institucionalizados.

O acolhimento deve preservar as atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes, como por exemplo, a matrícula escolar, cursos, atividades de lazer, dentre outras. O desligamento deve também ocorrer quando são superadas as

condições que levaram ao acolhimento, priorizando como acima o retorno familiar, e em última instância a colocação em família substituta, ou porque o adolescente completou 18 anos. Existem também situações que as crianças e adolescentes são desligadas, devido a transferências para outras instituições e evasões. Segundo o ECA (1990) esse desligamento deve se dar de forma gradativa, com o objetivo de favorecer que tenham condições de viver externamente a estas instituições. Contudo, existe uma gama de desafios: Como seus direitos são assegurados no seu cotidiano institucional? Como é para os adolescentes o “viver” nestas instituições? Esta pesquisa nos dá algumas pistas das dificuldades encontradas por eles e elas, de acordo com suas narrativas, como discutimos no capítulo 4.

O programa de acolhimento institucional além de ser estabelecido por estas legislações, devendo atender suas prerrogativas é implementado no âmbito da política de assistência social, previsto na PNAS (2004), na proteção especial de alta complexidade. Esta política de assistência social integra as linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, estabelecida pelo ECA, conforme será discutido a seguir.

2.3.

O Caráter da assistência social frente aos parâmetros da política de atendimento da criança e do adolescente

Antes de iniciar o debate quanto a configuração desta política no ECA, pretendemos brevemente discutir que a assistência social só foi reconhecida no Brasil como política pública de direitos, a partir da década de 1980 com a promulgação da Constituição Federal de 1988, posteriormente com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) e mais recentemente com a promulgação da PNAS (2004). Dessa forma, passou a integrar o Sistema de Seguridade Social, atribuindo ao Estado o dever de garanti-la, rompendo no plano legal com práticas assistencialistas e clientelísticas na qual esteve historicamente vinculada.

De acordo com Boschetti (2003), historicamente sem respaldo legal e normas que a regulamentasse, a assistência social foi utilizada como moeda clientelista e apropriada com facilidade pela filantropia voluntarista, tendo se constituído como “parente pobre” das demais políticas sociais.

A partir dos dispositivos legais acima citados se introduz uma nova concepção de assistência social como política social pública de direitos, porém, consistindo ainda num desafio sua efetivação como tal no âmbito da prática. Isto porque, nesse contexto ocorre um processo de desmantelamento dos direitos conquistados, em função das políticas neoliberais no país.

A discussão do conceito de Política Social como pública nesta tese, pauta-se nos estudos de Pereira (2008) e (2009). Esta autora afirma que a referência a política social, associada a conceitos de políticas públicas e direitos de cidadania, é muito recorrente na contemporaneidade como uma tendência intelectual e política. Porém, ocorre dentro do contexto neoliberal, que a política, como indicação de governo ativo e responsivo, tornou-se um anacronismo, pois dificulta a concretização dos direitos sociais.

Assim sendo, a política social é muito recorrida, mas a concretização dos direitos sociais ainda parece não ser realizada. O fato da política social ser muito mencionada se explica, devido a sua imprecisão conceitual, existindo uma tendência a utilização desse termo de forma geral e sem mediação teórico conceitual, principalmente na língua portuguesa, por só existir um vocábulo para designar diferentes modalidades de políticas, podendo confundi-la com ações pragmáticas, voluntaristas e clientelistas.

Segundo esta autora, a política pública integra o ramo do conhecimento chamado de Policy Science, que teve sua origem nos Estados Unidos e na Europa, no segundo pós-guerra, a partir de estudos de pesquisadores que buscavam entender as relações entre governo e sociedade para além das tradicionais dimensões normativas e morais. Estes pesquisadores não possuíam elementos para uma avaliação sobre a organização e o funcionamento da máquina estatal, passando desta forma a incluir, em seus estudos, questões de justiça, de equidade e de desenvolvimento social, econômico e político. Esta autora destaca que, neste período, o Estado de Bem Estar consolidou-se nos países capitalistas industrializados do Ocidente. Foi neste contexto de mudanças e reorientações

teóricas e metodológicas, que se constituiu a policy science, não tendo como objeto nem a estrutura dos governos, como tampouco o comportamento dos atores políticos, e sim, o que os governos efetivamente fazem. Conseqüentemente, o objeto privilegiado desse ramo de conhecimento é a política pública e a forma como ocorre a sua formação e processamento.

Cabe sinalizar que a Policy Science possui três principais características: multidisciplinaridade, visto que não se restringe a estudos específicos, mas abrange temas e questões tratados por outras disciplinas; intervencionismo, que além de conhecer o objeto de estudo, procura interferir e modificá-lo; e normativa, porque não se restringe apenas a racionalidade, não separando fins e meios, valores e técnicas no estudo das ações dos governos.

Pontua também, que existem muitas definições, autores e atores que tentam compreender a política social e colocá-la em prática, tornando-se ainda mais complexo conceituá-la.

De acordo com Pereira (2008), a política social pública é entendida como resultado da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história, e portanto de relações simultaneamente antagônicas e recíprocas entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania.

Nesse sentido, é um conceito complexo, que deve ser considerado no contexto da sociedade capitalista e refletir uma ação pública, a favor do bem comum que implica o comprometimento recíproco entre Estado e sociedade. O primeiro elabora, regula e provê e o segundo participa e exerce o controle democrático.

Para esta autora a política social pública tem por objetivo: concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis, assim como alocar e distribuir bens públicos, caracterizados como indivisíveis¹², com a finalidade de que sejam de fácil acesso.

Desta forma, a política social pública tem como principal função a efetivação de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e regulamentados pelas leis. Como também, se dá sempre com a intervenção do Estado, envolvendo

¹² Todos devem ter acesso aos bens de forma igual e gratuita (Pereira, 2009).

diferentes atores sociais, tanto governamentais quanto não governamentais, por meio de demandas, apoios e através do controle democrático. Compreendida assim, não como uma forma exclusiva de decisões do Estado e aplicadas à sociedade, mas enquanto uma ação pública que deve ter a participação recíproca do Estado e da sociedade civil na perspectiva de garantia de direitos sociais.

Retomando o debate especificamente sobre a política pública de assistência social, pretende-se refletir que esta deve ser efetivada, tal como foi reconhecida no plano legal como uma política social pública, devendo portanto ser entendida como direitos de cidadania e se distanciar de práticas assistencialistas, clientelísticas e filantrópicas com as quais esteve imbricada no seu passado histórico.

No entanto, o ECA ao estabelecer que a assistência social integra as linhas de ação da política de atendimento, a atribui um caráter supletivo e a distingue das políticas sociais básicas. Isto pode ser observado nos itens I e II, do capítulo I, artigo 87:

- 1) Políticas sociais básicas (item I);
- 2) Políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem (item II).

Essa noção de política complementar, que o ECA atribui a assistência social não a reconhece como direito social legal de seguridade social não coadunando desta forma com a concepção de assistência social como política social pública de direitos, conforme acima discutido, estabelecido pela Constituição Federal de 1988, pela LOAS (1993) e pela PNAS (2004). De acordo com Sposati (1994) é necessário retirar o caráter subalterno da política de assistência social presente no ECA, que a diferencia das demais políticas sociais básicas.

Entretanto, de acordo com o documento Capacita SUAS, Caderno I (2013), deve ser levado em consideração que à época de promulgação do ECA ainda não existia a LOAS e a PNAS, sendo estas construídas e aprovadas posteriormente.

Todavia, aqueles que leem o ECA sem essa noção histórica, ou de forma dogmática atribuem o lugar a assistência social que a isola do contexto legal de política relativa ao direito de seguridade social ou de proteção social (Capacita SUAS, 2013, p. 36).

Um bom exemplo de serviços para crianças e adolescentes, estabelecido pelo ECA e pela Lei 12010 (2009) e implementado no âmbito da política de assistência social, conforme previsto na PNAS (2004) consiste na medida protetiva de acolhimento institucional.

Cabe ressaltar brevemente que a PNAS (2004) é materializada através do Sistema Único de Assistência Social e composta por uma rede articulada de serviços, programas, projetos e benefícios. Esta política estabelece que a assistência social tem por eixo constituinte a matricialidade sócio-familiar e se configura na perspectiva socioterritorial, assim como, deve se realizar de forma integrada às políticas setoriais, visando a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

A proteção social de assistência social atua em duas formas: proteção social básica e especial (de média e alta complexidade), de acordo com o contexto de prevenção ou de ocorrência dos riscos e da complexidade da ação em vista aos danos causados.

A proteção social básica tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrentes da pobreza e da fragilização de vínculos afetivos.

A proteção social especial de média complexidade, constitui-se por serviços oferecidos as famílias e indivíduos, cujos direitos fundamentais já se encontram violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

A de alta complexidade destina-se a famílias e indivíduos em risco pessoal e social cujos vínculos familiares e sociais já estejam rompidos e necessitem de acolhimento fora do seu núcleo familiar e comunitário.

No caso específico desse objeto de estudo, a medida protetiva de acolhimento institucional, prevista no ECA e na Lei 12010 (2009), conforme acima discutido é implementada no âmbito da assistência social, previsto Proteção Social Especial de alta complexidade, conforme a PNAS:

(...) são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário”. (2004, p. 38)

Durante o atendimento dessas crianças e adolescentes na instituição de acolhimento deverá ser realizado um trabalho que atenda as prerrogativas do Estatuto e demais normativas legais para essa área, cabendo destacar que deve haver uma articulação das diferentes políticas sociais para o atendimento qualitativo a essa população.

Destacamos também que neste contexto surgem novos espaços e instituições, os próprios conselhos de direitos, conselhos tutelares como já falamos no item anterior, e neste âmbito da assistência social os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), requerendo novas exigências profissionais para todo esse processo de mudança no acolhimento para crianças e adolescentes, principalmente um necessário trabalho articulado e em rede.

Esta articulação entre as diferentes instâncias das políticas sociais está estabelecida na Constituição Federal (1988), no ECA (1990), na LOAS (1993) e na própria PNAS (2004), como destaca-se a seguir.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 194 estabelece sobre a seguridade social: ~~um~~ conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade”.

O ECA (1990), no artigo 86 registra que ~~a~~ política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

A LOAS (1993), no artigo 2º, parágrafo único prevê que ~~a~~ assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender as contingências sociais e à universalização dos direitos sociais”.

A PNAS (2004), no item 2.3: ~~a~~ política pública de assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades

sócio territoriais, visando seu enfrentamento, (...) e à universalização dos direitos sociais”.

Tal questão da intersetorialidade no campo da assistência social, apesar de ser estabelecida nos dispositivos legais, conforme acima exposto, constitui-se num grande desafio. Durante a minha trajetória profissional nessa área e durante a observação participante nesta pesquisa pude observar que a atuação de forma articulada se constitui muito mais num esforço dos profissionais que atuam na área das políticas sociais, do que uma ação do governo. Isto também foi elucidado no debate de Tumelero:

As Práticas intersetoriais ainda figuram como processos inovadores experimentais viabilizados nas maiorias das situações pelo interesse dos atores que executam tais políticas e menos por uma decisão política de governo – são poucas as experiências em que as administrações públicas municipais optam por um desenho de governo pautado na intersetorialidade. (2012, p. 1).

Outro aspecto refere-se aos impactos do contexto contemporâneo na atuação profissional, principalmente no que diz respeito ao aprofundamento da precarização das relações de trabalho, trazendo rebatimentos para a população atendida, neste caso específico os adolescentes em serviços de acolhimento institucional.

Durante os diálogos que estabeleci com as equipes das instituições pesquisadas durante o meu trabalho de campo, demonstraram preocupação com a precarização das relações de trabalho, falta de recursos e estrutura para a realização das atividades profissionais, o que acabam dificultando uma atuação na perspectiva intersetorial, sendo este um dos desafios a ser enfrentados nesse âmbito.

Discutimos também a importância de entender a população atendida em sua integralidade e complexidade. Para tanto, estudamos Morin (2011), cabendo destacar que “o pensamento complexo também é animado por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado, não compartimentado, não redutor, e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de qualquer conhecimento” (p.7).

Ressaltamos a importância de estarmos abertos a novos saberes, para que possa existir a troca, a comunicação da equipe com outras instituições, a constituição do trabalho em rede, tendo como principal desafio compreender as particularidades, a contraditoriedade e totalidade do conhecimento. Ou seja, faz-se necessário sair do lugar que estamos e realizarmos um esforço de procurar compreender o ser humano em sua integralidade, sem reduzi-lo, simplificá-lo e dissolvê-lo.

Outra questão que cabe lembrar refere-se aos “protocolos” existentes que acabam por padronizar as ações. Apesar do reconhecimento da importância de existir uma diretriz, sinalizamos a necessidade de buscarmos nas nossas intervenções profissionais conhecer a realidade vivenciada pela população atendida. Isto porque, esta possui suas particularidades, suas próprias histórias, assim, não sendo possível na perspectiva em que estamos discutindo tratá-las de forma homogênea e realizar as ações de maneira simplificada, sem entendê-las em sua totalidade.

A dificuldade para realização de um trabalho intersetorial acima discutida parece prejudicar também que essa medida protetiva assumida de fato um caráter provisório, constituindo-se como um desafio. A própria lei 12010 (2009) (parágrafos 1º e 2º, Artigo 19) estabelece que o acolhimento institucional não pode ultrapassar o período de dois anos, com obrigatoriedade de justificativa quando esse prazo for ultrapassado, devendo a situação de cada criança e adolescente ser reavaliada a cada seis meses, conforme já discutido anteriormente.

Contudo, a cada nova inserção destes adolescentes nas instituições, uma nova data de entrada é registrada, passando a contar o prazo de até dois anos a partir da última entrada, podendo desta forma ultrapassar este período estabelecido. Isto porque, estes adolescentes circulam constantemente entre suas famílias, comunidades de origens, ruas e instituições de acolhimento. Consequentemente, acabam por permanecer nesta medida de proteção por vários anos. Isto pode estar relacionado para além da falta de articulação das políticas sociais para o atendimento aos adolescentes e apoio as suas famílias, a dificuldades com relação à estrutura, recursos, assim como a precarização de vida e de trabalho das famílias pobres, que acabam desta forma tendo dificuldades para a efetiva reintegração familiar de suas crianças e adolescentes. De acordo com

Rizzini & Rizzini:

As instituições passam por dificuldades com relação a recursos, infraestrutura, (...), é possível compreender as principais dificuldades em lidar com os problemas relacionados à questão do abrigamento de crianças e adolescentes nos dias de hoje. São casos complexos de situações muitas vezes crônicas de pobreza e conflitos familiares, acrescidos dos problemas vivenciados pelas próprias entidades, como os de superlotação, alta rotatividade dos abrigados, falta de continuidade no atendimento... (2004, p.60).

O texto acima faz menção a precarização das condições de vida e pobreza das famílias, assim como a dificuldades de recursos e infraestrutura por parte das instituições de acolhimento.

Conforme discutido anteriormente o acolhimento institucional está previsto na PNAS (2004), deve ser efetivado de acordo com as prerrogativas do ECA (1990) e demais marcos regulatórios para essa área. No entanto, a efetividade dessas ações no âmbito de direitos de cidadania sofre embates com a ideologia neoliberal, pautada na reduzida intervenção do Estado no campo social, assim como a precariedade e flexibilidade das relações de trabalho.

O neoliberalismo traz uma proposta de participação mais ativa da iniciativa privada – mercantil e não mercantil – na provisão social, em substituição ao modelo “rígido” de proteção anterior, em que o Estado era o principal agente regulador.

De acordo com Pereira (2010) o Estado deixa de ser o protagonista e passa a fazer parte de um esquema plural ou misto de proteção social na condição de co-responsável ou parceiro, ou seja, uma substituição parcial das funções sociais do Estado pelo mercado e pelo terceiro setor, havendo um retorno do voluntariado e redes de solidariedade informal. Esta proteção deriva de uma pluralidade de fontes: o Estado; o mercado; as organizações sociais não governamentais e a rede familiar que constituem o chamado pluralismo de bem-estar, composto por 4 setores principais: Setor Oficial; Setor Comercial; Setor Voluntário e Setor Informal. De acordo Pereira (op.cit) isto se constitui numa estratégia de esvaziamento da política social como direito de cidadania. Assim, esses grupos tomam para si uma responsabilidade que é do Estado, sendo um retrocesso ao campo dos direitos de cidadania, pois há um retorno a práticas

espontâneas de ajuda mútua, a participação da família como provedora de cuidados a seus membros e o crescimento da cultura do voluntariado.

Focaliza-se na pobreza extrema, ao contrário dos pressupostos da assistência enquanto política pública de direitos - universalização, prevenção e garantia de direitos. Nesta conjuntura o Estado direciona as políticas e programas sociais como uma forma de minimizar a pobreza da população considerada em situação de vulnerabilidade social.

A assistência social apesar de ter alçado o status de política social pública de direitos, conforme discutido anteriormente, segundo Yazbek (1993) e Sposati (1996) apresenta um caráter ambíguo e contraditório, posto que, ao mesmo tempo que é excludente devido aos seus critérios de elegibilidade e seletividade, é includente porque comporta-se como uma ferramenta de acesso da população a determinados bens e serviços e propiciam espaço de ampliação dos seus direitos.

Observa-se que apesar dos avanços expressos pelos dispositivos legais, a assistência social, na atualidade retoma a práticas vinculadas ao seu passado histórico, que, denominada por Yazbek (1995) de “Refilantropização da questão social”. O que traz rebatimentos nas instituições de acolhimento institucional, já que as ações relativas ao atendimento, apoio técnico e financeiro para os programas nessa área da criança e do adolescente estão no âmbito da política de assistência social, por meio da PNAS (2004).

Cabe problematizar essa questão no sentido da implementação de políticas públicas eficazes e articuladas que de fato dêem conta das reais necessidades das crianças, adolescentes e suas famílias, sem retornos a práticas assistencialistas e autoritárias que marcaram historicamente a assistência social e o atendimento a criança e o adolescente, no Brasil.

A partir do ECA novas diretrizes para o trabalho com crianças e adolescentes entraram em vigor, como O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA e CNAS, 2009) e a Nova Lei de Adoção - Lei 12010 (2009), conforme serão brevemente apresentados a seguir.

2.4. Novas diretrizes sobre o acolhimento

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) foi aprovado em 2006 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Possui diretrizes, objetivos e estratégias, pautadas principalmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, no reordenamento dos Programas de Acolhimento Institucional, na implementação dos Programas de Famílias Acolhedoras, visando a adequação destes programas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, reforçando a excepcionalidade e provisoriedade destas medidas, como iremos discutir no capítulo 2.

Nesse sentido, visa à preservação, o fortalecimento e o retorno dos vínculos familiares e comunitários de origem, ressalta a importância do papel das políticas públicas de apoio sócio-familiar e o encaminhamento para família substituta, após esgotadas todas as possibilidades de permanência na família origem. Este documento coloca a necessidade que as políticas públicas para essa área, o Sistema de Garantia Direitos e aos demais atores, entendam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e inseridos em seu contexto sóciofamiliar e comunitário.

Cabe brevemente registrar que neste estudo, entendemos a família em sua pluralidade de formas como é vivenciada, de acordo com o contexto no qual está inserida, na sociedade contemporânea, não se restringindo apenas a laços de consanguinidade, mas também por vínculos afetivos e, ou, de solidariedade, conforme estabelece a própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004.

Quanto ao documento Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, foi aprovado em 2009 pela resolução conjunta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Tem por objetivo regulamentar os princípios, as orientações metodológicas e parâmetros de

funcionamento, que deverão orientar a organização das diversas modalidades de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Desta forma, reitera os dispositivos legais como ECA (1990), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), com vistas à afirmação do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Apresenta orientações para elaboração do Plano de Atendimento Individual e Familiar, o acompanhamento da família de origem, a articulação intersetorial e para elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das instituições. Este projeto objetiva orientar a proposta de funcionamento do serviço no que se refere ao seu funcionamento interno, no seu relacionamento com a rede local, as famílias e a comunidade. O PPP deve atender os seguintes aspectos, atitude receptiva e acolhedora no momento da chegada da criança/adolescente e durante o período de acolhimento; não desmembramento de grupos de crianças/adolescentes com vínculos de parentesco; organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente; condições de trabalho e capacitação dos educadores; trabalho com família de origem com o objetivo de reintegração familiar, preservação e fortalecimento da convivência comunitária; fortalecimento da autonomia da criança, do adolescente e do jovem; desligamento gradativo e seleção, capacitação e formação continuada da equipe de trabalho. Este documento também orienta que os serviços de acolhimento devem possuir aspectos físicos, infraestrutura com espaços mínimos sugeridos, assim como recursos humanos adequados e capacitados.

Esse Projeto indica uma construção coletiva com a participação também dos adolescentes, conforme o documento –(...) Sua elaboração é uma tarefa que deve ser realizada coletivamente, de modo a envolver toda a equipe do serviço, as crianças, adolescentes e suas famílias” (p.49).

No entanto, reconhecendo a importância dessas diretrizes, muitas dificuldades ocorrem no âmbito das ações que podem trazer prejuízo ao alcance dos seus objetivos, como por exemplo, a convivência com práticas antigas que historicamente marcaram e ainda marcam esse âmbito frente à adequação destas novas diretrizes. Por muitas vezes, as equipes dirigentes e profissionais não tiveram a oportunidade de ter um conhecimento aprofundado a respeito destas

diretrizes, como também, devido à existência de uma demanda grande de atendimento por profissional, além de poucos recursos para o desenvolvimento do trabalho e a dificuldade para articulação com as diferentes instâncias das políticas sociais para o atendimento aos adolescentes e suas famílias. Ainda, a forte presença de desigualdades sociais, resultando na precarização das condições de vida dessas famílias.

A Lei 12010 (2009), conforme já discutida com alguns questionamentos durante o debate da política de atendimento à criança e ao adolescente, também altera a prática dos serviços de acolhimento institucional. Esta lei dispõe sobre adoção e realiza alterações ao ECA, cabendo destacar, que estabelece o prazo máximo de acolhimento, não podendo ultrapassar o período de dois anos, a obrigatoriedade de justificativa quando esse prazo for ultrapassado; a reavaliação da situação de cada criança e adolescente a cada seis meses; a alteração da terminologia abrigo para acolhimento e a inclusão do acolhimento familiar; estabelece como competência exclusiva da autoridade judiciária o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar e a exigência do plano individual de atendimento (PIA) para todas as crianças e adolescentes nesta medida. De acordo com Rosseti-Ferreira et al:

(...) O PIA pode ser pensado como o plano das estratégias e ações a serem desenvolvidas no caso, fazendo-se necessária a realização de um estudo de caso. Este estudo deve levantar as particularidades, potencialidades e necessidades singulares da criança e do adolescente, incluindo a avaliação das condições da família, seus recursos e suas dificuldades” (Rosseti-Ferreira et al, 2011, p.50).

A Lei 12010(2009) estabelece a elaboração desse plano imediatamente após o acolhimento, com o objetivo da reintegração familiar, ou em última instância, de acordo com a legislação a colocação em família substituta. A responsabilidade pela elaboração é da equipe técnica, levando em consideração a opinião da criança ou do adolescente e com a participação da família. Deve ser também gradativamente construído e revisto, de acordo com a necessidade. A lei supracitada estabelece a sua reavaliação a cada seis meses.

Cabe brevemente pontuar a necessidade de reflexão por parte dos profissionais que atuam neste âmbito, para não se restringir ao cumprimento de

burocracias e prazos, para que não signifique uma tentativa apenas de agilizar “o caso”, sem de fato conhecer as reais necessidades e possibilidades para o retorno ao convívio familiar, como também sem realizar as devidas articulações para inserir as famílias nas políticas de apoio sócio- familiar, previstas nos marcos regulatórios. Além disso, é de fundamental importância a participação dos próprios adolescentes, mas no sentido de serem ouvidos, que suas opiniões possam interferir na elaboração do PIA, isto porque, se trata do planejamento de questões referentes a própria vida deles.

3

O processo de construção e desenvolvimento da pesquisa

3.1.

Percurso metodológico

A presente pesquisa social é de natureza qualitativa, se aproximando de uma abordagem de investigação etnográfica, à medida que ao produzir e analisar os dados prioriza ouvir as falas e reflexões dos atores sociais (os adolescentes) encontrados nos diferentes espaços de investigação, respeitando o seu direito à participação no contexto no qual estão inseridos. A Pesquisa social não pode ser definida de forma estática ou estanque. Ela só deve ser conceituada historicamente, entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho (Minayo, 1998).

O método qualitativo em pesquisa social é o que se aplica ao estudo dos significados, motivos, das ações e opiniões das relações humanas, que correspondem aos produtos das interpretações que os indivíduos fazem da vida em sociedade, como também, tem um caráter histórico, refletindo posições de determinados grupos e classes frente à realidade. Conforme Minayo:

(...) busca encontrar, na parte, a compreensão e a relação com todo; e a interioridade e a exterioridade como constitutiva dos fenômenos. Desta forma, considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição e complementaridade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material. Advoga também a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que os problemas e ou —objetos sociais” apresentam. (Minayo, 1994, p. 25).

De acordo com esta perspectiva, concebe-se a realidade constituída por contradições e em constante movimento, buscando-se apreendê-la em sua totalidade e historicidade. Ao analisar o cotidiano dos adolescentes, sua movimentação e suas perspectivas nos serviços de acolhimento institucional, a

proposta foi observá-los em suas particularidades, considerando o contexto no qual estão inseridos.

A abordagem de investigação etnográfica foi utilizada como possibilidade de melhor empreender o presente estudo, tendo em vista que considera os atores sociais como eles se apresentam, ou seja, a partir de suas perspectivas. A etnografia é uma abordagem de investigação e análise que tem sua origem na antropologia, mas atualmente também é utilizada em pesquisas em outras áreas do conhecimento, em especial nas áreas de ciências humanas e sociais. Nesse sentido, compreende o estudo, por meio da observação direta e por um período de tempo, dos processos de pensamento, comportamentos manifestados no cotidiano e os fatos ocorridos num grupo particular de pessoas em um determinado contexto. No caso específico desta tese, observei e interagi com os adolescentes em instituições de acolhimento pelo período de 01 ano para conhecê-los e compreender a perspectiva deles sobre a sua participação no seu cotidiano, procurando na produção e análise dos dados me aproximar desta abordagem de investigação.

De acordo com Mattos (2011), a etnografia traz contribuições ao campo das pesquisas qualitativas que se interessam pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais, por preocupar-se com uma análise dialética da cultura, por inserir os sujeitos sociais com uma participação (ativa e dinâmica), assim como por revelar as relações e interações ocorridas no interior das instituições, implicando numa reflexão sobre a ação de pesquisar entre pesquisador e pesquisado.

Nessa abordagem existe a possibilidade de realizar um plano de trabalho que pode ser revisto e reavaliado de acordo com a aproximação do pesquisador com o campo da pesquisa, para melhor compreensão da realidade. Outro aspecto relevante refere-se a favorecer o senso questionador do pesquisador. Sendo assim a utilização de suas técnicas e procedimentos não atende a padrões rígidos ou pré-determinados, mas se dá a partir do trabalho de campo no contexto em que a pesquisa é realizada. Estas técnicas, muitas vezes, são criadas de acordo com as necessidades observadas durante o processo investigativo de campo. –Assim, o –sujeito”, historicamente fazedor da ação social, contribui para significar o

universo pesquisado exigindo uma constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador” (Mattos, 2001, p.1).

A partir da primeira aproximação com o campo empírico, nos meses de novembro e dezembro de 2014, inaugurei os meus cadernos de campo, os quais foram utilizados até a fase final desta pesquisa. O trabalho de campo teve sua continuidade no período de setembro de 2015 a julho de 2016, tendo como registro de dados 06 relatórios de grupo com adolescentes, três cadernos de campo e 30 horas de gravação, contendo as entrevistas com os adolescentes.

As minhas diferentes motivações e curiosidades enquanto pesquisadora, algumas vezes durante o trabalho de campo me deslocaram do planejamento realizado, mas o que de fato havia ocorrido era um novo processo de reflexão para incluir nesse trajeto o conhecimento construído entre a pesquisadora e o pesquisado. No curso desta pesquisa algumas mudanças no planejamento foram se processando, de acordo com o trabalho de campo, os referenciais teóricos estudados, as reflexões incansáveis e sempre atentas da minha orientadora, como também a contribuição dos professores que participaram da qualificação do projeto de pesquisa, sendo uma delas a possibilidade de uma pesquisa de caráter também participativo, sendo este outro aspecto que favoreceu a opção pela abordagem em foco.

Nesse sentido, esta pesquisa busca priorizar a visão dos adolescentes, as suas trajetórias de vida a partir da observação atenta e escuta as suas falas e reflexões. Isso foi realizado por meio de observação participante, análise documental, grupo de forma participativa e dinâmica e entrevistas com os adolescentes que manifestaram interesse em participar de forma espontânea. No total foram 16 adolescentes, na faixa etária de 15 a 18 anos que se encontravam nas instituições de acolhimento no município de Duque de Caxias, no período de setembro de 2015 até julho de 2016.

3.1.1. Procedimentos de coleta e análise de dados

Iniciar um trabalho de campo constitui-se uma atividade desafiadora e requer escolhas por parte do pesquisador, relacionadas ao contexto em que a pesquisa é realizada. Conforme apontamos na introdução desta tese, a escolha do campo empírico está relacionada à minha inserção profissional no município de Duque de Caxias. Nesse sentido, tive um contato inicial com o problema de pesquisa, o qual aliado a minha trajetória profissional e enquanto pesquisadora, passou a ocupar minhas preocupações e me motivou a melhor conhecer essa realidade. Desta forma foram delimitadas as três instituições de acolhimento existentes no município de Duque de Caxias que incluem no seu perfil de atendimento adolescentes na faixa etária de 15-18 anos, previamente identificadas por meio de consulta a relação das entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste município. São elas: 1) Casa Social Renascer – acolhimento institucional para adolescentes de 12 a 18 anos do sexo masculino; 2) Casa Comunitária das Adolescentes – acolhimento institucional para adolescentes de 12 a 18 anos do sexo feminino e 3) Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de passagem - acolhimento institucional para crianças de 7 a 12 anos incompletos e adolescentes de 12 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos em caráter emergencial por 30 dias.

Preocupe-me em encontrar um percurso metodológico que possibilitasse melhor compreender o objeto pesquisado, como também, que pudesse focar na própria produção e análise dos dados desta pesquisa, a escuta atenta e de forma participativa, entendendo-os como sujeitos sociais que têm o direito à participação, opiniões e desejos em suas trajetórias de vida. Existe, assim, um esforço desta pesquisadora de nos contatos, interações realizadas e nesse texto conferir um local de destaque ao direito à participação dos adolescentes.

A coleta de dados foi realizada por meio de:

- a) Revisão de literatura, estudando conceitos, normativas e pesquisas relacionadas a essa temática;
- b) Levantamento bibliográfico em artigos, dissertações e teses relacionadas a essa temática nos últimos 15 anos, compreendendo o período de 2000-2015;
- c) Visitas institucionais para conhecer as características das instituições de acolhimento em foco;
- d) Leitura de documentos institucionais, como o projeto político pedagógico, as normas ou regras das instituições pesquisadas;
- e) Observação participante a partir do contato direto com as três instituições de acolhimento, mensalmente durante o período de setembro de 2015 até julho de 2016. Como instrumento de registro de dados foi utilizado o caderno de campo, tendo por objetivo anotar minhas observações e informações que me foram transmitidas, a fim de compreender o contexto da pesquisa;
- f) Grupos de aproximação com os adolescentes e realização de entrevistas com aqueles que se interessaram espontaneamente em participar, de forma dinâmica, ouvindo as narrativas e reflexões deles sobre o tema em foco.

A análise dos dados permeou todo o processo de investigação e foi realizada com auxílio da técnica de análise de conteúdo, que possui por objetivo compreender o sentido dos conteúdos no processo de comunicação e alcançar as dimensões que vão além do que está sendo comunicado (Minayo, 1994). A análise de conteúdo possui como fases metodológicas a pré-análise, na qual é realizado o levantamento e a organização do material a ser analisado, além da definição da unidade de contexto, trechos significativos e categorias, que subsidiarão as reflexões interpretativas da mensagem; exploração do material levantado; e a análise e interpretação dos dados, que se refere à identificação da significância do material resultante da análise, através de regras que já foram definidas na pré-análise. Nessa fase de tratamento qualitativo dos dados procura-se identificar e investigar dimensões analíticas relacionadas aos eixos de análise.

A presente pesquisa possui 3 categorias centrais, as quais perpassaram o processo de análise do material coletado e de construção da pesquisa:

Acolhimento Institucional, Adolescentes e Participação. Na revisão de literatura essas categorias são trabalhadas com vistas a subsidiar os eixos selecionados para análise, conforme abaixo:

- 1) Os adolescentes que participaram da pesquisa e suas histórias;
- 2) As perspectivas dos adolescentes sobre o acolhimento institucional;
- 3) A participação dos adolescentes nas decisões que os afetam no cotidiano institucional em 4 dimensões: a) inserção na instituição; b) rotina e regras; c) convívio com família e grupo de amigos e d) preparação para a vida fora da instituição.

A análise foi realizada com base nos depoimentos dos adolescentes, na leitura e na investigação dos documentos institucionais, contrastando e dialogando com o material teórico, os marcos regulatórios estudados e o atual contexto sócio-econômico- político.

Esta pesquisa prevê ainda uma etapa posterior a sua finalização, afinada e coerente com a proposta de metodologia participativa por meio de uma devolução cuidadosa junto aos atores que tanto contribuíram para sua realização.

3.1.2. Revisão da literatura

Como parte importante da fase inicial deste estudo foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos, dissertações e teses, tendo por tema central a produção sobre acolhimento institucional, no período de 2000 a 2015 sobre crianças, adolescentes e jovens. Esta revisão de literatura é parte de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo CIESPI, coordenado pela professora Irene Rizzini com o apoio da FAPERJ sendo realizadas consultas nas bases de dados pré-definidas Scielo, Lilacs, Banco de Teses e Dissertações da Capes. Foram selecionados 838 títulos, destes 80 sobre o acolhimento institucional para crianças e adolescentes e foram observados por esta pesquisadora.

A produção observada sobre instituições de acolhimento para crianças e adolescentes está constituída por 39 artigos, 35 dissertações e 6 teses. A produção é multidisciplinar, originada de diferentes áreas do conhecimento. O objetivo da realização deste levantamento para a presente tese foi de localizar pesquisas que analisem o tema da participação de adolescentes neste contexto.

Essa produção foi agrupada conforme a temática em comum para demonstração dos assuntos abordados, sendo dividida por temas, de forma não excludente, podendo uma mesma pesquisa se inserir em mais de um tema. São eles: 1. Processo de acolhimento e o seu cotidiano; 2. Família e processo de acolhimento; 3. Saúde e processo de acolhimento; 4. Práticas educativas e processo de acolhimento e 5. Processo de desligamento /saída, segundo o quadro abaixo:

Quadro 1- Assuntos presentes nos artigos, dissertações e teses

Temas	Assuntos principais
1. Processo de Acolhimento e o seu cotidiano.	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexões sobre atividades cotidianas e rotinas de funcionamento; - Problemas enfrentados nas instituições; - Abrigo como medida de proteção / provisoriedade da medida; - Reflexões sobre a vivência das crianças e adolescentes no acolhimento; -Análise de produção bibliográfica sobre abrigo / acolhimento; -Práticas e discursos que atravessam os abrigos; -Práticas antigas de internação e instituições atuais; - Influência do abrigo sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes; -Significado dessas instituições para os adolescentes; -Aspectos que colaboram para adesão da população ao projeto institucional; - Registro de história de vida de jovens abrigados; - Refletir sobre processos de sujeição e autonomia; - Lugar institucional dos jovens; -Acolhimento institucional prolongado; - Processo classificatório que operam os fluxos no acolhimento; - Recepção e acolhida; - Ponto de vista de crianças e adolescentes sobre o espaço que lhes é concedido; - Perfil de crianças institucionalizadas; - Fatores de proteção de acesso aos adolescentes.
2.Família e Processo de acolhimento.	<ul style="list-style-type: none"> - Situação social e familiar de egressos; -Violências na família, rua e acolhimento; - Práticas de abrigamento de crianças e adolescentes de famílias pobres; - O processo de reinserção familiar; - Acolhimento devido à violência intrafamiliar; - Perfil sócio-familiar; - Papel da família no abrigamento e desabrigamento; - História de vida das famílias de crianças e adolescentes acolhidos; - Abrigamento e a destituição do poder familiar; - Medida de proteção e convivência familiar e comunitária; - Comportamento das crianças afastadas do convívio familiar; -Estilos parentais.
3. Saúde, e processo de acolhimento.	<ul style="list-style-type: none"> -Assistência em saúde prestada pelo abrigo e pela unidade de saúde de referência; - Sintomas depressivos / exposição a situações potenciais de risco; - Prevenção DST/AIDS; - Produção de sentidos da sexualidade de adolescentes masculinos.
4. Práticas educativas e o processo de acolhimento.	<ul style="list-style-type: none"> - A condição de abrigo gerando preconceito e exclusão escolar; - Práticas desenvolvidas pelos pais sociais; -Práticas educativas e empatia; - Análise de proposta de intervenção com educadores; - Sentido dos vínculos afetivos para os educadores; -Práticas educacionais voltadas para crianças e adolescentes; -Proposta de intervenção com funcionários.
5.Processo de desligamento /saída	<ul style="list-style-type: none"> - Perspectiva de futuro das crianças e adolescentes; - Preparação e orientação pós-desligamento; - Situação atual de vida de egressos; - O momento de saída e as formas de enfrentamento; - Processo de construção da maioridade; -Fatores que contribuem para autonomia na saída; -Trajetória de jovens desligados por maioridade.

Fonte: Rizzini, 2016 (Quadro elaborado pela autora).

A maior parte dos assuntos tratados se insere no tema, processo de acolhimento e o seu cotidiano (41 estudos); seguido do tema Família e processo de acolhimento (16 estudos); Processo de desligamento /Saída (11 estudos); Práticas e educativas e processo de acolhimento (7 estudos) e Saúde e processo de acolhimento (5 estudos).

O debate sobre a participação dos adolescentes como sujeitos nas questões que os envolvem em seu cotidiano no acolhimento pode ser considerado transversal aos 5 temas encontrados no agrupamento realizado. Apesar disso, ao observar os dados do quadro acima não foi localizada nenhuma pesquisa especificamente sobre o tema da participação de adolescentes em acolhimento institucional, sustentando desta forma a observação sobre a lacuna existente de pesquisas que enfoquem essa temática.

No entanto, dentre estas pesquisas verificou-se que em 28 delas, apesar de não focarem especificamente a temática da participação dos adolescentes, estes foram ouvidos como parte dos instrumentos de coleta de dados. Em linhas gerais, nestas pesquisas houve entrevistas, aplicação de questionário, e/ou realização de grupos focais para analisar suas representações sociais, significados, óticas, o lugar institucional, histórias, trajetória de vida e reflexões referentes aos assuntos abordados nos 5 temas em foco. São elas:

1. No tema *Processo de Acolhimento e seu cotidiano* 12 pesquisas ouviram os adolescentes (Sartorelli e Botomé, 2004; Santos e Pacheco, 2007; Rodrigues e Sawaia, 2012; Pineda e Guirado, 2012; Junqueira e Baptista, 2012; Figueiredo et al, 2012; Carlos e Carvalho, 2010; Almeida e Guimarães, 2011; Arpini, 2003; Oliveira e Milnitsky-Sapiro, 2007; Santana et al, 2005 e Ferreira et al, 2014).
2. *Em Família e processo de acolhimento* encontrei 5 pesquisas (Soares e Menezes, 2012; Pereira e Andrade, 2006; Botelho, Moraes e Leite, 2015; Siqueira, 2010 e Azôr e Vectore, 2008).
3. No tema *Saúde e processo de acolhimento* identifiquei as pesquisas de (Bonfim e Gadelha, 2009 e Borges e Medeiros, 2004), totalizando 2 produções.

4. Em *Processo de desligamento e saída* observei 9 pesquisas (Silva e Campos, 2010; Oliveira e Fantin, 2000; Martinez e Silva, 2006; Honorato e Baptista, 2011; Costa et al, 2012; Benetti e Brino, 2013; Morais e Koller, 2012; Martinez e Soares-Silva, 2008 e Figueiró e Campos, 2013).

Dentre estas produções que ouviram os adolescentes, cabe destacar duas pesquisas: Junqueira (2012) e Rodrigues (2012), que apesar de não tratarem especificamente do tema da participação de adolescentes, guardam aspectos de similaridade com o meu estudo. Destaco, a seguir, os principais pontos destas pesquisas.

A pesquisa de mestrado de Junqueira (2012), intitulada: *Do Direito aos direitos: uma análise do discurso de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-São Paulo*, discute na perspectiva de crianças e adolescentes, o espaço que possuem nessas instituições de acolhimento. Teve por objetivo conhecer os pontos de vista de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento sobre o real espaço concedido a esses sujeitos, bem como as características essenciais que permeiam as suas relações com as Instituições de Acolhimento e o Poder Judiciário, tomando por base as inovações trazidas pela Lei nº. 12.010/09. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e os procedimentos utilizados por Junqueira foram 6 entrevistas com crianças e adolescentes em 3 instituições de acolhimento localizadas na cidade de São Paulo. As crianças e os adolescentes falaram sobre suas trajetórias, além de expressarem opiniões e impressões sobre suas relações com a família, o abrigo e o Poder Judiciário. Essa dissertação se assemelha a presente tese ao defender a perspectiva dos adolescentes como sujeitos de direitos, ouvir suas opiniões e realizar um debate sobre os direitos das crianças e adolescentes. Como também, apontar entre os seus resultados a importância dessas crianças e adolescentes não serem vistos apenas como objetos a serem conhecidos, mas enquanto sujeitos reconhecidos. Quanto a principal diferença, refere-se a presente tese focar uma análise mais especificamente sobre o direito à participação dos adolescentes e ter

como sujeitos especificamente os adolescentes de 15-18 anos inseridos em 3 instituições de acolhimento do município de Duque de Caxias.

A pesquisa de mestrado de Rodrigues (2012), intitulada: Abrigos provisórios: afetos passageiros? Estudo sobre assujeitamento/resistência em adolescentes no interior de serviços de acolhimento, vinculada à área de psicologia social da PUC- São Paulo, teve por objetivo analisar as afecções dos adolescentes em acolhimento institucional provisório e refletir sobre processos de sujeição e de autonomia. A pesquisa é de natureza qualitativa e os procedimentos utilizados foram entrevistas com 9 adolescentes entre 12 e 17 anos de idade, acolhidos em duas instituições (uma governamental e uma de orientação religiosa), assim como análise dos documentos oficiais das instituições e dos processos relacionados aos adolescentes que tramitavam na Vara da Infância a qual os serviços de acolhimento estavam vinculados. Dos temas elencados pela autora para análise dos dados, cabe destacar alguns que possuem similaridade com a presente tese, como a vivência no interior da instituição de acolhimento: conhecer os adolescentes acolhidos, atividades cotidianas, rotinas compreendidas por eles e o modo como se posicionam no contexto institucional. A autora discute também formas de protagonismo ou de sujeição e resignação, tendo como objetivo analisar os sentidos e os afetos dos adolescentes, ponto que a diferencia desta tese, que discute a perspectiva dos adolescentes sobre a existência de espaços de participação no cotidiano do acolhimento institucional e de que forma ela ocorre.

Uma outra fonte interessante foi o livro de Rossetti-Ferreira et.al (2011), intitulado: O acolhimento institucional na perspectiva da criança, que apesar de não se referir especificamente aos adolescentes, faz-se relevante registrar por discutir o tema do acolhimento e do direito à participação. No entanto, difere-se da presente tese por estar voltada para as perspectivas de crianças. Este livro está constituído por artigos de pesquisadores que integram a equipe do Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil da Universidade de São Paulo (Cindedi-USP) com o objetivo de conhecer a realidade das crianças em acolhimento institucional no município de Ribeirão Preto, a partir delas próprias.

Considerando que não foram localizadas pesquisas que analisassem a participação de adolescentes nas questões que os afetam no seu cotidiano no acolhimento institucional sob a perspectiva deles, como sujeitos sociais da pesquisa, esta tese de doutorado se reveste de relevância ao se aproximar do contexto específico dos adolescentes em foco. Além de contribuir para a produção de dados, como fonte de consulta para outros profissionais e pesquisadores, e principalmente com reflexões sobre esta temática da participação de adolescentes.

3.1.3. Considerações éticas

A presente pesquisa¹³ apresenta cuidados éticos no que se refere ao debate teórico e a pesquisa de campo, objetivando que seja realizada de acordo com as normas e regulamentações jurídicas vigentes. Para tanto, toma por referência as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos - Resolução nº 466 (2012), assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) e a lei 12010 (2009).

Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, o trabalho de campo foi realizado nas instituições de acolhimento, nas quais os participantes desta pesquisa (os adolescentes) estão acolhidos, por meio de grupo, entrevistas e consulta em documentos institucionais. Possuem assim, um papel fundamental ao apresentarem suas perspectivas sobre as possibilidades de participação nas questões que os envolvem no seu cotidiano institucional.

De acordo com a resolução nº 466/2012 foram utilizados os seguintes documentos por escrito:

- Termo de Assentimento, por meio do qual, os adolescentes após serem devidamente esclarecidos, explicitaram sua anuência em participar da pesquisa, sem prejuízo do consentimento de seus responsáveis legais;

¹³ O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio, sob o nº 2015-76.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, explicitando o consentimento de seus responsáveis legais. Esse termo foi assinado pelos dirigentes das instituições, nas quais os adolescentes se encontram acolhidos. De acordo com o ECA/1990, artigo 92, parágrafo 1º: “O dirigente da entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito” (incluído pela lei nº 12.010, de 2009).

Cabe ressaltar que a cada participante foi dada a escolha de afastar-se da pesquisa em qualquer momento, o que seria comunicado com clareza aos demais participantes, caso houvesse alguma desistência. Além disso, o tratamento dos dados foi realizado com cautela, considerando que parte das informações obtidas e analisadas, como dados da pesquisa foi produzida e transmitida nos contextos de vivência dos adolescentes. Assim como, foi preservado o anonimato dos dados, não somente na análise e divulgação dos resultados, mas também na fase de coleta, na qual além de anotações também foram utilizadas as gravações das entrevistas.

Com o objetivo de respeitar a dignidade e salvaguardar a integridade da pessoa, além de reduzir qualquer risco de dano pessoal, foi evitada a utilização de qualquer informação pessoal, que possa favorecer a identificação dos participantes. Para que isso não apresente problemas em relação ao anonimato, todos os dados foram registrados com acesso restrito e serão mantidos sob a guarda e responsabilidade da pesquisadora pelo período de 5 anos após o término desta pesquisa.

3.1.4.

Contato, apresentação e consentimento para a pesquisa

O primeiro contato objetivando a realização desta pesquisa se deu por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Município de Duque de Caxias, devido a minha inserção enquanto Conselheira, representando a sociedade civil e integrando a Comissão de Garantias de Direitos.

Conseqüentemente, a partir do trabalho realizado nesta Comissão possui contato com as instituições de acolhimento institucional, já existindo dessa forma uma aproximação prévia com o campo.

Ademais, enviei um ofício a Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos deste município, apresentando a intenção desta pesquisa e solicitando a autorização para a entrada em campo, com obtenção de êxito. Estabeleci também contato telefônico com as coordenadoras de cada instituição, com entrega de ofício, apresentando-me, assim como a intenção de pesquisa, por ocasião das entrevistas realizadas.

A primeira aproximação com o campo se deu em novembro e dezembro de 2014 com a realização de 3 entrevistas semi-estruturadas com 1 assistente social, 1 psicóloga e 1 Coordenadora destas instituições de acolhimento. Foi feita nessa ocasião cuidadosa consulta de documentos institucionais, como o Regimento Interno, 2011 do Centro de Restituição da Cidadania Pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de Passagem; o Projeto Político Pedagógico- Plano de Ação, 2014 da Casa Comunitária das Adolescentes e Planejamento Anual de 2014 da Casa Social Renascer.

Para a continuidade do trabalho de campo no período de setembro de 2015 a julho de 2016 realizei contato telefônico com os coordenadores e equipe técnica destas instituições e entreguei a cópia do ofício apresentado em 2014 com anuência destas. Nesse período foram realizadas visitas institucionais, observações participantes, grupos de aproximação e entrevistas com os adolescentes das 3 instituições de acolhimento. Houve troca de coordenadores de duas destas instituições, tendo encontrado dificuldades em uma delas para a continuidade da pesquisa, o que será discutido no próximo item.

3.1.5. Limitações da pesquisa

Registramos que inicialmente nos deparamos com dificuldades que foram solucionadas, de acordo com as possibilidades. Isso, no entanto, nos demandou maior tempo. As principais foram: alguns percursos de idas ao município

pesquisado sem a permissão para a entrada em campo na data anteriormente agendada; a mudança de coordenadores em duas das instituições pesquisadas; a dificuldade para o acesso aos documentos institucionais e a não permissão de gravação das entrevistas com os adolescentes em uma das instituições pesquisadas.

Após estas dificuldades terem sido contornadas, fui muito bem recebida nessas instituições, estabelecendo relações com as equipes de trabalho, principalmente com a equipe técnica e de forma especial com os adolescentes, com os quais construímos no decorrer da observação participante um vínculo afetivo.

Outra limitação diz respeito à dificuldade encontrada para sair do campo, visto que, já estávamos fazendo parte do cotidiano dos adolescentes participantes da pesquisa, interagindo com eles e assim construímos vínculos afetivos.

Lembramos que faz parte do objetivo desta pesquisa em etapa posterior a sua finalização, retornar a estas instituições para realizar uma devolutiva cuidadosa aos seus participantes.

Assim, temos o desafio de compartilhar com o leitor o que estudamos, os dados que coletamos e analisamos a respeito das perspectivas dos adolescentes sobre o acolhimento institucional e as suas possibilidades de participação no seu cotidiano.

A seguir, apresentamos uma breve contextualização do município de Duque de Caxias onde se inserem as 3 instituições de acolhimento pesquisadas.

3.2. Contextualização do município de Duque de Caxias

Nesta pesquisa procurei conhecer o município de Duque de Caxias, objetivando melhor me aproximar do contexto no qual se encontram as 3 instituições de acolhimento e o cotidiano de vida dos adolescentes institucionalizados. Para tanto, considero importante apresentar este município e algumas reflexões que realizei quanto às incidências de desigualdades sociais, regionais e ambientais existentes nesta localidade.

O sistema viário e ferroviário encontra-se integrado a capital do Estado - Rio de Janeiro, devido a sua proximidade. Ainda quanto ao sistema viário, cabe registrar a inauguração do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ) em 2014 que faz a ligação entre o Porto de Itaguaí e a BR 101, em Itaboraí, cortando os municípios de Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Segundo o Censo de 2010 a população deste município estava distribuída em 269.353 domicílios, sendo 268.433 urbanos e 920 da área rural, dos quais apenas 55,9% e 6,4%, respectivamente possuem saneamento adequado. Grande parte desta população é constituída por pessoas do sexo feminino, negras, configurada por 279.589 pessoas, representando assim, 32,6% da totalidade populacional. Neste sentido retratam 51,7% de mulheres responsáveis pela família com renda familiar de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita, sendo esta uma característica da baixada fluminense.

Em suas atividades econômicas apresentou o Produto Interno Bruto (PIB) per capita a preços correntes de 28.730,21 reais, correspondente ao ano de 2013. No entanto, O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de apenas 0,711, ocupando a 1574ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013). No que tange aos 92 municípios fluminenses, de acordo com o professor de geografia e especialista em sociologia urbana Tenreiro (2015), Duque de Caxias ocupa o 49º lugar, no que diz respeito a indicadores como eficiência nos serviços de saúde educação. Este município concentra suas atividades nas indústrias e no comércio e possui em seu território uma das maiores refinarias de petróleo do Brasil, a REDUC (Refinaria de Duque de Caxias), além da instalação do Polo de Gás-Químico, associado à inauguração do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ). Apesar de fortemente influenciado pelo setor industrial, o setor terciário (comércio e prestação de serviços) possui a maior participação no somatório das suas riquezas produzidas. No entanto, "(...) parte considerável do faturamento dos estabelecimentos que operam no setor terciário é oriunda do atendimento feito a empresas vinculadas à cadeia de atividades econômicas do Complexo Industrial de Campos Elíseos, que é liderado pela REDUC" (Santos, p.71, 2015).

Contudo, tais investimentos econômicos não indicam necessariamente melhoria das condições de vida da população. De acordo com a Fundação

CEPERJ¹⁵, os municípios da Região Metropolitana são marcados por grandes contradições, apesar dos investimentos econômicos, estes nem sempre ocorrem junto com o atendimento das necessidades básicas da população. Nesse sentido, os municípios que tradicionalmente integram a Baixada Fluminense (Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti e Duque de Caxias) ainda enfrentam problemas em torno de moradia, saneamento, educação e saúde, além de desemprego e precarização das relações de trabalho.

Este quadro de disparidade e a violência presente no cotidiano de Duque de Caxias, principalmente nas suas comunidades mais pobres, foi observado durante as minhas idas e vindas para trabalhar neste município e também no decorrer da realização do meu trabalho de campo. Um bom exemplo da desesperança causada pelo desemprego e da precarização das condições de vida da população, refere-se à presença de pessoas em idade jovem no entorno do Terminal Rodoviário de Duque de Caxias e do viaduto próximo a Câmara dos Vereadores, tentando limpar os vidros dos carros, quando param nos sinais de trânsito. É possível encontrar também crianças e adolescentes sozinhos ou acompanhados por algum adulto vendendo doces, balas e fazendo malabares em sinais de trânsito. No período noturno, mais especificamente, é comum cruzar com usuários de drogas. Esta localidade é bem próxima, praticamente em frente à comunidade Vila Nova (antiga favela do lixão). No entanto, no outro lado do viaduto, já pode se avistar o bairro 25 de Agosto, considerado uma parte mais nobre de Duque de Caxias. Trata-se de uma localidade considerada com maior poder aquisitivo, que vem se consolidando uma classe média urbana, contudo não livre das precariedades urbanas existentes no contexto deste município.

Quanto às desigualdades existentes nas diferenças entre bairros neste município, cabe comentar o debate de Tenreiro (2015), citando como exemplo o próprio bairro 25 de Agosto, o qual vem apresentando um padrão de desenvolvimento urbano com destaque do ponto de vista comercial e valorizado pelo mercado imobiliário. De acordo com o autor, ~~Mesmo~~ com problemas de segurança pública e pouco equipamento urbano de cultura e lazer a região vem atraindo diversos investimentos imobiliários e consolidando a fama de ~~Zona~~ Sul

¹⁵ www.ceperj.rj.gov.br (acesso em 17/11/16).

de Caxias” (p.9).” Por outro lado, a localidade conhecida como Parque das Missões, apresenta problemas de indefinição quanto ao seu pertencimento ao território de Duque de Caxias e com seu espaço geográfico atualmente classificado pelo IBGE com o termo “aglomerado subnormal”. A população que reside nessa localidade enfrenta problemas de acesso a seus direitos, assim como situações de segregação social e estigma. Em 2011 a secretaria municipal de fazenda e planejamento identificou 66 localidades com essa classificação em Duque de Caxias.

Com relação à violência, de acordo com o Mapa da Violência: Adolescentes (2015) o município de Duque de Caxias se encontra na 39ª posição entre os 100 municípios com as maiores taxas de homicídios de adolescentes de 16 e 17 anos de idade, levando-se em consideração as médias (2011/2013), nos 243 municípios brasileiros com mais de 4.000 adolescentes nesta idade. Duque de Caxias nestes anos apresentou média populacional de 10.939 adolescentes de 16 e 17 anos com 109 casos de homicídios. Neste período, a capital, Rio de Janeiro, registrava 189 homicídios nesta faixa etária.

Segundo Pugian & Raulino (2015) este município é marcado por injustiças ambientais com a presença de indústrias poluentes e o maior aterro sanitário da América Latina, que por mais de 30 anos recebeu os resíduos sólidos da cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos. Estes autores discutem alguns dos principais problemas socioambientais que afetam a vida da população deste município, cabendo destacar alguns deles: poucas áreas verdes e ruas com arborização, principalmente nos bairros mais pobres nos primeiro e segundo distritos; vários morros cortados para a extração de saibro; supressão da cobertura vegetal, o que pode provocar deslizamento de encostas; corte, terraplanagem e movimentação do solo; tráfego intenso de caminhões (cargas pesadas) e aterramentos em área de várzea e mangue. Após o fechamento do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, os manguezais do 1º Distrito foram degradados pelo despejo do lixo urbano; abastecimento irregular ou inexistente de água; poluição do ar (principalmente no entorno da REDUC) e falta de saneamento básico que contribui para inundações, enchentes, alagamentos e enxurradas, assim como a necessidade de um Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (o lixo deste município atualmente é levado para aterros em

outras cidades). Esses problemas socioambientais presentes em Duque de Caxias dificultam a melhoria da qualidade de vida e podem oferecer riscos à segurança da população.

No que se refere à estrutura de serviços, o TCU (2011) registrou a existência de 14 agências de correios, 42 agências bancárias e 34 estabelecimentos da rede de hotelaria. Quanto aos equipamentos culturais, 5 cinemas e 4 teatros, 5 museus e 6 bibliotecas públicas. No entanto, não localizei dados para observar se esta estrutura é suficiente para atender a população.

Atualmente em relação à presença de equipamentos sociais públicos no âmbito da assistência social, de acordo com informações disponíveis no site da Prefeitura municipal de Duque de Caxias¹⁶ existem 11 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS); 3 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); o Serviço de Atendimento Social (SAS); O Departamento dos Direitos da Mulher – CR Mulher; CR Homem e Casa da Mulher Caxiense Ruth Cardoso.

Cabe registrar o Complexo de Assistência Social Juíza Olímpia Rosa Lemos, localizado no Centenário, sendo um equipamento de atendimento integrado de serviços sociais, constituído por unidades como a Coordenação dos Conselhos Municipais e Conselhos Tutelares; o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; o Centro de Referência da Mulher (CR MULHER); o I Conselho Tutelar de Duque de Caxias; o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e a Coordenação da Política Municipal da Pessoa Idosa. Registramos a presença do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente com suas reuniões realizadas na Universidade Unigranrio, no bairro 25 de Agosto.

Na localidade atrás deste Complexo situa-se o Centro de Restituição e Cidadania pela Vida/ Criança e Adolescente (modalidade Casa de Passagem). Em algumas ocasiões anteriores ao início do meu trabalho de campo tive a oportunidade de cruzar com alguns adolescentes durante as minhas idas ao

¹⁶ www.duquedecaxias.rj.gov.br (acesso em 10/11/16).

CMDCA, iniciando assim os meus primeiros contatos com os adolescentes deste município. Posteriormente no cotidiano de trabalho de campo uma relação mais próxima foi sendo estabelecida, que, para além das questões discutidas no roteiro do grupo de aproximação e das entrevistas realizadas, pude observar suas múltiplas questões juvenis. Estes de forma contraditória alternavam momentos de conformismo, agressividade, felicidade, sonhos e desejos. Como me disse um dos adolescentes: “Vou te mandar a real, ainda vou ser conhecido como jogador de futebol, só que o pessoal aqui do abrigo acha que isso não vai dar em nada, vou fazer o quê? Estou em abrigo desde quando era pequeno, ficando como eles quer fazer, entendeu, tia!”, disse o Jogador de Futebol (2016) alternando expressão no rosto de esperança em se tornar Jogador de Futebol, com conformismo e insatisfação pela sua situação de estar em acolhimento desde criança.

Existe também o Complexo de Assistência Social da Figueira, sendo integrado pelas unidades como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS); Centro de Referência Especializada em População de Rua (CENTRO POP) e Casa de Passagem para adultos.

Conforme informações do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro¹⁷, na comarca de Duque de Caxias, a Vara da Infância, da Juventude e do Idoso possui competência na área da Infância e da Juventude e do Idoso, incluindo adolescentes em conflito com a lei e está localizada no bairro 25 de Agosto.

Quanto ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, este município atualmente possui 6 conselhos. São eles: I Conselho Tutelar (Centenário); II Conselho Tutelar (Jardim Primavera); III Conselho Tutelar (Santa Cruz da Serra); IV Conselho Tutelar (Xerém); V Conselho Tutelar (Itatiaia) e VI Conselho Tutelar (São Bento).

No tocante a instituições de acolhimento para crianças e adolescentes observei em 2015 com registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a existência de 6 Organizações Não Governamentais. Já em âmbito público existem 4 instituições, constituídas pela Casa Comunitária das adolescentes; Centro de Restituição e Cidadania pela Vida/ Criança e

¹⁷ www.infanciaejuventude.tjrj.jus.br (acesso em 23/11/16).

Adolescente; Casa Social Renascer e Casa Social Reviver. Dentre estas 10 instituições, 3 incluem no seu perfil de atendimento adolescentes na faixa etária de 15 a 18 anos, objeto de estudo da presente tese, conforme serão apresentadas no próximo item.

3.3.

As instituições de acolhimento que atendem adolescentes no Município de Duque de Caxias: conhecendo o campo empírico

A pesquisa envolveu 3 instituições de acolhimento, nas quais se encontram inseridos os adolescentes participantes deste estudo, no município de Duque de Caxias. Procuramos conhecer as suas principais características, por meio de dados coletados a partir de consulta a documentos institucionais, das entrevistas exploratórias realizadas em novembro e dezembro de 2014 e continuidade do trabalho de campo com visitas institucionais e observação participante no período de setembro de 2015 a julho de 2016.

Nesta lógica, abaixo descrevemos uma breve caracterização com foco sobre: a natureza (governamental ou não governamental); o ano de início de funcionamento; modalidades de atendimento; instituições que encaminham os adolescentes; instituições com as quais mais se relacionam; infraestrutura (instalações físicas); público-alvo; número de vagas; média de permanência do adolescente na instituição e recursos (humanos e financeiros).

Estes aspectos são analisados com base nos seguintes documentos: ECA (1990), Plano Nacional de Proteção e Defesa ao Direito da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes (PNCFC, 2006), Orientações Técnicas-Serviços de Acolhimento as Crianças e Adolescentes (2009), Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e lei 12010/2009 no que tange as diretrizes para a Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente e os aspectos relativos aos serviços de acolhimento institucional.

Recentes pesquisas (IPEA/CONANDA, 2004 e Levantamento Nacional, 2013) sobre os serviços de acolhimento no Brasil, apontam que apesar dos avanços da legislação, diretrizes e parâmetros regulamentados para sua

implementação, no âmbito das práticas das instituições de acolhimento, ainda são muitos os desafios para sua consolidação.

Nas 3 instituições pesquisadas, o foco vai além de observarmos tão somente estas diretrizes, seus possíveis avanços e desafios para sua efetivação, mas buscar conhecer as instituições, nas quais os adolescentes participantes desta pesquisa vivenciam as suas atividades cotidianas.

O quadro abaixo sintetiza algumas informações básicas sobre as instituições de acolhimento pesquisadas:

Quadro 2 - Instituições de Acolhimento, Duque de Caxias, 2015

Instituições	Ano de Início	Modalidades¹⁸
Casa Social Renascer.	1992	Acolhimento Institucional Específico para meninos.
Casa Comunitária das Adolescentes.	2001	Acolhimento Institucional Específico para meninas.
Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente.	2009	Acolhimento Institucional – Casa de Passagem ¹⁹ Misto (meninos e meninas).

Fonte: Autoria própria.

As instituições de acolhimento de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) podem se apresentar nas seguintes modalidades, como Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem e República. (...) Independentemente da nomenclatura, todas estas modalidades de acolhimento constituem “programas de abrigo”, prevista no artigo 101 do ECA, inciso VII” (2006, p.27). No entanto, cabe ressaltar que atualmente vigora como

¹⁸O termo modalidade está de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (2013). No entanto, o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) não utiliza esse termo - modalidade e refere-se aos atendimentos como diferentes serviços de acolhimento institucional.

¹⁹ A modalidade de acolhimento casa de passagem refere-se como a instituição em foco se apresenta, constando no seu regimento interno. Contudo, não consta nos diferentes serviços de acolhimento categorizados pelo documento Orientações Técnicas (2009). Nesse sentido, este estudo pauta-se para essa análise no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) e no Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (2013), os quais a incluem como modalidade de acolhimento.

–programa de acolhimento institucional”, a partir da alteração realizada pela Lei 12010/2009.

Conforme o quadro 2, as instituições existentes constituem-se como acolhimento institucional, tendo uma delas a modalidade de casa de passagem. Na categorização adotada pelo Levantamento Nacional (2013), a Casa de Passagem/Casa Transitória constitui-se como um serviço de acolhimento institucional de caráter emergencial de crianças e adolescentes com perfis diversos, de curta duração, na qual possui uma equipe técnica para avaliar a situação (diagnóstico situacional) e viabilizar as devidas providências para a reintegração familiar ou para outros serviços de acolhimento.

No caso específico da instituição pesquisada, na modalidade de casa de passagem, de acordo com o seu Regimento Interno:

(...) é Serviço de Acolhimento Institucional Municipal, que integra a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, e tem como objetivo atender e acolher por um período de até 30 dias, crianças a partir dos 07 anos de idade e adolescentes de ambos os sexos em situação de rua ou que estejam em situação de risco pessoal/social, oferecendo moradia, proteção, alimentação e atendimento psicossocial, objetivando a reinserção familiar ou quando não for possível encaminhar para outro serviço de acolhimento. (2011, p.1).

Verificamos assim que esta modalidade possui caráter de curta duração, nesse caso, específico de um mês. No entanto, pesquisas demonstram que este prazo de permanência não vem sendo cumprido, e as crianças e os adolescentes permanecem em sua grande maioria, por um período superior a um mês nas casas de passagem. De acordo com Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013) “(...) apenas 22% das crianças e adolescentes em Casas de Passagem, ali estão há menos de um mês; 56,3% estão por período entre um mês e um ano e o restante por período que varia entre um ano até mais de dez anos acolhido no serviço” (p. 89).

Na instituição de acolhimento modalidade de Casa de Passagem, em Duque de Caxias, de acordo com as entrevistas realizadas, tomamos conhecimento que existem casos também que podem ultrapassar esse período de um mês, conforme a avaliação da equipe técnica e necessidade da criança e do adolescente.

Encontramos nesta aproximação com o campo empírico, que as 3 instituições são de natureza governamental. Tendo em vista o processo de municipalização, normalmente os abrigos são programas que possuem gestão de âmbito municipal diretamente pelo poder público local, ou por meio de convênios com organizações não governamentais (ONGS).

Apesar dos dados apontarem para natureza governamental das três instituições de acolhimento existentes em Duque de Caxias, observamos por meio de consulta realizada na relação das entidades registradas no CMDCA de Duque de Caxias, em 2015, que das 76 instituições de atendimento a Criança e ao Adolescente nas diversas áreas como reforço escolar, capacitação para o mercado de trabalho, oficinas culturais, reabilitação, acolhimento institucional, dentre outros que possuíam naquela ocasião registro neste Conselho, 53 eram organizações não governamentais e 23 instituições governamentais. Isto denota um grande quantitativo de instituições não governamentais de atendimento a área da criança e do adolescente. Estes dados coadunam com o Levantamento Nacional (2013), no qual foi observado que a região sudeste possui um maior quantitativo de instituições privadas, com 69,6% desses serviços. Ainda segundo este Levantamento Nacional, isto pode estar relacionado ao passado histórico de institucionalização de crianças e adolescentes pobres, marcados por instituições filantrópicas, se fazendo ainda presente o ideário caritativo e assistencialista. As instituições não governamentais também estão previstas no ECA/1990, por meio do artigo 86, que estabelece: “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”, estando inclusas nos parâmetros da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente da mesma forma que as instituições governamentais. Desta forma, estas possuem o caráter público, pois prestam serviços que é de responsabilidade da política pública de assistência social. De acordo com a PNAS (2004) o Estado deve assumir a responsabilidade na condução da política, podendo as instituições não governamentais participar por meio de parceria, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. O Estado deve, assim, implementar as diretrizes legais, independente da natureza das instituições.

Como acima registrado, as instituições de acolhimento pesquisadas são de natureza governamental. O que não lhes garante a efetividade do trabalho desenvolvido, mas sua vinculação a esse âmbito governamental lhes permite pleitear as mínimas condições de funcionamento, de acordo com os dispositivos legais.

Quanto ao início de funcionamento, as 3 instituições de acolhimento datam de seu início após os anos de 1990 e de 2000, ou seja, a partir da criação do ECA/1990, quando se estabeleceu os parâmetros para a Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente. Contudo, isto não significa que outras instituições que tiveram seu início anterior a 1990 não tenham se adequadado as prerrogativas legais, mas indica que as 3 instituições em foco, desde seu início, já puderam contar com os parâmetros deste Estatuto pois, após sua implementação as políticas públicas relacionadas às crianças e aos adolescentes tiveram proteção legal no Brasil. Entretanto, não tornam suficientes para garantir a sua efetivação no âmbito da realidade.

O ECA foi criado na perspectiva de proteção integral e efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, buscando romper no plano legal com práticas assistencialistas e autoritárias anteriormente vigentes, no Brasil. Isto porque, na antiga lei os abrigos eram instituições que tinham como medida a prevenção e correção de “desvios” individuais e sociais, equiparadas às instituições totais (Goffman, 2013). A partir dessa mudança, as instituições de abrigo são inseridas neste Estatuto como programas de proteção, conforme o artigo 98, quando os direitos das crianças e dos adolescentes estiverem ameaçados e violados, por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta, levando-se em consideração que é estabelecido como “(...) medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade” (ECA, 2006, p. 27).

O Abrigo como uma medida provisória é reiterado atualmente pela Lei 12010/2009, acrescentando que não pode ultrapassar o período de 2 anos, devendo o caso de cada criança e adolescente ser reavaliado a cada 6 meses e a obrigatoriedade de justificativa quando este prazo for ultrapassado. Entre as alterações que esta lei realizou ao ECA/1990, ressaltamos a medida protetiva de

abrigo para acolhimento institucional, e a inclusão da medida de acolhimento familiar. De acordo com a Lei 12010/2009:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo este possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (art. 101, § 1º).

Dessa forma, o ECA com as alterações da lei supracitada, preconiza a preservação dos vínculos familiares e a convivência comunitária, rompendo assim no plano jurídico com a prática de abrigamento por tempo indeterminado, historicamente construídos sem o direito a convivência familiar e comunitária.

Segundo a Lei 12010/2009, as crianças e os adolescentes só podem ser encaminhados para os serviços de acolhimento institucional, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária. As instituições de acolhimento somente em caráter excepcional e de urgência, poderão acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 horas ao Juiz da Infância e da Juventude.

A partir das entrevistas exploratórias realizadas, observamos que as instituições que mais encaminham, citadas por profissionais das três instituições de acolhimento pesquisadas são: O Juizado da Infância e Juventude e o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme a quadro abaixo:

Tabela 1- Instituições que encaminham os adolescentes, Duque de Caxias, 2015

Instituições	Número de vezes citadas
Juizado da Infância e da Juventude.	03
Ministério Público.	02
Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.	03
Casa de Passagem.	02
Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos e Humanos.	01
Outras instituições de Acolhimento.	01

Fonte: Autoria própria.

No entanto, a tabela também demonstra que outras instituições realizam este tipo de encaminhamento, sendo citados por 2 Instituições de Acolhimento: o

Ministério Público e a Casa de Passagem, assim como citados por 1 Instituição de Acolhimento: Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e outras instituições de acolhimento.

Os dados apontam que a maioria dos encaminhamentos realizados para as instituições de acolhimento institucional de Duque de Caxias estão de acordo com os dispositivos legais, ECA (1990) e Lei 12010 (2009). Contudo, ressaltamos sobre a importância das demais instituições elencadas em menor proporção pelas instituições de acolhimento, terem o conhecimento das prerrogativas legais para o encaminhamento dos adolescentes e das consequências que o descumprimento pode acarretar.

Segue abaixo as instituições com as quais mais se relacionam:

Tabela 2 - Instituições com as quais mais se relacionam, Duque de Caxias, 2015

Instituições	Número de vezes citadas
Juizado da Infância e Juventude.	03
Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente.	02
Ministério Público.	02
Secretaria Municipal de Assistência Social (CRAS e CREAS).	03
Secretaria Municipal de Saúde.	02
Secretaria Municipal de Educação (Escolas).	02
Secretaria Municipal de Trabalho e Renda.	01

Fonte: Autoria própria.

O ECA prevê o trabalho integrado entre o Poder Judiciário, o Poder Executivo, a comunidade e organizações não governamentais, atendendo o princípio da integralidade das ações. Observamos que as 3 instituições pesquisadas interagem com as políticas de assistência social, saúde e educação, assim como com o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, Juizado da Infância e Juventude.

No entanto, desafios podem ser observados para a articulação entre as várias instâncias das políticas sociais para o atendimento qualitativo à população. No âmbito da política de assistência social essa diretriz da intersetorialidade está presente na própria Constituição Federal de 1988, na LOAS (1993) e na PNAS (2004). Contudo, durante o meu período de observação participante e das relações

estabelecidas com as equipes de trabalho, percebi que na maioria das vezes a atuação de forma articulada se constitui muito mais um esforço dos profissionais que atuam nestas instituições com outros profissionais na área das políticas sociais, do que uma ação do próprio governo.

Isso nos leva a refletir sobre o contexto mais amplo da sociedade, marcado por políticas de cunho neoliberal e pelo processo de reestruturação produtiva, trazendo rebatimentos para o âmbito das políticas sociais, com precarização das condições de vida e de trabalho da população, inserindo-se neste contexto a equipe de trabalho destas instituições. Pude observar dificuldades de recursos para realização das atividades profissionais, neste caso específico voltadas aos adolescentes e suas respectivas famílias ou referências afetivas. Como um bom exemplo disso, pude acompanhar um caso numa das instituições pesquisadas. A assistente social conseguiu viabilizar um acompanhamento psicológico para a genitora de um dos adolescentes acolhidos. Porém, devido a demanda procurada para esse atendimento e o reduzido número de psicólogos na rede pública local, só havia vaga disponível a partir de 40 dias. Isto poderia trazer dificuldades para o acompanhamento a essa família, em contraponto ao acolhimento se tratar de uma medida provisória, sem contar com a falta de recursos desta mesma família para o deslocamento de casa à instituição para visitar o adolescente. Neste caso, a assistente social conseguiu por meio de seu próprio empenho pessoal, uma colega psicóloga que havia realizado um curso com a mesma para atender essa família de forma voluntária.

No aspecto referente à infraestrutura (instalações físicas) verificamos que as três instituições pesquisadas estão localizadas em área urbana, inseridas em áreas residenciais, existindo acesso a serviços nas respectivas comunidades. Os principais serviços indicados pelas entrevistadas constituem-se em Escolas, Posto de Saúde, Hospitais, CRAS, CREAS e Batalhão de Polícia Militar.

O acesso a estes serviços é de fundamental importância para a convivência comunitária dos adolescentes. Durante o trabalho de campo, pude observar nas 3 instituições que os adolescentes participavam da vida comunitária, por meio de atendimentos nos Postos de Saúde, acompanhados pela técnica de enfermagem ou educador social, atividades externas como capoeira, natação, teatro, etc. no Batalhão de Polícia Militar e em 2 das instituições os adolescentes frequentavam a

escola. A modalidade Casa de Passagem, constitui um atendimento de curta duração e os adolescentes acolhidos nesta modalidade não são matriculados na escola.

De acordo com O ECA (1990) e Orientações Técnicas (2009) os abrigos devem possuir aspectos semelhantes a uma residência e estarem inseridos na comunidade, em áreas residenciais, assim como oferecer o atendimento personalizado e em pequenos grupos, devendo ser um local agradável e acolhedor, oportunizando o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, assim como a utilização dos equipamentos e serviços existentes na comunidade local.

Apesar das 3 instituições serem de âmbito público governamental e todas estarem localizadas em áreas residenciais, favorecendo assim o convívio familiar e comunitário aos adolescentes inseridos, me chamou atenção que uma das instituições apresenta um diferencial em seu ambiente. Todas as vezes que lá estive, num primeiro olhar não me remetia a uma instituição de acolhimento. A ideia que me passava era de estar numa casa de uma família com muitos filhos e também muito agitada, devido ao quantitativo de adolescentes lá atendidos. O espaço era agradável, havia fotos de passeios com os adolescentes e seus desenhos eram expostos. Outro aspecto era a sua localização na área mais nobre de Duque de Caxias, o bairro 25 de Agosto. Com o passar do tempo tomei conhecimento que a coordenadora conseguiu um grupo de amigos voluntários para ~~apadrinhar~~ "apadrinhar" a instituição, deste modo obtendo doações não só para o ambiente institucional, como também, para os adolescentes atendidos.

Nas demais instituições, apesar da estrutura também ser parecida com uma casa, uma delas tinha o portão de entrada alto e todo fechado o que me trazia a ideia de estar de fato numa instituição de acolhimento. Já na outra apesar do portão não ser todo fechado, me remetia a grades, assim como o fato das camas e sofás possuírem a estrutura de cimento. No entanto, no decorrer desta pesquisa pude observar que algumas mudanças foram se processando, havendo melhorias na estrutura física destas instituições, como pintura das paredes, ornamentação com plantas, exposição dos trabalhos realizados nas atividades com as crianças e adolescentes, como artesanato, desenhos, dentre outras.

Um ponto comum nas 3 instituições diz respeito aos adolescentes se apresentarem como acolhedores, receptivos, carentes de atenção, “pavio curto”, em algumas vezes, surgindo uma discussão verbal por motivos banais entre eles. Alguns eram mais falantes, outros mais tímidos. Muitos deles queriam apenas conversar comigo, me contar histórias, outros principalmente as meninas, pediam para brincar com elas, ver seus desenhos, seus penteados, unhas, enfim dar-lhes atenção. Por muitas vezes, quando estava entrevistando algum adolescente, outros interrompiam para perguntar quando seria a vez deles. Numa das instituições que também atendia crianças, em atendimento ao pedido delas realizei uma oficina de atividades lúdicas, isto porque, observaram o grupo de aproximação que realizei com os adolescentes e todas as vezes que chegava a instituição diziam “Poxa tia! porque que só brinca com os adolescentes, a gente também quer brincar de bola” (2016).

Outro aspecto que obtive minha atenção foi numa das instituições no quarto dos adolescentes não possuir armários, apenas estantes com prateleiras para guardar seus pertences. Esta instituição tem uma rouparia, na qual as roupas dos adolescentes após serem lavadas lá permanecem até a solicitação para utilização. Isto pode dificultar o direito do adolescente ao atendimento personalizado, o que será discutido no capítulo 4.

Observamos que as três instituições pesquisadas possuem acesso à água, luz elétrica, esgotamento sanitário. A instituição mista possui sanitários para meninos e para meninas. As 3 instituições apresentam banheiro separado para os funcionários.

No que se refere ao espaço físico adaptado para receber adolescentes com deficiência, 1 das instituições possui acessibilidade com 1 banheiro adaptado. Outra possui rampa de acesso, mas não apresenta o banheiro adaptado e a última não possui nenhum tipo de adaptação²⁰. Durante todo o período de trabalho de campo não registramos a presença de crianças e adolescentes com deficiência.

A tabela abaixo apresenta o número de adolescentes por dormitório nas três instituições pesquisadas.

²⁰ O direito a acessibilidade foi estabelecido na lei 10098 (2000).

Tabela 3 - Número de adolescentes por dormitórios, Duque de Caxias, 2015

Número de Dormitórios	Número de adolescentes por dormitório	Total de adolescentes
03	06	18
01	12	12
05	05	25
Total		55

Fonte: Autoria própria.

As instituições de acolhimento possuem um quantitativo para além das indicações das Orientações Técnicas (2009) quanto ao número de adolescentes por dormitório, a qual indica o acolhimento de até 4 crianças por quarto. Apenas uma das instituições mais se aproxima a essa indicação, acomodando 5 adolescentes por dormitório. Essa configuração de mais de 6 adolescentes por quarto pode prejudicar o desenvolvimento de um ambiente familiar, conforme estabelecido pelo ECA (1990). Como já foi anteriormente identificado no quadro 3 das instituições pesquisadas, apenas 1 é mista, ou seja, atende a adolescentes do sexo feminino e masculino, existindo nesta instituição o critério de dividir os dormitórios por sexo.

Com relação ao público alvo, ambas atendem adolescentes em situação de risco pessoal ou social, sendo que uma também atende crianças a partir de 7 anos, sendo mista (meninas e meninos) e as outras duas instituições realizam separação por sexo, sendo uma específica para adolescentes meninas e outra específica para adolescentes meninos.

Estas instituições possuem o número de vagas, de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 4 - Número de vagas por instituição, Duque de Caxias, 2015

Instituições	Meninos	Meninas	Total
Casa Social Renascer	16	—	16
Casa Comunitária das Adolescentes	—	12	12
Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente	15	10	25
Total geral de vagas:	31	22	53

Fonte: Autoria própria.

Podemos constatar que duas instituições apresentam o quantitativo de até 20 adolescentes, estando de acordo com os parâmetros do documento Orientações Técnicas (2009), que indica um número máximo de usuários por instituição de 20 crianças e adolescentes. A outra instituição que possui a modalidade de casa de passagem extrapola esse limite, atendendo 25 crianças e adolescentes, contudo, não está inserida na tipificação realizada pelo documento acima citado, no item Parâmetros de Funcionamento. Nesta pesquisa a instituição que se apresenta nessa modalidade se insere na categorização realizada pelo Levantamento Nacional (2013) (...) essa categoria foi incluída representando as unidades do tipo abrigo institucional de curtíssima duração, organizadas para acolhimento emergencial de crianças e adolescentes” (p. 89).

Ao comparar as informações contidas nas tabelas 3 e 4, observa-se que uma das instituições possui 16 vagas para meninos, contudo, os dormitórios comportam 18 vagas (existem 3 dormitórios com 3 camas beliches em cada). Na ocasião da visita realizada por esta pesquisadora, a técnica entrevistada informou que existe uma cama beliche a mais em um dos quartos, o que representa 2 vagas.

Com relação à média de permanência dos adolescentes na instituição, na modalidade Casa de Passagem, apesar do prazo estabelecido ser um mês, pode ultrapassar, de acordo com avaliação realizada pela equipe técnica. Segundo entrevista realizada, já houve caso de permanência pelo período de um ano. Quanto às outras duas instituições de acolhimento, a Casa Social Renascer se restringiu a informar apenas a média de permanência prevista pela legislação (não ultrapassar o período de dois anos), informando que só 40% dos casos atendem essa média. A Casa Comunitária das adolescentes possui uma média de 2 anos, levando-se em consideração que neste prazo existem casos de adolescentes que passam por outras instituições de acolhimento.

No que diz respeito aos recursos financeiros nas três instituições, as entrevistadas citaram que são provenientes dos recursos públicos municipais. Isto porque, segundo elas os recursos são encaminhados às instituições por meio do município. Também informaram que as instituições recebem doações de pessoas físicas. Cabe registrar que o SUAS (2005) prevê o repasse dos recursos federais aos municípios por meio do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social. Após serem alocados no fundo do município,

são utilizados juntamente com os recursos próprios da prefeitura. Desta forma, os recursos utilizados podem ser federais e municipais.

De acordo com as entrevistas e observações realizadas procura-se abaixo identificar as equipes de trabalho que integram as instituições de acolhimento:

Tabela 5 - Equipe de Trabalho por instituição, Duque de Caxias, 2015

Equipe de Trabalho	CRCP -Casa de Passagem	Casa Comunitária das Adolescentes	Casa Social Renascer
Administrativo	02	01	01
Educador Social	12	08	12
Técnico de Enfermagem	01	01	01
Cozinheira	02	02	02
Serviços Gerais	02	02	01
Professor de Reforço Escolar	–	–	01
Pedagogo	01	01	01
Psicólogo	01	01	01
Assistente Social	01	01	01
Estagiários de Serviço Social	02	–	03
Coordenadora	01	01	01
Motoristas	–	02	01
Total:	23	20	25

Fonte: Autoria própria.

De acordo com o documento Orientações Técnicas (2009), a equipe profissional mínima deve ser constituída por coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador. Segundo este documento, a coordenação deve ser por um profissional com formação mínima de nível superior e experiência em função congênera; A equipe técnica deve ser constituída por dois profissionais de nível superior para o atendimento de até 20 crianças e adolescentes com experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco e o educador/cuidador deve ser um profissional com nível médio e capacitação específica para 10 crianças e adolescentes, por turno. A quantidade de profissionais deve ser aumentada quando houver crianças/adolescentes que demandem atenção específica (deficiência, necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano) e o auxiliar de

educador/cuidador deve ser um profissional com nível fundamental e capacitação específica para até 10 crianças e adolescentes, por turno. A quantidade de profissionais deve ser aumentada na mesma proporção do educador/cuidador quando houver crianças/adolescentes com deficiência, necessidades específicas de saúde ou idade inferior à um ano. Este documento indica também a necessidade de manter uma equipe noturna acordada e atenta a movimentação. Foi observado que estas instituições não possuem o profissional designado como auxiliar de educador/cuidador, no entanto parte de suas atribuições (–...) apoio às funções do cuidador, cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros)” prevista em tal documento é exercida nas três instituições por funções auxiliares de serviços gerais e cozinheiras.

Outro aspecto observado quanto à equipe de trabalho, é que possuem vínculo empregatício, sendo a maioria por meio de contrato de trabalho (CLT). Não se identificou a existência de trabalho voluntário. Uma das instituições não aceita trabalho voluntário e as outras duas podem utilizá-lo desde que tenham a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos e da coordenação da instituição, com o seu devido acompanhamento, sendo observada a legislação pertinente.

4

“Se eu pudesse escolher não comeria rosquinhas”: conversando com os adolescentes sobre suas vivências no acolhimento e os desafios à participação

As narrativas da maioria dos adolescentes nos comunicam que não poder escolher e não ser ouvido é simbolizado pela repetição sobre a imposição das rosquinhas durante as refeições nestas instituições. Isto é muito bem representado pelo desenho produzido por Orquídea Branca, durante o grupo de aproximação realizado com os adolescentes.

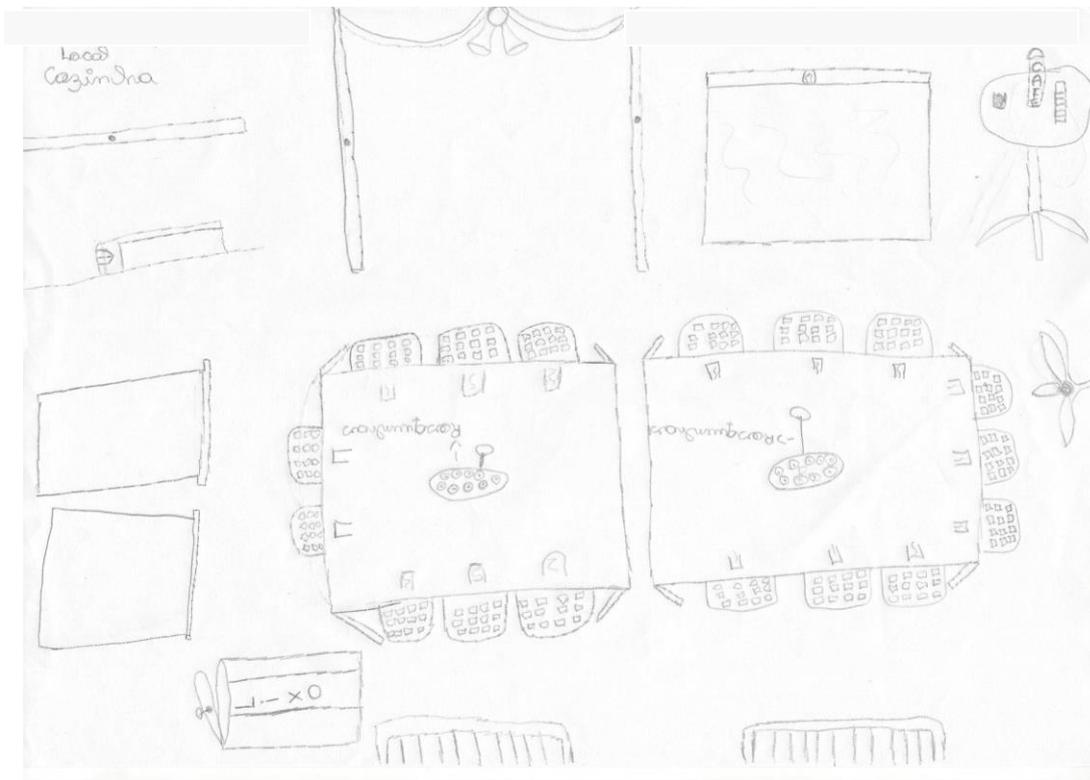


Figura 2- Desenho 1.

Fonte: Desenhos realizados pelos adolescentes que participaram da pesquisa.

Pesquisadora: Conte-me sobre o seu desenho.

Orquídea Branca: “É... o refeitório, um lugar que gosto aqui na casa, por causa da comida, aí desenhei as rosquinhas em cima da mesa, porque ultimamente aqui só tem dado rosquinhas, no café da manhã, lanche da tarde e antes de dormir, queria também poder comer um pão com mortadela de vez em quando, não aguento mais comer rosquinhas!”

Nesta pesquisa discutimos as perspectivas destes meninos e meninas sobre o acolhimento institucional e a participação deles nas decisões que os afetam no seu cotidiano durante o processo de acolhimento institucional. Caracterizamos quem são estes adolescentes, respeitando sua condição de sujeitos de direitos que possuem identidades, desejos e histórias de vida.

O meu desejo foi o de estar com eles e ouvir o que tinham para contar. Isto foi feito por meio de observações participantes, nos grupos de aproximação e entrevistas realizadas. Como já discutimos, articulamos a escuta atenta com a produção de desenhos realizados por eles durante os grupos de aproximação, para compreender os seus pontos de vista sobre o seu dia-a-dia em acolhimento.

Assim, apresentamos neste capítulo a análise dos dados coletados e os resultados desta pesquisa realizada junto aos adolescentes, que encontramos nas instituições de acolhimento do município de Duque Caxias, por meio de 3 eixos analíticos:

- 1) Os adolescentes que participaram da pesquisa e suas histórias;
- 2) As perspectivas dos adolescentes sobre o acolhimento institucional;
- 3) A participação dos adolescentes nas decisões que os afetam no cotidiano institucional:
 - a) Inserção na instituição;
 - b) Rotinas e regras;
 - c) Convívio com a família e grupo de amigos;
 - d) Preparação para a vida fora da instituição.

4.1. Os adolescentes que participaram da pesquisa e suas histórias

Nas 3 instituições de acolhimento do município de Duque de Caxias, em que estive durante o período de trabalho de campo, todos os adolescentes que encontrei e estabeleci relação apresentaram o interesse em participar desta pesquisa.

Além dos contatos realizados durante as suas atividades cotidianas nessas instituições, foi realizado grupo de aproximação de forma dinâmica e participativa, conforme discutimos no capítulo 3 desta tese. Obtivemos um total de 16 adolescentes, constituídos por 9 meninas e 7 meninos, na faixa etária de 15 a 18 anos. Dentre estes, 7 meninas encontravam-se na Casa Comunitária das Adolescentes; 3 meninos e 2 meninas no Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de passagem e 4 meninos na Casa Social Renascer.

Nosso entendimento é de que, os adolescentes ocupam um local de destaque nesta pesquisa e foram tratados de forma personalizada, por meio de nomes fictícios escolhidos por eles próprios. A maioria das meninas (7) escolheu nome de flores, relacionando as cores e formas das flores consigo, apenas 1 escolheu o nome de uma boneca e outra foi indiferente, tendo sido escolhido por mim o nome de um pássaro para simbolizar a movimentação, característica da própria adolescência e os caminhos que pode percorrer. São eles: Lírio, Pérola, Margarida, Orquídea Vermelha, Rosa azul, Girassol, Orquídea Branca, Barbie e Sabiá.

Com relação aos meninos, a maioria (4) escolheu nomes relacionados às atividades que gostam de fazer, simbolizando para 3 deles, inclusive seus sonhos e desejos futuros, 1 optou por estabelecer relação com seu charme e sucesso com as meninas e 2 foram indiferentes, tendo sido escolhido por mim o nome de pássaros para simbolizar a movimentação, característica da própria adolescência e os caminhos que podem percorrer. São eles: o Skatista, o Capoeirista, o Jogador de Futebol, O Desenhista, O Pegador, O Bem-te-vi e O Pardal.

Focalizamos os adolescentes participantes da pesquisa, apreendendo com eles a partir de suas perspectivas a respeito de diversos aspectos de sua vida institucional, dentre eles, o motivo e período de acolhimento, trajetória de rua e em outras instituições de acolhimento, contato com suas famílias, escolaridade e inserção em programas de jovem aprendiz.

Consideramos relevante em alguns momentos, lançar mão de informações obtidas por meio dos diálogos com a equipe técnica durante o período de observação participante nessas instituições.

A seguir apresentamos as informações referentes aos adolescentes e seu ingresso em acolhimento institucional, conforme o quadro abaixo.

Quadro 3- Caracterização dos adolescentes e seu ingresso em acolhimento institucional, Duque de Caxias, 2015 e 2016

Adolescentes	Idades	Instituição de acolhimento	Data de entrada	Motivo do acolhimento
Lírio	15 anos	Casa Comunitária das Adolescentes.	12/10/15	Risco na comunidade (Ameaçada pelo tráfico).
Pérola	15 anos	Casa Comunitária das Adolescentes.	1ª vez 01/10/14 2ª vez 17/08/15	Ausência da mãe por prisão, pai desaparecido, maus tratos pela tia materna.
Margarida	16 anos	Casa Comunitária das Adolescentes.	04/08/15	Maus tratos e falta de condições materiais.
Orquídea Vermelha	15 anos	Casa Comunitária das Adolescentes.	05/10/15	Suspeita de abuso sexual por parte do tio (Mãe falecida).
Rosa Azul	15 anos	Casa Comunitária das Adolescentes.	09/11/15	Maus tratos por parte da mãe.
Girassol	16 anos	Casa Comunitária das Adolescentes.	17/08/14	Ausência da mãe por prisão, pai desaparecido. Rejeição por parte da família extensa.
Sabiá	17 anos	Casa Comunitária das Adolescentes.	2015	Mãe desaparecida, pai tem outra família e rejeição recíproca entre a madrasta e adolescente.
Orquídea Branca	15 anos	Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de passagem.	18/11/15	Orfandade.
O pegador	15 anos	Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de passagem.	13/11/15	Em razão de sua conduta (Pego pela Polícia na rua junto com outros 2 adolescentes portando uma arma de brinquedo).
Bem-te-vi	16 anos	Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de	13/11/15	Em razão de sua conduta (Pego pela Polícia na rua junto com outros 2

		Passagem.		adolescentes portando uma arma de brinquedo).
Pardal	16 anos	Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de Passagem.	13/11/15	Em razão de sua conduta (Pego pela Polícia na rua junto com outros 2 adolescentes portando uma arma de brinquedo).
Barbie	17 anos	Centro de Restituição da Cidadania pela Vida/Criança e Adolescente – Casa de Passagem.	23/11/15	Negligência por parte da mãe.
O Skatista	17 anos	Casa Social Renascer.	16/12/13	Mãe o abandonou no juizado junto aos seus dois irmãos.
O Capoeirista	15 anos	Casa Social Renascer.	2ª vez 01/06/16	Mãe o abandonou no juizado junto aos seus dois irmãos.
O Desenhista	15 anos	Casa Social Renascer.	14/04/15	Falta de condições materiais, conflito dos pais, gerando maus tratos ao adolescente.
O Jogador de Futebol	16 anos	Casa Social Renascer.	16/12/13	Mãe o abandonou no juizado junto aos seus dois irmãos.

Fonte: entrevistas realizadas em 2015 e 2016 (Quadro elaborado pela autora).

O quadro acima elaborado a partir da escuta aos adolescentes, demonstra que foram inseridos nestas instituições de acolhimento em situações variadas e em ocasiões específicas de suas vidas. Os motivos que resultaram no acolhimento destes 16 adolescentes consistem em: negligência/ maus tratos; abandono por parte da família; falta de condições materiais; em razão da sua conduta; rejeição da madrasta e família extensa; orfandade; risco na comunidade e suspeita de abuso sexual.

Constatamos que a negligência/ maus tratos, o abandono e a falta de condições materiais respondem pelos 3 principais motivos de acolhimento destes adolescentes, constituindo 50% dos casos. Ao comparar estes dados com estudos recentes sobre o acolhimento institucional (Levantamento Nacional, 2013 e Censo MPERJ, 2015), verificamos que existem similaridades e diferenças entre este aspecto e a situação do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e do próprio município de Duque de Caxias.

No Brasil, o Levantamento Nacional (2013), da mesma forma que esta tese, registrou a negligência e o abandono entre os 3 principais motivos de ingresso das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento. No Estado do Rio de Janeiro, estes ocupam também os 2 principais motivos. Já no município de Duque de Caxias, conforme o Censo do MPERJ (2015), a negligência igualmente foi registrada com maior incidência, sendo a motivação neste município para 31,19% dos casos de acolhimento. No entanto, este Censo indica uma diferença, na qual o abandono ocupa o 4º principal motivo de acolhimento.

A pesquisa de mestrado de Rodrigues (2012), localizada no levantamento bibliográfico, realizado na fase inicial deste estudo, conforme abordamos no capítulo 3 também identificou a negligência/maus tratos e abandono como os 2 principais motivos de acolhimento dos 9 adolescentes entre 12 e 17 anos entrevistados e acolhidos em duas instituições (uma governamental e uma de orientação religiosa) no município de São Paulo.

Esta pesquisa de doutorado difere-se da situação do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro, de Duque de Caxias e da pesquisa de Rodrigues (2012) por identificar a falta de condições materiais entre os 3 principais motivos de acolhimento dos adolescentes, enquanto que para estes locais e para a pesquisa de Rodrigues esta motivação não se encontra entre estes 3 principais motivos. Apesar disso, no Brasil 3.150 (17,1%) dos casos foram acolhidos pela falta de condições materiais. No Estado do Rio de Janeiro este se refere à décima incidência, dentre os 21 motivos para ingresso nessas instituições. Já no município de Duque de Caxias, o Censo do MPERJ (2015) registrou 1 caso (0,92%).

Cabe refletir especificamente sobre a diferença entre os dados do município de Duque de Caxias e desta pesquisa de doutorado, que teve como campo empírico as 3 instituições de acolhimento deste município. Durante o trabalho de campo, 2 dos adolescentes que inclusive já se encontravam acolhidos na ocasião que este censo foi realizado, relataram ter sido este o motivo do ingresso nestas instituições. O fato dos números diferirem-se dos dados do Censo, pode estar relacionado a considerarmos a perspectiva dos adolescentes, e nem sempre a visão e o entendimento deles sobre sua situação coadunam com o que consta no registro oficial das instituições. Os motivos que declararam para mim podem estar no mesmo contexto do que fora registrado pelas instituições de acolhimento, mas a

partir da apreensão e do ponto de vista deles, acrescido de maiores riquezas de informações. Isto pode relacionar-se a relação de confiança construída entre mim e os adolescentes durante o desenvolvimento desta pesquisa. Um bom exemplo disso consiste no caso da adolescente Orquídea Vermelha, que me contou sobre a suspeita de abuso sexual sofrida por parte do seu tio, o que não constava nos registros oficiais da instituição de acolhimento, conforme será observado no depoimento dela mais adiante.

Podemos refletir ainda que as demais situações relatadas pelos adolescentes como o principal motivo de seu acolhimento, também ocorrem no contexto de falta de condições materiais, associada à precarização das condições de vida das famílias ou responsáveis. Ainda que no ECA (1990), o seu artigo 23 estabeleça que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a suspensão do poder familiar, ainda que em proporção menor, podemos observar a partir dos dados acima a presença atualmente de adolescentes acolhidos por esse motivo, podendo fazer uma menção as antigas práticas ocorridas na história da assistência à infância no Brasil, conforme debatemos no capítulo 2 desta tese.

A falta de recursos materiais da família como motivação para o acolhimento é uma questão que foi identificada também em estudos anteriores, como a pesquisa do IPEA/CONANDA, 2004, a qual constatou que 52% dos casos de acolhimento podem estar relacionados à pobreza. Além, de discutir sobre a complexidade e dificuldades que esta população possui para acesso aos direitos fundamentais, como moradia, saneamento, alimentação e educação.

Nessa perspectiva, faz-se importante a existência de ações de apoio à família de origem, por meio de políticas públicas de forma integralizada, como educação, saúde, esporte, cultura, habitação, dentre outras que possibilitem a permanência da criança e do adolescente em seu convívio, considerando assim o acolhimento institucional efetivamente como última instância, conforme estabelece o ECA (1990) e a Lei 12010/2009. Se não houver mudanças nas condições de vida das famílias, as crianças e adolescentes acabam por permanecer nessas instituições por longos períodos, como nos casos dos adolescentes que encontrei e estabeleci relações nesta pesquisa. Os relatos abaixo nos dão ideia das histórias marcadas por rupturas, da complexidade e do sofrimento presente em suas vidas.

Para a adolescente Pérola, o motivo de estar em abrigo envolveu muitas situações, como falta de cuidados, maus tratos da tia e indiferença por parte da mãe. De acordo com o seu relato isso contribuiu para o seu envolvimento com drogas, chegando a usar maconha, loló e cocaína:

(...) Meu pai morreu e minha mãe está presa. Aí fui morar com minha tia, estava indo bem até começar a me maltratar e bater. Ela me botava pra trabalhar, entregando quentinhas. Aí comecei aprontar pra me levar pra abrigo, aí me botou na Casa de Passagem, fiquei 1 ano lá e fui transferida pro Amar, aí minha tia me pegou de volta e não adiantou nada, continuou me maltratando, aí me levou de novo pra Casa de Passagem, fiquei lá uns 4 meses e vim pra cá, cheguei aqui o ano retrasado. Aí de tanto pedir fui ver minha mãe no presídio, queria ter alguém por mim, poder contar com minha mãe, aí ela não quis saber de mim, aí pedi mãe me dá um abraço e ela negou, me senti humilhada, sabe tia? Aí juntei tudo isso na minha mente, sabe? E fugi pra minha prima no Jardim Gramacho. Tipo lá não tinha muitas condições. Aí cheguei ao ponto de usar loló e cocaína, era um jeito de me sentir aceita, mas maconha não usei muito, ficava com falta de ar. Aí emagreci e comecei a ficar me vendo naquele ponto, aí fui no Conselho de Jardim Primavera pedi ajuda e me levaram pra Casa de Passagem, fiquei internada por 1 semana e 3 dias, aí voltei pra casa de passagem e de novo pra cá no ano passado (Pérola, 2016).

O depoimento desta adolescente comunica que apesar de ter vivenciado situações de maus tratos por parte da tia materna, ter se sentido abandonada pela genitora e já haver passado por diversas instituições de acolhimento, o seu desejo maior era uma aproximação com sua mãe, como uma referência afetiva, alguém que ela pudesse contar, apesar de estar em cumprimento de medida privativa de liberdade. Isto nos remete a análise de Abramo (2008), indicando que apesar de jovens que citam a família como espaço de experiência de humilhação e violência, esta aparece para a grande maioria dos entrevistados como instância fundamental, como estrutura central para poder viver a vida enquanto jovem, como referência afetiva, referência ética e comportamental para o próprio processo de amadurecimento. O relato da adolescente indica que a resposta negativa a tentativa de aproximação com a mãe, associada a viver um momento característico da adolescência, em que possuem o desejo de aproveitar a vida, se divertir e achar que tudo podem fazer e nada vai lhes acontecer, faz com que se tornem mais vulneráveis à convivência com riscos e situações de violência. Isto contribui para que sejam facilmente cooptados pelo mundo das drogas. Conforme

Losacco (2002): “(…), acolhidos e incentivados pela “comunidade marginal”, é nesse tipo de relação que adquirem respeitabilidade, auto-estima, habilidades e autonomia, elementos fundamentais na formação de sua identidade. A onipotência, a criatividade e o imediatismo, próprios desta fase da vida, ficam a serviço de comportamentos de risco (2002, p.73).

Lírio também se envolveu com drogas, segundo expressou foi influenciada por más companhias, mas não chegou a fazer uso constante. No entanto, isso resultou em problemas com o tráfico de drogas, na comunidade: “(…) Eu vim pra cá porque só queria saber de ficar na rua com as amigas erradas, aí me meti com drogas, mas não cheguei a usar muito não só queria saber como que era, mas me meti em confusão com os caras do movimento, aí foi minha avó que me botou aqui, ela ligou pra abrigo e eu vim pra cá” (Lírio, 2016).

Outro adolescente, O Pegador declarou que o motivo de estar acolhido foi por ter feito “besteira”, tendo sido flagrado pela polícia com uma réplica de arma. Isso ocorreu porque se deixou influenciar por amigas erradas, como expressou, reconhecendo que precisa ficar longe dessas amigas para mudar de comportamento:

(...) Tia, os polícia me pegaram junto com meus dois amigos fazendo besteira, com uma réplica de arma, aí os polícia me levou pra delegacia, de lá chamaram o Conselho Tutelar e me botaram aqui na casa de passagem, aí eu tenho família, tia. Eu morava com minha mãe, meu padrasto e meus irmãos, em Parada Angélica, aí agora a minha mãe tá vendo pra me tirar daqui e me botar pra morar em Piabetá com meu pai, porque lá onde meu pai mora vou ficar longe dessas coisas de influência das amigas erradas, entendeu? (O Pegador, 2015).

O Pegador fez questão de descrever como foi o seu momento de chegada, na instituição:

(...) Nós chegou aqui tia tudo junto eu e meus dois amigos, três e pouco da manhã, sem ver a nossa família, a gente tudo tava assustado, o educador mandou a gente tomar banho, aí tia nós tudo começou a chorar no banheiro, depois fomos comer, aí o educador mostrou o quarto pra gente dormir. Aí oito horas nós tomou o café junto com geral e a tia assistente social chamou a gente e explicou as coisas tudo, as horas de fazer as coisas na casa e disse que pelo menos um mês a gente tinha que ficar aqui. Tia! Eu ia fugir, aí minha mãe ligou e veio me visitar, aí fiquei pra esperar ela me tirar daqui. Vai fazer dois meses e seis dias que estou aqui! (O Pegador, 2016).

O relato deste adolescente demonstra que o encaminhamento para um acolhimento institucional consiste numa situação difícil para os adolescentes, podendo ser percebido como uma ruptura e violação dos direitos ao convívio com sua família. Demonstra também que não lhe foi oferecido uma acolhida aos sentimentos que vivenciava no seu momento de chegada. Por outro lado, a instituição passou a mensagem das regras e atividades que o adolescente teria que se submeter.

Apesar disso e das críticas existentes, principalmente por velhas práticas ainda marcarem os serviços de acolhimento na atualidade, esta instituição pode apresentar também resultados positivos para as crianças e os adolescentes atendidos. Isto pode ser verificado no caso de Bem-Te-Vi, o qual me contou que neste período em que se encontra na Casa de Passagem o diálogo e atendimento realizado com a assistente social e a psicóloga o ajudou a refletir a respeito de seu comportamento e tentar mudar, se referindo ao motivo que o levou para o acolhimento. Este foi flagrado pela polícia na companhia de O Pegador e Pardal com uma réplica de arma. Possui referência familiar (seus pais), nunca tinha sido abrigado antes e se sentiu muito assustado com o que aconteceu, gosta muito dos seus pais, mas teme voltar para casa e ser influenciado pelas amizades para fazer coisas erradas. Nas palavras do adolescente:

(...) O motivo é que eu estava na rua tentando roubar, estava com uma réplica de arma, fui pego pela polícia e levado pro Conselho Tutelar e de lá vim pra cá, no mesmo dia. Tia eu ficava com meus pais antes do Conselho me trazer pra cá, eu gosto deles, eles tão me visitando aqui, mas tenho medo de voltar pra lá e alguém me chamar pra fazer besteira, mas eu não vou fazer não"! Tia, também nesse tempo que já estou aqui no abrigo, as conversas com assistente social e a outra, acho que é a psicóloga me ajudou a pensar sobre as besteiras que fiz, aí vou tentar mudar, quero mudar!! (Bem-te-vi, 2016).

Pardal também relatou que estava junto com Bem-te-vi e O Pegador, quando foram flagrados pela polícia tentando roubar com arma de brinquedo, sendo assim trazido para a instituição. No entanto, o seu desejo é de voltar logo ao convívio de sua mãe.

(...) Eu e mais dois amigos que estão aqui comigo, a gente ia roubar, a gente já estava voltando pra casa e os polícia pegou a gente, deixou a gente na delegacia, depois veio uma Kombi do Conselho e trouxe nós pra cá. Tia, eu tenho a minha mãe e não quero mais fazer essas coisas, sabe, estar aqui até tem um lado bom, me tratam direito, também me ajudou a pensar no que fiz, mas eu quero mesmo ficar com minha mãe, não quero passar o natal aqui, não quero ficar aqui, eu tenho família (Pardal, 2015).

Apesar do reconhecimento de Pardal que a experiência do acolhimento apresenta alguns aspectos que considera como bons, como exemplo ter lhe ajudado a refletir sobre questões do seu comportamento, que segundo ele estavam errados, este se remete à sua mãe, comunicando que nenhuma experiência no acolhimento mesmo que fosse positiva diminuiria a falta e o desejo de estar com ela.

Já para Girassol o motivo de estar em serviço de acolhimento desde 7 anos de idade diz respeito:

(...) por causa que meu pai é sumido na vida e minha mãe está presa, aí meus tios por parte da minha mãe não quer ficar comigo, porque eu não respeito eles. Tia eu cheguei aqui o ano passado, por causa de que estava no Reviver até aos 10 anos, saí de lá, eu fui adotada por uma família, aí depois voltei para o Reviver, ela me devolveu, aí minha tia me levou irmã da minha mãe, só fiquei por pouco tempo, porque eu não respeitava ela, aí ela me devolveu e fui para o abrigo Lar de Maria Dolores e Mei Mei, aí fiquei lá até vim pra cá, no ano passado. Na verdade eu vim pra cá fazer uma visita, aí acabou e voltei pro Mei Mei, aí eu pedi a tia da Vara da Infância para adiantar pra eu vim logo para cá. (Girassol, 2016).

Observamos, que o seu acolhimento está relacionado ao sumiço do seu pai, ao fato de sua mãe encontrar-se em cumprimento de medida privativa de liberdade, além da família materna não a aceitar. Durante o período de permanência neste serviço houve colocação em família substituta, no entanto, foi devolvida. Podemos verificar também que já passou por várias instituições, sendo acolhida pela primeira vez quando ainda era criança, já tendo passado a metade de sua vida institucionalizada.

Esta situação de longa permanência nestas instituições foi igualmente vivenciada por outros adolescentes, como nos conta Margarida:

(...) Eu fui pra abrigo quando era criança com meus irmãos, por causa que meu pai bebia muito, aí ele tinha uma amante e por isso batia muito a boca com minha mãe, eles brigavam muito na nossa frente, aí batiam muito na gente, meu pai maltratava muito o meu irmão menor, ele não podia chorar, que meu pai bêbado queria dormir e maltratava ele. Tipo, eu sentia muito medo dele, a gente também passava necessidade, não tinha as coisas pra gente comer e a gente era tudo pequeno, eles não tinha condição pra sustentar agente, entendeu? Foi por isso que nós 5 fomos pra o abrigo. Aí nunca mais vi meus pais, eles estão desaparecidos. (Margarida, 2016).

De acordo com informações obtidas com a equipe técnica, Margarida chegou a primeira instituição ainda criança com o irmão menor no colo, sendo este um dos irmãos que sofreu tentativa de abuso sexual por parte do pai. Há registros de que naquela ocasião, esta criança chegou ao hospital evacuando sangue, relatando que o pai aplicava uma injeção toda noite em suas nádegas. Foi realizado o registro de ocorrência, mas os pais estão sumidos. Apesar das dificuldades por serem muitos, os irmãos foram adotados, a adolescente já passou por três tentativas de família substituta e atualmente possui uma referência afetiva, a qual considera como madrinha e a visita esporadicamente.

No que se refere a adolescente Sabiá, da mesma forma que Girassol e Margarida relatou ter sido inserida em instituição de acolhimento desde criança, quando tinha 8 anos de idade. O motivo foi porque a mãe fazia uso abusivo de álcool, sumiu e nunca mais a procurou. O pai constituiu outra família, existindo uma não aceitação recíproca entre a madrasta e a adolescente e convivência do pai nesse comportamento da madrasta e filha, como diz a adolescente: “(…)Minha mãe me largou e nunca mais vi, aí meu pai arrumou outra família. No ano passado fui morar com meu pai, entendeu? Mas, eu e minha madrasta a gente não se dá bem e não quis ficar lá. Só morava com ele o ano passado, os outros anos eu morava nos abrigos desde dos 8 anos”. (Sabiá, 2016).

As declarações das adolescentes: Girassol, Margarida e Sabiá revelam uma trajetória de vida de rupturas de vínculos com as famílias e com as próprias instituições de acolhimento, levando em consideração que nestas instituições constroem novos vínculos. Para Girassol e Margarida observamos também que isso se deu com a família adotiva. A pesquisa coordenada por Rizzini (2003) realizada com crianças e adolescentes nas ruas e em instituições de abrigamento na cidade do Rio de Janeiro, observou que as histórias desses meninos e meninas

refletem múltiplos vínculos e trajetórias, que são atravessados por acontecimentos que resultam em perdas e rompimentos de vínculos afetivos. Da mesma forma que a pesquisa desta autora, verificamos que as rupturas ocorrem com bastante frequência nas suas histórias. Isto também ocorre nas trajetórias dos outros adolescentes, foco desta análise como discutimos mais adiante. Estes apresentam diversas passagens pelas instituições de acolhimento, casa de pai, de mãe, presença de madrastas, casa de tios ou tias, casa da avó, e até mesmo de pessoas que construíram vínculos quando estavam acolhidos. Isto pode ser verificado no depoimento de Barbie:

(...) Eu vim pra cá, porque minha mãe não cuidava da gente, não conseguia trabalho e bebia e deixava eu e meus irmãos sozinhos em casa, aí eu gostava da minha mãe, queria que ela cuidasse da gente, mas ela bebia sempre, aí fui morar com a minha avó, porque via que ela se preocupava comigo. Aí acho que fizeram denúncia e o oficial bateu lá pra buscar a gente, bateu na casa da minha avó também, eu morava com ela, mas não tinha autorização do juiz, aí me trouxeram para cá também. Eu nunca tinha ido pra abrigos! Eu quero voltar pra minha avó. (Barbie, 2015).

O relato desta adolescente nos mostra a ruptura de vínculos com a mãe, posteriormente com a avó e o encaminhamento para instituição de acolhimento. Levando em consideração a diferença sob o aspecto desta adolescente não ter tido passagem pela rua, concordamos com Rizzini (op. cit.) que eles e elas se movimentam entre famílias, ruas e instituições de acolhimento, sendo deslocados de seu contexto de origem, o que guarda relação com as contradições presentes na nossa sociedade atual. No caso específico da adolescente Barbie, ao que parece o fato da mãe encontrar dificuldades para conseguir trabalho contribuía para o seu envolvimento com bebida alcoólica. —São eles exemplos vivos das contradições de nossos tempos, entre o discurso emergente de direitos e das desigualdades socioeconômicas” (p. 12).

Outra adolescente, Rosa Azul informou que a violência por parte de sua mãe sempre esteve presente para ela, reconhecendo que também não a respeitava, no tom que falava, assumindo que era merecedora de tais agressões:

(...) —minha mãe sempre me bateu, também eu não respeitava ela, eu aprontava muito tia, aí precisando ela me bater, aí me deu uma surra braba depois que aprontei na escola, aí a escola chamou o Conselho e fui pra Casa de Passagem e depois vim pra cá e agora minha mãe está vindo me visitar e vou voltar pra ela” (Rosa Azul, 2016).

Atualmente segundo a equipe técnica da instituição, a mãe de Rosa azul está fazendo acompanhamento psicológico e sendo realizado um trabalho para fortalecimento dos vínculos afetivos entre elas.

Orquídea Vermelha me contou que passou por maus momentos após a morte de sua mãe, quando passou a residir com o seu tio e sofreu violência doméstica por parte dele, tendo sido este o motivo do seu acolhimento. Nas palavras da adolescente:

(...) Eu morava com meu tio desde 11 anos, quando minha mãe morreu, aí fiz 12 anos na casa dele, aí abusou de mim, aí eu contei para cunhada dele e ela ligou para polícia, fui pra delegacia e de lá pro Conselho, aí me botaram no abrigo, aí minha mãe não se dava com os parentes do meu pai, aí eles não querem me aceitar”. (Orquídea Vermelha, 2016).

Nas entrevistas e observações participantes, pude observar que 10 adolescentes já sofreram alguma forma de violência doméstica, como agressão física, psicológica e negligência. No caso específico da Orquídea Vermelha, conforme expressou, sofreu abuso sexual, sendo este o fator que ocasionou o encaminhamento da adolescente para acolhimento. Assim, esta menina foi duplamente punida, pelo abusivo sofrido, e também, pela falta de apoio da família extensa, culminando no rompimento de vínculos e seu encaminhamento para um serviço de acolhimento.

Quanto aos dispositivos legais contrários ao fenômeno da violência doméstica, podemos citar o próprio ECA ao estabelecer a proteção da criança e do adolescente, inclusive da própria família. Neste sentido, nos remetemos a discussão de Sarti (2000) sobre este Estatuto —dessacralizar” a família, contribuindo para desidealização do mundo familiar, como instância sagrada, na qual permanecia o fenômeno da violência doméstica no âmbito privado. No entanto, esta autora chama atenção para práticas, nas quais este recurso legal pode

ser utilizado para estigmatizar as famílias pobres (...) como “incapazes de dar continência aos seus filhos”, sem a devida consideração do lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres” (p.25).

Cabe ressaltar que esse relato da adolescente quanto ao fato de ter sido abusada pelo tio, não aparece no registro oficial da instituição como o seu motivo para acolhimento, apenas está registrado sobre o falecimento da sua genitora e a não aceitação por parte da família extensa. Isto indica a construção de uma relação de confiança da adolescente com esta pesquisadora.

Outra adolescente ficou órfã (...) Eu morava muito bem com minha mãe na casa que os meninos do morro deu pra ela, agora quem tá morando lá é meu irmão. Aí fui a um churrasco com ela, passou mal na rua, foi pro hospital, as tias de lá me seguraram lá e chamou o Conselho, aí vim pra cá, depois minha mãe morreu, meu irmão não foi nem no enterro e não quer saber de mim” (Orquídea Branca, 2016).

Os adolescentes: O Skatista, O Capoeirista e O Jogador de Futebol são irmãos e estão em acolhimento desde crianças, quando foram abandonados pela mãe no Juizado. Segundo o relato deles já passaram por diversos abrigos. O Capoeirista já esteve em 14 instituições até chegar a atual. O Skatista lembra que tinha 7 anos quando foi acolhido pela primeira vez. Já o Jogador de futebol destaca que foram tantas instituições que já até perdeu a conta. Segundo o depoimento deles:

(...) Eu vim pra cá faz um tempo há 2 anos e meio. Estou no abrigo desde dos 7 anos, eu vim pra cá para este abrigo de Caxias quando eu tinha 12-13 anos. Antes eu tava no Rio. Minha mãe me largou junto com meus irmãos no juizado lá do Rio, quando eu fiz 7 anos. Nossa tia! Já fiquei em muitos abrigos, lembro de ter passado já pelos uns 4. Aí, tia do abrigo do Rio me mandaram para Xerém para eu ficar perto da minha avó, minha avó mora em Saracuruna, aí fecho lá e vim pra cá há 2 anos e meio. Depois que minha mãe me largou no Juizado nunca mais vi minha mãe, só a minha avó, mãe da minha mãe, mas também poucas vezes. As vezes ela vem visitar e as vezes passa vários meses sem vir. Ela teve aqui a pouco tempo, mas foi para entregar meu irmão, quando fugiu daqui e foi parar lá na casa dela” (O Skatista, 2016).

(...) Foi no dia do natal que a minha mãe tentou internar a gente porque ela não tinha condições para sustentar a gente e a gente também aprontava onde a gente morava, só que o conselho não conseguiu, aí ela deixou a gente lá e foi embora, tipo um largado. Ela falou que ia no banheiro e deixou a gente, eu e meus 2 irmãos tudo com o documento na mão e não voltou mais. E só fui ver a minha mãe o dia

que eu fugi daqui e fui para casa da minha avó, porque ela tava lá na minha avó, conversei com ela e falei com minha avó. Tia, eu já passei por vários abrigos, tudo lá do Rio e a 1 ano e 9 meses que estou nesse daqui, porque nossa família mora por aqui. (O Capoeirista, 2016).

(...) Tia tipo de pequeno minha mãe deixou eu e meus 2 irmãos em abrigo, tia vou te mandar a real a gente já ficou em muitos abrigos e a gente veio pra cá porque o abrigo Casa do Caminho de Xerém fechou. Tipo assim, minha mãe tem 7 filhos, deixou 4 com minha avó e os outros 3, eu e mais 2 irmãos que estão aqui ela largou em abrigo. Eu nunca mais vi minha mãe. A minha avó eu tive lá em 2012, quando eu estava no SASE, aí minha avó falou que minha mãe está morando com ela, que ficou tipo com um trauma depois que deixou a gente no abrigo. Depois só fiquei sabendo dela há uns meses atrás, quando minha avó veio aqui, quando o meu irmão fugiu e quis botar ele aqui de novo, depois nunca mais minha avó voltou aqui. (O Jogador de Futebol, 2016).

O adolescente, o Desenhista também se encontra institucionalizado desde criança, conforme o depoimento que se segue:

(...) Eu vim pro abrigo eu era pequeno, eu tinha 10 anos, porque meu pai batia na minha mãe na nossa frente, aí batia na gente também, aí agente também não tinha as coisas, sabe tia? Aí minha avó não gostava disso e chamou o Conselho Tutelar, aí o Conselho foi lá e levou a gente para o abrigo. Tia, somos 5 irmãos, 2 foram adotados e 3 estão no abrigo. Eu já estou aqui há 1 ano e antes estava no AMAR, aí fiquei por lá 4 anos, eu tinha 10 para 11 anos quando fui pra abrigo. A minha avó visitou a gente lá no outro abrigo e depois nunca mais voltou. Os meus pais só vi quando o juiz chamou lá para falar da gente, mas o juiz proibiu eles de visitar a gente". (O Desenhista, 2016).

A maioria deles declarou que está em acolhimento desde criança e já passou por várias instituições. Isto pode ser verificado nos depoimentos acima, os quais expressam que muito deles (9) adolescentes foram para estas instituições ainda crianças, sendo que 5 destes: Girassol, Sabiá, O Skatista, O Capoeirista e o Jogador de Futebol passaram a metade da vida nessas instituições. Esta consiste numa prática antiga e como vimos no capítulo 2 desta tese, especificamente direcionada aos seguimentos mais pobres ao longo da história.

No entanto, estas declarações dos adolescentes não coadunam com a data de entrada deles na instituição atual, como ilustrada no quadro 4. Apesar de constar que a maioria foi inserido recentemente, 12 adolescentes em 2015, seguido de 2 em 2014 e outros 2 no ano de 2013, constatamos que encontram-se há anos institucionalizados. Isto está relacionado à data de entrada dos adolescentes

nestas instituições ser contada a partir da sua última inserção neste serviço (instituição atual), o que não condiz com a realidade de permanência de cada adolescente nesse serviço.

Outro ponto a ser considerado é que uma das instituições pesquisadas atende na modalidade de Casa de Passagem, tendo como objetivo, segundo o seu Regimento Interno (2011) atender e acolher no período de até 30 dias, visando à reinserção familiar ou quando não for possível encaminhar para outro serviço de acolhimento. Nesse sentido, alguns destes adolescentes que se encontram nas outras 2 instituições pesquisadas foram encaminhados pela Casa de Passagem, permanecendo assim em acolhimento, entretanto sendo contada uma nova data de entrada na atual instituição. Desta forma, observa-se que se for levado em consideração o histórico pregresso de passagem e rotatividade destes adolescentes por estas instituições, será possível verificar que a maioria está nessa medida de acolhimento por longos períodos, ultrapassando assim o período estabelecido pela lei 12010/2009. Isto contribui para a reflexão que a criação da lei não garante a efetivação das ações, porque, existe uma lacuna entre o que estabelece a legislação e a realidade cotidiana desses adolescentes.

A permanência em períodos prolongados foi apontada no estudo do IPEA/CONANDA (2004) e vem sendo reduzida, de acordo com o Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (2013) e com o Censo do MPERJ (2014). No entanto, tanto na situação do Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e no município de Duque de Caxias ainda existe um quantitativo significativo de crianças e adolescentes acolhidos no período superior ao estabelecido pela legislação.

Os adolescentes não apenas circulam entre as instituições, incluindo também nesse percurso para alguns deles a passagem pelas ruas, conforme pode ser verificado no quadro abaixo.

Quadro 4- Trajetória em instituições de acolhimento e de rua dos adolescentes, Duque de Caxias, 2015 e 2016

Adolescentes	Idades	Trajetória em instituições de acolhimento.	Trajetória de Rua.
Lírio	15 anos	Não	Sim
Pérola	15 anos	3 instituições	Sim
Margarida	16 anos	2 instituições	Não
Orquídea Vermelha	15 anos	4 instituições	Não
Rosa Azul	15 anos	2 instituições	Sim
Girassol	16 anos	3 instituições	Não
Sabiá	17 anos	4 instituições	Não
Orquídea Branca	15 anos	Não	Não
O Pegador	15 anos	Não	Não
Bem-te-vi	16 anos	Não	Não
Pardal	16 anos	Não	Não
Barbie	17 anos	Não	Não
O Skatista	17 anos	6 instituições	Não
O Capoeirista	15 anos	14 instituições	Sim
O Desenhista	15 anos	2 instituições	Não
O Jogador de Futebol	16 anos	5 instituições	Não

Fonte: entrevistas realizadas em 2015 e 2016 (Quadro elaborado para esta tese).

Segundo o quadro 4, observamos que dos 16 adolescentes entrevistados, 10 já passaram por outras instituições de acolhimento. Isto demonstra uma rotatividade deles por estas instituições, como também, para alguns deles pelas ruas, no caso de evasões ou reintegrações sem êxito, culminando no retorno à instituição. Outro dado que nos chama a reflexão refere-se ao fato do Capoeirista já haver passado por 14 instituições de acolhimento, segundo o relato que se segue:

(...) Tia, eu já passei por 14 abrigos e a 1 ano e 9 meses que estou nesse daqui. De primeiro, lembro da gente, eu e meus 2 irmãos desse tamanho assim, aí fomos para um abrigo de crianças, fomos crescendo e passando pra o Ana Gonzaga. A maioria deles era tudo no Rio e viemos pro abrigo daqui por que nossa família não mora no Rio, mora por aqui. Pra esse abrigo aqui a gente veio por causa que a Casa do Caminho lá de Xerém fechou. Tia eu já fiquei na rua, quando eu fugi daqui há no máximo um mês, porque um educador daqui estava agredindo toda hora aqui nesse abrigo, aí eu não aguentei fiz a mão com cara lá, aí ele foi me ameaçou na rua, foi de moto atrás de mim, aí ele me seguiu e falou agora fala o que tu falou lá dentro.

Aí o diretor daqui não era esse de agora, era outro, só que ele deixava, ele falava quem manda implicar com educador. Aí eu fugi fui lá na juíza, aí ela falou vou tirar o diretor tudo de lá, aí foi e tirou e falou agora tu pode voltar. Aí minha avó já tava agilizando mesmo pra eu voltar mesmo logo, porque ela não tem condições, a casa não tem condições e porque ela já tem 6 lá morando numa casa só. (O Capoeirista, 2016).

Apesar do ECA estabelecer para evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados, constatamos que estes adolescentes possuem uma rotatividade pelas instituições, como o próprio exemplo do O Capoeirista. Isto pode refletir de forma negativa para eles, porque, no período em que estão acolhidos podem construir vínculos afetivos com outros adolescentes, com a equipe de trabalho, se identificar com o local, as atividades internas e externas, como escola dentre outras. Outra questão evidente nesse depoimento refere-se à falta de condições econômicas da avó materna para reintegrá-lo ao seu convívio.

Cabe destacar do depoimento deste adolescente a situação de violação dos seus direitos, que segundo ele foi praticada por parte de um antigo educador social com a anuência do coordenador da instituição de acolhimento à época. Isto denota que apesar das mudanças trazidas a partir do ECA (1990) algumas práticas autoritárias e de violação de direitos ainda prevalecem, se tornado um desafio o seu enfrentamento.

Diferentemente da constatação do Levantamento Nacional (2013) de que há um aumento progressivo de crianças e adolescentes com trajetória de rua nos SAI, principalmente para a os adolescentes entre 16 e 17 anos, nas três instituições pesquisadas somente 4 adolescentes declararam trajetória de rua. Apesar disso, pude observar durante os meus contatos e diálogos com os adolescentes que muitos deles apresentam certa vivência de rua, o que pode estar relacionado a permanência em muitas instituições com adolescentes que possuem distintas experiências e histórias de vida. No caso dos três amigos que foram acolhidos por estarem tentando assaltar na rua com arma de brinquedo, apesar de não terem trajetória de situação de rua, por viverem com suas respectivas famílias, declararam que ficavam pelas ruas no centro de Duque de Caxias sob influência de amizades erradas, dessa forma, apresentaram durante a entrevista alguma

experiência de permanência de rua, conforme o relato de um deles: “(…) Vim pra aqui é muito ruim, por causa que fico longe da minha família, agora também é bom, por causa que antes ficava muito na rua, passava quase o dia todo na rua com as amizades erradas e fazia besteira” (Bem-Te-Vi, 2016).

Quanto à existência de irmãos em acolhimento institucional, 7 dos adolescentes entrevistados possuem irmãos que já estiveram ou ainda estão em acolhimento institucional. São eles: Margarida, possui 5 irmãos, os quais já foram adotados; Orquídea Vermelha, tem 1 irmã que foi reintegrada com a tia materna; Barbie possui 4 irmãos na mesma instituição e 2 em outra instituição de acolhimento; O Skatista, O Capoeirista e O Jogador de Futebol são irmãos e estão acolhidos na mesma instituição e O Desenhista possui 4 irmãos, sendo que 2 foram adotados, 1 está em outra instituição e o outro acolhido junto com ele no mesmo local.

Constatamos assim, um número considerável de adolescentes que possuem irmãos em acolhimento, existindo casos de irmãos acolhidos em instituições distintas, como o caso de Barbie e O Desenhista. Isto indica a importância destas instituições estarem atentas para que os grupos de irmãos possam permanecer no mesmo local, atendendo desta forma as prerrogativas do ECA (1990).

O quadro 5 apresenta como os adolescentes em acolhimento consideram a sua cor.

Quadro 5 - Como os adolescentes em acolhimento consideram a sua cor, Duque de Caxias, 2015 e 2016

Adolescentes	Idades	Branco	Pardo	Negro	Amarelo	Indígena
Lírio	15 anos			X		
Pérola	15 anos			X		
Margarida	16 anos		X			
Orquídea Vermelha	15 anos			X		
Rosa Azul	15 anos		X			
Girassol	16 anos			X		
Sabiá	17 anos			X		
Orquídea Branca	15 anos			X		
O Pegador	15 anos			X		
Bem-te-vi	16 anos			X		
Pardal	16 anos		X			
Barbie	17 anos	X				
O Skatista	17 anos			X		
O Capoeirista	15 anos			X		
O Desenhista	15 anos		X			
O Jogador de Futebol	16 anos			X		

Fonte: entrevistas realizadas em 2015 e 2016 (Quadro elaborado para esta tese).

No que se refere à cor dos adolescentes, podemos observar no quadro 5 um quantitativo de 11 negros, 4 pardos e 1 branco. Ao juntarmos o quantitativo de pardos e negros, constatamos que a maioria dos adolescentes em serviços de acolhimento no município de Duque de Caxias é constituída por pardos e negros, totalizando 15 adolescentes. Se considerarmos que 9 destes adolescentes, como já discutido anteriormente, encontram-se nestas instituições desde crianças e que 5 destes passaram a metade de suas vidas nessas instituições, concordamos com Serrano (2011) sobre 2 possibilidades que levantou ao pesquisar crianças institucionalizadas no município de Ribeirão Preto. A primeira estaria relacionada à situação socioeconômica das famílias, podendo refletir em dificuldades nas suas relações e cuidados. Neste sentido, uma criança negra teria maiores possibilidades de ser abrigada do que uma criança branca. A segunda seria que vários deles

podem não ter sido adotados, devido à preferência pela adoção de crianças brancas. Isto guarda relação com a distância social que marca a estrutura de classe do país, possuindo desvantagem social de raça, dadas as marcas de nosso processo de colonização ainda presentes na nossa sociedade atual. Nesse sentido, a população negra, tem sido historicamente objeto de discriminação com relação ao acesso aos seus direitos.

Cabe ressaltar que a grande incidência de crianças e adolescentes negras nos abrigos, é uma tendência que vem sendo apontada em estudos recentes sobre o acolhimento de crianças e adolescentes de um modo geral (IPEA/CONANDA, 2004, Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida, 2011 e o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento, 2013). O IPEA/CONANDA encontrou 63% entre pardos e negros, o Levantamento Nacional observou 57,6% e a pesquisa de Rosseti-Ferreira, Serrano e Almeida constatou 51% ao analisar os indicadores de acolhimento de crianças em Ribeirão Preto.

Quanto à documentação, nossos indicadores foram o registro civil de nascimento, a carteira de identidade, o CPF e a carteira de trabalho. Encontramos que os 16 adolescentes possuem o registro civil de nascimento. Um ponto comum entre eles foi já terem chegado a estas instituições de posse deste documento, tendo sido os demais viabilizados durante o período de permanência nas mesmas. Quanto à carteira de identidade e o CPF, 13 e 11 adolescentes, respectivamente possuíam estes documentos. No que tange a Carteira de Trabalho, embora todos os adolescentes participantes da pesquisa já terem mais de 14 anos, apenas 1 tinha posse deste documento, a qual inclusive estava inserida em trabalho na condição de aprendiz, conforme será discutido mais adiante.

Estes adolescentes possuem uma baixa escolaridade e defasagem escolar. Parte significativa deles, 6 estavam fora da escola, 5 estavam cursando o 6º ano do Ensino Fundamental, apenas 1 cursava o Ensino Médio e os demais, 4 estavam no 4º, 5º, 7º e 8º ano do Ensino Fundamental. No que se refere aos 6 adolescentes que estavam fora da escola, na ocasião do trabalho de campo, verificamos que 1 foi por haver evadido, aguardando assim a sua recondução a escola. Para os outros 5 esta situação ocorreu devido a encontrarem-se na instituição que possui a modalidade de atendimento Casa de Passagem. Os adolescentes acolhidos nesta modalidade não são matriculados na escola, em

virtude de se tratar de um atendimento de curta duração. No entanto, pesquisas demonstram que o prazo de 1 mês nesta modalidade não vem sendo cumprido, permanecendo as crianças e adolescentes em sua grande maioria por um período superior a este nas casas de passagem. Assim, problematizamos que os adolescentes pesquisados em sua grande maioria apresentam histórico de rotatividade, passando por diversas instituições, tendo dificuldades de estabilidade, indicando que estão sempre de “passagem”, então porque estão numa Casa de Passagem ainda? De acordo com Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento (2013), na situação do Brasil “(...) apenas 22% das crianças e adolescentes em Casas de Passagem, ali estão há menos de um mês; 56,3% estão por período entre um mês e um ano e o restante por período que varia entre um ano até mais de dez anos acolhido no serviço” (p. 89).

Na instituição de acolhimento nesta modalidade, em Duque de Caxias, de acordo com os dados coletados, existem casos também que podem ultrapassar esse período de um mês, conforme a avaliação da equipe técnica e necessidade da criança e do adolescente. Isto pode trazer prejuízos quanto à situação de escolaridade deles. No entanto, no período de observação participante na Casa de Passagem, observei a preocupação e investimento de esforços por parte da equipe técnica para viabilizar o contato com a escola, na qual o adolescente estava matriculado ou com a última escola que havia frequentado, assim como, o contato com as famílias ou referências afetivas dos adolescentes.

A menor oportunidade de acesso à educação, baixa qualidade e dificuldade em dar continuidade aos estudos conjugado a outros fatores como a pobreza, a necessidade de trabalhar precocemente no mercado informal, na maioria das vezes com condições de trabalho precarizadas, com o objetivo de sua própria subsistência ou para contribuir para a renda familiar, gera desmotivação, baixo rendimento escolar, repetências e abandono, o que resulta numa baixa escolaridade, característica presente nos adolescentes em serviço de acolhimento. Como me contou um dos adolescentes: “Tia, antes eu ficava muito na rua, entendeu? Já vendi as coisas, tipo assim bala, até arranjar amizades erradas, entendeu? Aí até ia pra escola, aí eu tava com sono, entendeu? A tia aqui até já foi

lá onde eu já estudei, agora quando eu sair daqui, eu volto, entendeu?” (O Pegador, 2015).

A situação dos adolescentes de todo o país na mesma faixa etária que estes meninos e meninas institucionalizados, também indica uma defasagem escolar. Conforme a PNAD (2016) a taxa de frequência escolar entre os jovens de 15 a 17 anos em 2015 era de 85%, destes jovens, 59,1% encontravam-se no ensino médio. Entretanto, a proporção de estudantes nestas faixas etárias com distorção referente à série e idade representava 26,4%. A pesquisa também indica que entre os 1,3 milhões de jovens que evadiram da escola antecipadamente, 61,4% não concluíram o ensino fundamental. Neste aspecto, há um número expressivo da população de 15 a 17 anos que não chegou a concluir a educação básica determinada no país. No entanto, como já discutimos, no caso dos adolescentes que focalizamos neste estudo, essa defasagem escolar se apresenta numa proporção maior do que os adolescentes de todo o país.

Com relação à inserção em trabalho na condição de aprendiz, apesar de todos possuírem a idade acima de 14 anos, dentre estes 8 apresentarem entre 16 anos e 17 anos, estando desta forma de acordo com a faixa etária permitida pela legislação em vigor, encontramos apenas 1 adolescente inserida. Segundo a adolescente Girassol:

(...) Tia, acho que tá demorando muito aqui pra mim trabalhar, eu já fiz 16, já vou fazer 17, já era pra eu tá, e assim eu não ganho nem um dinheiro, tipo a outra adolescente daqui trabalha e vai juntando o dinheiro, a coordenadora daqui já até abriu um caderneta pra ela, pra quando ter 18 poder ajudar a sair daqui, comprar as coisas, sabe? Eu também queria, entendeu? (2016).

De acordo com a equipe técnica da instituição na qual Girassol estava inserida, durante a permanência dos adolescentes nas instituições de acolhimento, procuram realizar um trabalho para a sua construção de autonomia. Entretanto, encontram algumas dificuldades, como a baixa escolaridade dos adolescentes e a oferta de vagas. Nesta instituição existe apenas 1 adolescente inserida, Sabiá, encontrando-se as demais aguardando, conforme declarou a técnica:

Procuramos realizar um trabalho para que estas meninas sejam encaminhadas para escola e cursos na comunidade. De acordo com a idade, a escolaridade e a disponibilidade de vagas, também buscamos a inserção delas no trabalho como aprendiz. Mas, temos dificuldades para conseguir as vagas, atualmente temos apenas uma adolescente trabalhando. Ela é orientada com relação à utilização da renda e incentivada a guardar o dinheiro. A instituição abriu uma caderneta de poupança para que tenha uma reserva ao completar 18 anos para uma possível vida autônoma. (Instituição de Acolhimento, Técnica, Duque de Caxias, 2015).

No próximo quadro consta se os adolescentes possuem vínculo com a família ou grupo de amigos, assim como a situação de recebimento de visitas pelos adolescentes.

Quadro 6- Situação de vínculo familiar e recebimento de visitas dos adolescentes, Duque de Caxias, 2015 e 2016

Adolescentes	Vínculo Familiar ou Afetivo.	Recebe visita.	Quem visita.	Qual a frequência da visita.
Lírio	Sim	Sim	Mãe e irmãs	Quinzenal.
Pérola	Não	Não	_____	_____
Margarida	Não	Não	_____	_____
Orquídea Vermelha	Sim	Sim	Irmã paterna	Aproximadamente trimestral.
Rosa Azul	Sim	Sim	Mãe	Quinzenal.
Girassol	Está retomando os vínculos com a mãe, visitando-a no Talavera Bruce mensalmente.	Não	_____	Adolescente visita a mãe mensalmente no Talavera Bruce.
Sabiá	Sim	Sim	Pai	Bimestralmente e quando é chamado pela equipe técnica.
Orquídea Branca	Não	Não	_____	_____
O Pegador	Sim	Sim	Mãe	Semanal.
Bem-Te-Vi	Sim	Sim	Mãe	Semanal.
Pardal	Sim	Sim	Mãe e irmão mais velho.	Não soube precisar, informando que vem sempre que podem.
Barbie	Sim	Sim	Avó materna	Semanal.
O Skatista	Sim	Não	Padrinho e madrinha afetiva.	Bimestralmente.
O Capoeirista	Sim	Não	Madrinha Afetiva.	Esporadicamente.

O Desenhista	Não	Não	—	Os pais estão proibidos de visitar e avó visitou uma única vez e nunca mais voltou.
O Jogador de Futebol	Sim	Não	Madrinha afetiva e um amigo do projeto da Igreja.	Esporadicamente.

Fonte: entrevistas realizadas em 2015 e 2016 (Quadro elaborado para esta tese).

Constatamos que do total de 16 adolescentes acolhidos, parte significativa, 8 mantém contato, recebendo visitas de suas referências familiares. Se incluirmos as visitas de amigos e padrinhos afetivos este número sobe para 11. Por outro lado, os dados acima demonstram que 5 deles não foram visitados por ninguém. Se considerarmos com que frequência às visitas ocorreram, verificamos que foram esporádicas, variando entre bimestralmente, trimestralmente e algumas vezes quando as famílias podem. Estes dados nos mostram que na maior parte dos casos, 5 deles é a mãe que vem mantendo o contato.

Observamos assim que mais da metade dos adolescentes recebem visitas, o que igualmente foi constatado em estudos recentes sobre crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional (Levantamento Nacional, 2013, Censo do MPERJ, 2014 e Rossetti-Ferreira, Serrano e Almeida, 2011).

Apesar desta observação, consideramos que ainda existe um número significativo de crianças e adolescentes sem visitas, que podem ter perdido os vínculos durante o período de permanência nestes serviços de acolhimento. Apontamos para importância de apoiar essas famílias e buscar caminhos para fortalecer os vínculos e o retorno para casa.

Durante meu trabalho de campo pude verificar de que forma ocorrem as visitas nestas 3 instituições de Duque de Caxias. Uma delas tem dias e horários estabelecidos para a visita (terças, quintas, sábados e domingos). A segunda o horário é livre, podendo a referência familiar ou afetiva comparecer durante o horário de funcionamento da instituição e realizar a visita. Já na terceira os dias e horários são combinados a partir da primeira vez que a família comparece à instituição, também durante o horário de funcionamento da instituição.

Assim, apesar destas instituições apresentarem possibilidades das famílias visitarem, pude observar que possuem dificuldades para atender as necessidades daquelas que trabalham ou moram mais distantes, devido a estas visitas se restringirem ao horário de funcionamento durante o dia, mesmo aquelas que podem ocorrer no final de semana.

Isto nos faz refletir sobre a importância destas instituições realizarem um acolhimento também às famílias destes adolescentes, visando orientá-las, apoiá-las em suas necessidades e estimulá-las aos contatos e visitas aos adolescentes. Apresentamos, a seguir, as perspectivas dos adolescentes sobre o acolhimento institucional.

4.2. As perspectivas dos adolescentes sobre o acolhimento institucional



Figura 3- Desenho 2.

Fonte: Desenhos realizados pelos adolescentes que participaram da pesquisa.

Destacamos aqui que apesar dos adolescentes tecerem críticas com relação ao acolhimento institucional, como será discutido neste item, muitos deles o reconhecem como possibilidade de construção de novos vínculos afetivos,

conforme pode ser verificado durante o grupo de aproximação, no desenho feito pela adolescente Girassol, assim como, nos depoimentos de outros adolescentes que se seguem no curso deste texto.

Pesquisadora: Conte-me sobre seu desenho.

Girassol: –Fia! É eu e as outras adolescente, a minha família aqui do abrigo, aí às vezes a gente até discute, por causa de bobeira, mas a gente se gosta muito!”

Neste item, discutimos as perspectivas dos adolescentes que participaram desta pesquisa sobre as instituições de acolhimento com base na sua experiência pessoal. Nosso objetivo foi dar enfoque ao próprio ponto de vista deles sobre o acolhimento institucional.

Muitos deles me contaram que estas instituições são vistas como locais de moradia, onde já vivenciaram experiências boas e ruins, reconhecendo também a complexidade de ser jovem, principalmente pelas tensões que vivem com os adultos, assim como pelas suas preocupações com responsabilidades futuras. De acordo com um dos adolescentes:

–Fia! vou falar a real aqui pra algumas coisas é bom, tipo é meu lugar de morar, mas, tipo eu sou mais um aqui! Já tenho 16 anos e se eu quiser ser gente, se respeitado, tenho que trabalhar! Só que nós não tem vez, só porque a gente é adolescente acham que o que a gente fala não é, tipo que a gente não vai conseguir, como se esqueceram da gente aqui, como se a gente não fizesse parte do resto do mundo!” (O Jogador de Futebol, 2016)

A partir do depoimento do Jogador de Futebol, observamos que considera a instituição de acolhimento como um local de moradia, sendo sob este aspecto visto por ele de forma positiva. Por outro lado, seu relato parece indicar que se sente invisível, que não conta para nada, como se estivesse esquecido na instituição. Verificamos também a vivência de um momento característico da fase da juventude, no qual existe uma cobrança de responsabilidades, sendo a idade e principalmente o trabalho visto por ele como uma importante experiência de passagem, para que possa ser respeitado também em suas opiniões.

No entanto, os recortes etários e a inserção no mercado de trabalho não garantem, necessariamente, a entrada no que é considerado como vida adulta. De

acordo com Carrano (1999) –algumas atitudes (no consumo, no tempo de lazer, na vida privada) fazem emergir a tendência e a possibilidade da fruição de certas prerrogativas atribuídas às jovens gerações (hedonismo, vitalidade, expressividade, indefinição nas escolhas), independente da situação profissional e/ou de idade” (p. 128).

O Desenhista também identifica como uma experiência boa, o acolhimento como uma moradia, acrescentando que lhe possibilitou estudar, apesar de reconhecer que possui uma baixa escolaridade. Já como experiência negativa, relatou a falta de atenção e rigidez dos educadores sociais em lidar com os adolescentes, conforme descrito abaixo:

(...) Tipo aqui é meu lugar de viver, porque se não fosse aqui eu taria com meu pai ainda apanhando, aí tudo aqui é normal, o bom é que posso estudar, mesmo que ainda estou no 6º ano, pelo menos saio daqui de dentro, o ruim é que tem essas coisas do educador, de ser grosso com a gente. (O Desenhista, 2016).

O relato deste adolescente indica também um despreparo dos educadores para lidar cotidianamente com eles. A pesquisa de Rossetti-Ferreira et al. realizada com crianças acolhidas no município de Ribeirão Preto obteve um resultado similar. De acordo com a autora:

(...) Tem havido grande demanda de formação dos profissionais, os quais se sentem despreparados para atuar na complexidade que impõe o trabalho no contexto de acolhimento institucional. Nota-se, assim, a insuficiência ou ausência de formação dos vários profissionais envolvidos, no que se refere aos conhecimentos específicos desta área de atuação, tais como: infância, adolescência, desenvolvimento, família, violência doméstica, vivência de rua, drogadição e saúde mental... (2011, p. 365).

Para adolescente Girassol a instituição de acolhimento é um local bom, no qual se sente protegida: “(…) Me sinto, como assim aqui dentro sendo bom e se eu tivesse lá fora eu ia sofrer violência aí aqui no abrigo eu me sinto protegida” (Girassol, 2016). Como já discutimos anteriormente, o acolhimento institucional é uma área que vem passando por intensas transformações. No que pese algumas resistências e dificuldades para efetivação dos avanços das legislações que estabelecem estas transformações, o seu objetivo principal consiste em proteger e

promover os direitos de crianças e adolescentes, sendo este visto com um aspecto positivo para adolescente Girassol.

Outros depoimentos nos mostram a perspectiva deles de que nestas instituições lhes faltam oportunidades de aprendizagem e de trabalho.

(...) Gostar nunca gostei de ficar no abrigo, mas se é esse o jeito pra não estar na rua ou em lugar perigoso vou fazer o que? Mas, acho que o abrigo é pra cuidar da gente, mas já tô em abrigo desde dos 7, agora já tô adolescente, tenho 17 tipo ainda tô no 7º ano e já pedi aqui pra me botar no trabalho e vão deixar pra fazer isso quando? Quando tiver faltando 2 meses pra sair daqui pra eu fazer de 18 anos? (O Skatista, 2016).

(...) Aqui é onde moro, é pra mim não tá morando na rua, que se for depender da minha mãe, merma coisa que nada, mais a gente precisa de mais, entendeu tia? A gente chega da escola ninguém aqui pede pra ver caderno, poxa, às vezes tem uns que não quer nada, mas não pode pensar que isso é de geral, entendeu? Tem gente aqui que quer se alguém que quer ter vez também! (O Capoeirista, 2016).

Conforme já abordamos no item anterior, os adolescentes em serviços de acolhimento possuem defasagem escolar e baixa escolaridade, não obtendo o ciclo escolar compatível com a faixa etária. Os depoimentos dos 2 adolescentes em foco são um bom exemplo disso. Isto indica que apenas a matrícula em uma escola não é suficiente, caso não lhes deem possibilidades efetivas para o aprendizado. Esta situação conjugada, ao atual cenário brasileiro, caracterizado pela precarização e flexibilização das condições de trabalho da população, reflete em maiores dificuldades quanto à entrada e permanência dos adolescentes que já estão legalmente aptos ao trabalho.

Para os adolescentes Rosa Azul, Pardal e Barbie os abrigos não são bons locais para se viver. Para eles o local bom, é junto da família:

(...) Tia até me sinto bem aqui, mas na real acho que local para viver mesmo é com a família, na minha casa. (Rosa Azul, 2016).

(...) Aqui pode ter coisas boas, como os bons conselhos, as conversas das tias pra nós não fazer coisa errada, mas queria mesmo é voltar bem rápido para minha casa. (Pardal, 2015).

(...) Pode até ter alguma coisa de bom, pra quem precisa ficar aqui. Agora pra mim é ruim. Eu nunca tinha vindo pra lugares assim, nunca tinha ficado tanto tempo longe da minha avó. Quero voltar logo pra casa, se expressou com olhar entristecido, com lágrimas nos olhos. (Barbie, 2015).

Os relatos acima expressam o desejo dos adolescentes de voltarem ao convívio de suas famílias e aos seus lares. Demonstram também o desejo de que esta experiência de estar em serviço de acolhimento, tenha a maior brevidade possível. Notadamente, o objetivo do acolhimento é que os adolescentes permaneçam lá por um período provisório. No entanto, como já vimos neste texto a partir do diálogo e entrevista com os adolescentes a maioria estão nestes serviços por longos períodos. Os depoimentos acima comunicam que apesar de nestas instituições existirem alguns aspectos que consideram como bons, o desejo deles era de terem um lar e voltarem para suas casas.

Os adolescentes compartilharam comigo também algumas críticas e sugestões. Uma das críticas apresentadas pela maioria deles refere-se à rigidez das regras. Nas palavras de um dos adolescentes:

(...) nós é obrigado a entrar pro quarto, depois do almoço pra dormir, mesmo que não tiver com sono (...) as nossas coisas não pode ficar com nós no quarto, desodorante, roupa, as pessoas aqui do abrigo diz que nós pode matar os outros adolescentes com as roupas, com as nossas coisas, entendeu? (O Pegador, 2016).

Cabe registrar, que esta situação dos adolescentes não permanecer com seus pertences sob sua guarda, ocorre em apenas uma das instituições pesquisadas. Observei durante o meu convívio nesta instituição que ao lado da lavanderia, existe uma rouparia, local que o funcionário responsável organiza as roupas para entregar aos adolescentes, de acordo com a necessidade de uso deles. No quarto deles não possuem armários individualizados, mas sim 5 prateleiras, uma para cada adolescente colocar os pertences que estiver com eles, visto que em cada quarto podem permanecer até 5 adolescentes. Os materiais de higiene trazidos por eles, ficam sob a guarda da instituição e sempre que precisam utilizar dependem de determinado funcionário lhes entregar e recolher após o uso. Observamos, assim, que nesta instituição ainda persiste uma prática de retirada de suas roupas e objetos pessoais, conforme ocorria nas antigas práticas asilares, podendo neste aspecto ser equiparada a análise das instituições totais (Goffman, 2013).

Como críticas declararam também sentiram-se presos nestas instituições:

(...) Ai pra mim é ruim, porque a gente fica como se tivesse presa aqui, a gente não pode sair, não pode ir pra escola sozinha, passa a semana toda, chega o final da semana e a gente tá aqui, entendeu? (Lírio, 2016).

(...) Tia aqui é bom porque tem curso e escola, tipo é ruim porque você fica preso a gente não pode sair sozinha” (Pérola, 2016).

(...) Aqui pra mim fica entediante porque quero sair e não posso, não deixam, o portão está sempre fechado! (Orquídea Branca, 2016).

O Desenho de um dos adolescentes realizado durante o grupo de aproximação com esta pesquisadora demonstra bem esta crítica feita pelas adolescentes, de sentirem-se presas nestas instituições.

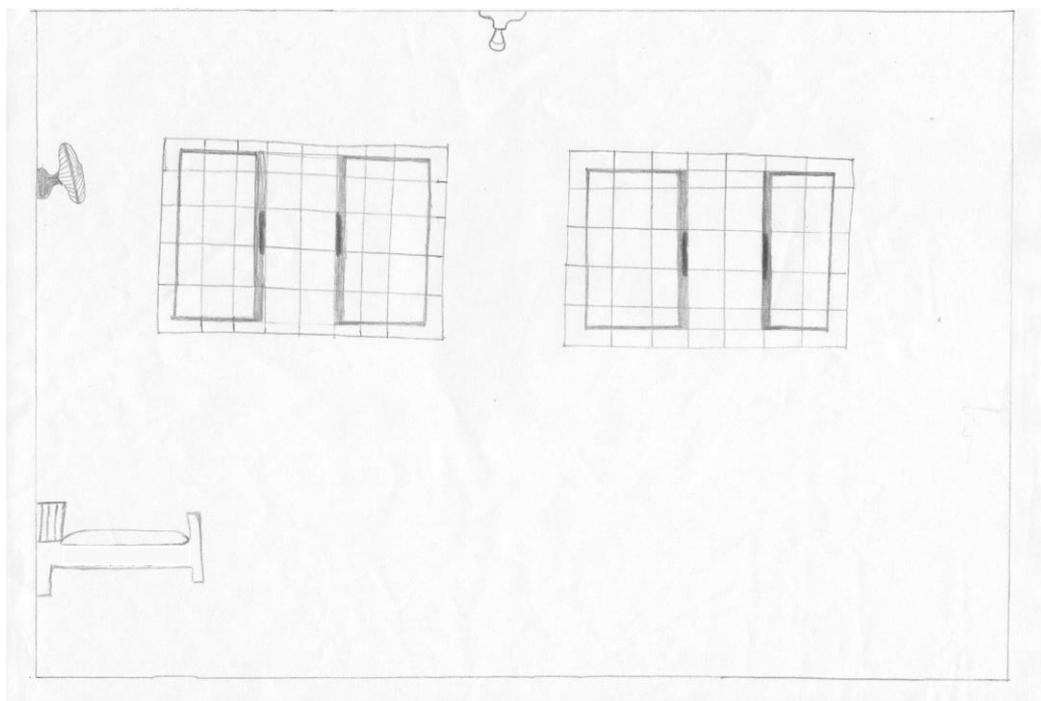


Figura 4- Desenho 3.

Fonte: Desenhos realizados pelos adolescentes que participaram da pesquisa.

Pesquisadora: Conte-me sobre seu desenho.

Adolescente: —É... o quarto dos adolescentes, desenhei porque dormir é bom, mas não gosto das grades das janelas, nem daquelas que cerca a instituição, me faz sentir preso, sem falar que o portão só fica fechado.”

No que tange esta questão, durante o meu período de observação participante pude verificar nas instituições: 1) Uma apresentava o portão com formato de grade, sempre fechado; 2) Outra apesar de também ser em formato de

grade tinha um jardim na entrada e a porta principal da casa estava sempre aberta, podendo as adolescentes avistarem a área externa a instituição e 3) A última, apesar de não ter grades, o portão era todo fechado e bem alto não dando para avistar a área externa a instituição. Em 2 das instituições o portão com formato de grade, e na terceira o portão alto, sendo mantidos em ambas sempre fechados, trazia a ideia para os adolescentes de um certo aspecto de prisão. Não podemos deixar de sinalizar que apesar disso, uma das instituições apresentava um ambiente mais agradável.

Os adolescentes também fazem sugestões, quanto à possibilidade de fazer o que desejam, de acordo com a responsabilidade e maturidade que cada um fosse apresentando no cotidiano institucional. Sugerem que tenham mais atenção e diálogo, assim como que sejam ouvidos, mesmo que seja para explicar o motivo da negativa aos seus pedidos, conforme as declarações que se seguem:

(...) Acho que as adolescentes que tivesse responsabilidade podia sair sozinha e voltar sozinha, dava um pouco mais de responsabilidade, mas também pegar no pé pra ver se tá fazendo as coisas tudo direito se tá indo onde falou. (Girassol, 2016).

(...) Poxa tia! Eu já pedi várias vezes para fazer passeios também no fim de semana, mas só fazem durante a semana, ninguém me escuta, nem mesmo me explica nada. Ontem elas foram pra pizzaria e eu não fui, eu tava trabalhando, disse Sabiá com a expressão do rosto chateada. (Sabiá, 2016).

(...) Porque às vezes as tias aqui gritam com a gente, acho importante que a gente tem que ter limites, falta isso aqui também, por isso acho que precisa de mais conversa, aí um pouco de carinho também, mas sei que é difícil, não tem como a pessoa dar carinho igual pra todo mundo. Por isso que acho que ficar aqui dentro não é vida pra ninguém! (Orquídea Vermelha, 2016).

A partir destes depoimentos podemos observar que apesar das mudanças e avanços que vem se processando no âmbito do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, como discutimos anteriormente, elas e eles ainda vivenciam dificuldades no seu cotidiano nestas instituições, conforme iremos debater mais adiante, com base em suas narrativas.

A análise do próximo eixo corrobora com estas reflexões, pois abordaremos a perspectiva dos adolescentes sobre a participação nas questões que os afetam nos serviços de acolhimento institucional.

4.3.

A participação dos adolescentes nas decisões que os afetam no acolhimento institucional

Neste item, reforçamos a ideia central desta pesquisa referente ao direito à participação dos adolescentes e lembramos que para fins desta tese, a participação é entendida como o direito a opinar e influir na tomada de decisões nas questões que os envolvem no cotidiano institucional. Para tanto, nesta análise o foco vai além da existência ou não de espaços de participação, mas buscando compreender as possibilidades que possuem para expressar suas opiniões.

A seguir apresentamos a compreensão e perspectiva deles por meio dos seguintes temas: Inserção na instituição; Rotina e regras; Convívio com família e grupo de amigos e Preparação para a vida fora da instituição.

4.3.1.

Inserção na instituição

As respostas que nortearam esse tema foram as que os adolescentes deram para as seguintes perguntas: Você sabia que viria para esta instituição? Como foi sua chegada?

A partir dos depoimentos dos adolescentes, constatamos que a maioria deles entende que ainda são considerados como “imatuross” para discernir o que é melhor para si e o que desejam, como também que não precisam ser ouvidos e informados sobre suas vidas, sob a justificativa que nestas instituições vão fazer o que é melhor para eles. Como contam alguns dos adolescentes:

—Tipo foi quase do nada, nem falaram que ia fechar o abrigo. Aí de um dia pro outro falaram que ia mandar a gente pra outro abrigo. Que abrigo? Quando perguntei, a tia disse fique tranquilo que a gente sabe o que é melhor pra vocês! Tipo, nem falaram, nem perguntaram o que a gente achava, só descobri que era aqui quando cheguei.” (O Jogador de Futebol, 2016).

—Não, o oficial bateu lá na minha avó e nem falou direito comigo, disse que ia levar a gente pro conselho tutelar pra gente ficar bem, porque seria melhor pra gente, mas tipo eu já tava bem com a minha avó, os meus irmãos que não tava sendo tratado direito pela minha mãe e quando chegamos lá, disseram que a gente vinha

pro abrigo, só que não sabia que era esse aqui, nem avisaram a minha avó, ela teve que caçar onde eu estava! E eu nunca tinha vindo pra abrigos, disse Barbie com o olhar entristecido.” (Barbie, 2016).

–Avisaram que eu ia vim pra instituição aqui em Caxias, mas não falaram pra qual abrigo.” (O Skatista, 2016).

–Não, descobri só quando cheguei aqui, eu vim do fórum, minha mãe e meu pai adotivo que me levaram para lá. Minha chegada foi boa, me atenderam bem, fiquei triste, mas me acostumei.” (Margarida, 2016).

A partir do diálogo com os adolescentes e de seus relatos, observei um aspecto que pode contribuir para a baixa participação deles, refere-se a possibilidade de estarem sendo vistos sob a ótica da “questão da menoridade”, devido a encontrarem-se em serviços de acolhimento. Nesse sentido, por muitas vezes os assuntos que lhes dizem respeito podem ser conduzidos pelos adultos sob o discurso do princípio do melhor interesse dos adolescentes (ECA,1990). Este princípio prevê que as ações devem ser realizadas levando em consideração o que é melhor para criança e adolescente. Contudo, nem sempre o que consideram melhor para eles, é o que desejam.

Um bom exemplo, observado a partir do meu convívio com estes adolescentes, refere-se a apresentarem uma reflexão de que poderiam ser informados e consultados se queriam ou não ir para estas instituições, principalmente lhes explicado qual era o destino deles. Apresentaram também durante o diálogo e contatos comigo, a preocupação com a escola e principalmente com o trabalho, como já mencionamos. Isto mostra que, estão preocupados em participar do contexto em que vivem, não sendo assim tão imaturos, como em muitas vezes são vistos nestas instituições.

Em contrapartida, outros adolescentes narram que em alguns aspectos são ouvidos, não em sua totalidade, como pode ser verificado nos depoimentos que se seguem:

–Eles avisaram que o abrigo ia fechar e que a gente ia pra outro abrigo, mas não disseram pra onde, nem me perguntaram se eu queria vir também. Eles só pergunta alguma coisa a gente só quando a juíza manda. Quando cheguei aqui quem me recebeu foi a coordenadora, ela me recebeu bem, me mostrou as camas os quartos, e chegou mais um com nós.” (O Capoeirista, 2016).

–Fia, tipo assim eu sabia, por causa que pedi lá no juiz pra vim pra cá, porque eu já tinha visitado aqui antes. Até hoje quando tem audiência eles chamam a gente, aí

nem sempre faz o que a gente pede, só em algumas coisas e outras não! Achei maneiro aqui quando eu cheguei, aí a tia daqui falou assim seja bem vinda, aí eu gostei dessa tia.” (Girassol, 2016).

–Pra cá não sabia não, minha mãe me falou que ia me levar pra mulher me entrevistar aí me trouxe pra cá no mesmo dia, sem perguntar se eu queria. Há! Eu só fiquei queta! Chorei muito! Fiquei 2 dias chorando. Aí quando vai ter a audiência, acho que falta poucos dias, a tia daqui vai falar que estou pedindo pra voltar pra casa,” (Lírio, 2016).

Como pode ser verificado em suas declarações, um dos aspectos em que são ouvidos, diz respeito as suas respectivas situações jurídicas, contudo não sabemos até que ponto a opinião deles influi na tomada de decisão nesses processos. Apesar disso, reconhecemos os avanços expressos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), pautado na garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, assim como, as alterações trazidas pela lei 12010 (2009), conforme já discutido anteriormente.

No entanto, considerar a opinião e escutar os adolescentes não deve ser restrito aos momentos decisivos. Esta precisa ser uma relação construída no processo de acolhimento, envolvendo diversos aspectos do seu cotidiano institucional. Estas instituições podem e devem ser locais de acolhimento e de diálogo para estes adolescentes. Um bom exemplo seria a efetivação do Plano Individual de Atendimento (PIA), com a participação dos adolescentes, conforme estabelecido na Lei 12010 (2009), devendo ser realizado de uma forma gradativa e revisto periodicamente, não somente por ocasião da chegada dos adolescentes na instituição de acolhimento, como pude observar que vem sendo feito durante minha observação participante nas três instituições pesquisadas. Este plano deve ser construído com a participação da criança/adolescente e de sua família e tendo como objetivo a reintegração familiar. De acordo com o parágrafo 5º desta lei –“O plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança e do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável”.

A pesquisa de mestrado de Junqueira (2012), da mesma forma que a presente tese, ressalta que os PIAS devem ser elaborados por meio de uma abordagem individual da criança e do adolescente, considerando sua história singular e suas perspectivas. Esta autora ao analisar os pontos de vista das

crianças e adolescentes sobre o real espaço concedido a eles, assim como as principais características das suas relações com estas instituições e o poder judiciário, tomando por base as alterações trazidas pela lei 12010/2009, constatou que os PIAS em sua maioria, ainda não contemplam a construção conjunta de planos para o futuro, não vislumbrando possibilidades delineadas pelas crianças e pelos adolescentes acolhidos, podendo este fato, segundo a autora guardar relação (→...) muito mais com a contemporaneidade da lei, ainda muito incipiente em nosso ordenamento jurídico, do que propriamente o resultado do trabalho da equipe técnica das instituições de acolhimento” (p. 84).

Ainda quanto ao reconhecimento de suas possibilidades de alguma forma de participação, 6 adolescentes narraram que de algum modo foram informados para qual instituição iriam, segundo o relato de alguns deles:

–Avisaram, falaram que eu vim pra abrigo onde tavo meu irmão, por causa que ele tinha chegado primeiro que eu. Cheguei todo mundo falou comigo, aí meu irmão falou também me amostrou o quarto, normal.” (O Desenhista, 2016).

–Sabia que vinha pra abrigo, quem me recebeu foi a nova diretora. Ela me mostrou o quarto, falou que as meninas eram legais e que eu ia fazer amizades rápidas com ela. Falou que eu ia ficar bem.” (Orquídea Branca, 2016).

–Só no Futuro feliz que não me avisaram pra aonde ia, mas quando eu vim pra cá a tia, acho que era assistente social conversou comigo, me chamou lá na sala dela e me explicou as coisas tudo.” (Orquídea Vermelha, 2016).

–Sim, vim do Arco Íris, eles me falaram. Primeira vez chorei muito, porque minha irmã já tinha passado por aqui e dizia aqui é chato. É porque não queria sair do arco íris pra vim pra cá. Na segunda vez foi porque fiquei um tempo com meu pai, 7 meses, voltei pro arco íris e depois vim pra cá.” (Sabiá, 2016).

Já para outros 3 adolescentes, O Pegador, Pardal e Bem-te-vi à chegada a instituição foi um momento difícil, no qual não tiveram nenhuma oportunidade de se expressarem, além de sentirem-se assustados com a abordagem policial, nas palavras dos adolescentes:

–Tia, eu fiquei assustado e com medo, o polícia falou é bom ficar de boca fechada, se vocês não tiver o número das mães vou te levar pra o Padre Severino, tu vai preso, apertaram a algema, ficou até a marca. Se fosse eu que te pegasse ia te deixar só com dois dentes na boca. O Conselho Tutelar falou agora eu vou levar vocês pra um abrigo e lá que vai ver, porque hoje eu não posso levar vocês pra casa. Aí levou eu e meus dois amigos pra aqui, já era três e pouco da manhã.” (O Pegador, 2015).

—Os polícia só falaram que a gente devia ter levado uma prensa de quem pego a gente pra aprender, aí o Conselho Tutelar só falou quando agente chegou aqui e disseram que não tinha carro pra levar a gente pra casa e que depois minha mãe viria me buscar. A tia assistente social disse que a gente ia ficar um mês aqui.” (Pardal, 2015).

—Não,os polícia foram cheio de marra e ignorância com a gente, não deixou a gente perguntar nada, só a conselheira que falou que eu vinha pra um abrigo só não falou pra onde. Eu cheguei de madrugada e a tia educadora me recebeu, eu tava assustado, aí tomei banho, comi e fui dormir. No outro dia de manha os educadores me falou sobre a casa.” (Bem-te-vi, 2015).

Para além do aspecto destes 3 adolescentes não poderem se expressar para perguntar sobre a situação deles, observamos um despreparo dos policiais em lidar com os jovens, acarretando no desrespeito aos seus direitos, como no caso do adolescente que relatou ter sido algemado, associado à uma cultura punitiva em que se criminaliza e desqualifica a população jovem, pobre, negra, moradora das periferias, incluindo nesse contexto os adolescentes em serviço de acolhimento institucional. No entanto, conforme já discutido nesta tese estes são mais vítimas que autores da violência (Mapa da Violência, 2016), vivenciando também problemas em torno da violência urbana, como mortes por armas de fogo e pela falta de eficácia da segurança pública.

Outra particularidade que pude apreender no diálogo com o Pegador, Pardal e Bem-te-vi foi a clara presença de influências dos seus amigos nas comunidades onde moravam, segundo eles —do movimento” que os chamavam para ir ao —asfalto” fazer coisas erradas. Numa conversa informal durante o período de observação participante, o Pegador disse, —quando minha mãe sai pra trabalhar tipo assim, eu fico muito lá na minha rua, aí tipo, tia! Falta as coisas pra gente, entendeu? Meu pai mora longe, porque eles são separados aí não pode ajudar a gente. Aí me chamam, e eu acabo indo pra fazer as coisas erradas, mas não quero mais voltar pra isso quando sair daqui! (2015)”

Como a população de uma forma geral, sofre os impactos dos problemas estruturais da sociedade, dentre eles a nova configuração do mundo do trabalho, os pais ou responsáveis destes meninos e meninas tendem a buscar meios de subsistência tanto na informalidade, como em trabalhos precários com carga horária grande, na maioria das vezes distante de seus domicílios. Isto pode resultar ausência nas relações com os filhos. Muitos deles, sem nenhum tipo de trabalho,

vivem com o auxílio de programas sociais, ajuda solidária e alguns biscates. Existem casos de pais separados tendo a presença de padrastos ou madrastas no convívio com os adolescentes. Além de situações como: dependência química dos pais ou responsáveis, violência doméstica, entre outras que no âmbito familiar, faz com o que os jovens acabem por se tornar mais vulneráveis à convivência com riscos e situações de violência.

A seguir discutimos sob o enfoque dos adolescentes como vivenciam o seu cotidiano nestas instituições de acolhimento.

4.3.2. Rotina e Regras

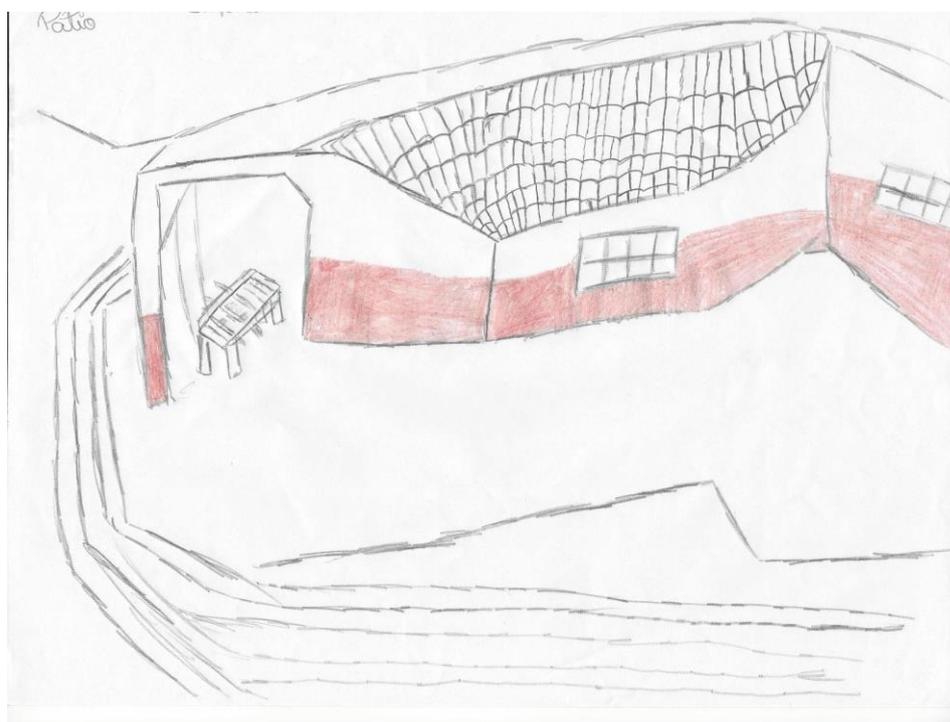


Figura 5- Desenho 4.

Fonte: Desenhos realizados pelos adolescentes que participaram da pesquisa.

Pesquisadora: Conte-me sobre seu desenho.

Bem-Te-Vi: –“meu desenho é o pátio daqui com o totó, porque eu adoro ficar lá e jogar totó, mas até pra jogar tem que ser como tá na regra, no horário que eles botam”.

Quanto ao dia-a-dia nas instituições de acolhimento, a maioria dos adolescentes comentou que segue um cronograma de rotina e horários, já definidos pelas instituições, como pode ser verificado em alguns depoimentos:

—Tudo tem horário, a gente não pode fazer da forma que quer como na casa da gente. Tem hora pra acordar, tomar banho, arrumar a cama, tomar café, ir pra escola, arrumar o quarto, almoçar, descansar à tarde, ver televisão, jantar e dormir.” (Orquídea Branca, 2016).

—Nós tem que entrar na regra, hora do banho, geral todo mundo pro banho, hora de dormir todo mundo tem que ficar no quarto mermo se não tiver sono!” (O Pegador, 2015).

—Tem que ser tudo na hora que eles quer, até pra arrumar o quarto e para jogar o totó aqui, aí depois é ficar sem fazer nada.” (Bem-Te-Vi, 2015).

—Tenho que fazer tudo correndo no mesmo horário que os outros adolescentes parece até que a gente é uma máquina que faz tudo programado no automático, sabe como é? Ou que a gente tá com pressa pra sair, mas fico aqui depois sem fazer nada. Aí também ajudo a lavar os banheiros e arrumar os quartos.” (Pardal, 2015).

A rotina comentada pelos adolescentes denota um ambiente institucional que apresenta um atendimento padronizado e com horários definidos, portanto sob esta vertente não houve o envolvimento dos adolescentes para influenciar com suas opiniões nos processos decisórios de construção desta rotina. Ao que parece, estas já foram previamente definidas de forma vertical por estas instituições. Quanto à comparação que um dos adolescentes realizou deles próprios com máquinas, demonstra uma crítica a estas atividades que acontecem de forma padronizada e condicionada, o que pode dificultar a se expressarem de forma diferente, dada a diversidade de situações que constitui a adolescência, conforme discutido no capítulo 1 desta tese.

No entanto, a maioria dos adolescentes também me contou que em algumas atividades lhes é dado alguma oportunidade de escolha, mesmo que esta já seja direcionada a algumas opções, como o caso das responsabilidades domésticas, conforme alguns relatos que se seguem:

—Agora a coordenadora fez um papel com a gente pra cada uma escolher um dia pra limpar o quarto, o banheiro e a casa.” (Lírio, 2016).

–Vou pra escola e escolhi ajudar a fazer a faxina na casa no fim de semana, porque durante a semana estudo de manhã.” (Margarida, 2016).

–Faço minhas tarefas no meu dia combinado com os adolescentes, o coordenador cola no mural, aí os adolescentes olha se o nome deles tiver lá é o seu dia de limpar, entendeu?” (O Capoeirista, 2016).

–Ajudo arrumar a casa, um dia cada menina fica responsável por organizar todas as outras adolescentes pra limpar a casa, tendo cada uma seu dia. A gente faz isso junto com a tia coordenadora.” (Orquídea Vermelha, 2016).

A partir dos depoimentos acima e da minha observação participante, pude verificar que as atividades domésticas ocorrem de forma mais livre, por escalas feitas com alguma participação dos adolescentes. Estas atividades já são anteriormente programadas e definidas pelas instituições, apenas envolvendo os adolescentes para escolherem os dias e horários que irão realizá-las. Sob este aspecto não houve uma participação efetiva, na qual a partir dela os adolescentes pudessem de fato influenciar as decisões institucionais relativas ao seu cotidiano. Apenas consultar os adolescentes se aproxima a espaços de tokenismo, conforme a escada de participação de Roger Hart (1992). De acordo com o debate deste autor, o tokenismo está entre os 3 níveis de não participação, equivalente aos níveis mais próximos à base da escada.

No entanto, não posso deixar de considerar os pequenos indícios, nem que seja apenas para os adolescentes serem consultados como estou a observar nesta pesquisa, visto que, num passado bem recente, há quase três décadas, para essa população não havia possibilidades de nenhuma escolha, consulta ou participação nem no âmbito do discurso, conforme já discutimos anteriormente.

Com relação às regras, a maioria dos adolescentes contaram que não podem sair sozinhos, só na companhia dos educadores ou com a família ou responsável, que não podem brigar com os outros adolescentes, utilizar palavras de baixo calão, como também, que devem cumprir os horários estabelecidos para as atividades nas instituições, conforme abaixo:

–A gente não pode sair sozinho, você não tem autonomia pra sair sozinho, agora vão enviar o meu relatório pra juíza me dar autonomia pra eu sair sozinho.” (O Skatista, 2016).

–Tia! Aqui quando a gente chega a tia chama a gente na sala e passa logo as regras pra todo mundo, não podendo fazer um monte de coisas, tipo deixar de fazer as

coisas tudo na hora que eles quer, não pode ter saída sozinho, podiam pelo menos deixar os adolescentes que tivesse mais responsabilidade sair com hora pra voltar. É muito ruim não poder sair sozinho!” (Pérola, 2016).

(...) Tipo a gente não pode responder, gritar, arrumar briga com as outras adolescentes, mais às vezes tia, elas vem cheia de marra, entendeu? Aí a gente acaba batendo boca. (Rosa Azul, 2016).

—Áia! as regras são muitas, tipo só posso tomar banho nos horários que eles dizem pra gente, aí a gente não pode sair sozinho, só com o educador, ainda bem que se o comportamento tiver bom os educadores leva a gente na Praça quando a gente volta da escola.” (O Desenhista, 2016).

Outra regra que os adolescentes me contaram diz respeito a receberem algum tipo de punição quando estes se comportam de forma indevida, como por exemplo: deixar de ir à escola, cabular aula, não fazer suas atividades, se envolver em conflitos com outros adolescentes, falar palavrões e não se comportar bem. As punições podem ser desde ficar algum tempo no quarto para refletir, ficar sem televisão, sem lazer (passeios), até ser levado para delegacia.

Certo dia, durante o meu trabalho de campo em uma das instituições pesquisadas, no horário da tarde encontrei 3 adolescentes, Girassol, Rosa Azul e Margarida que comumente neste horário estariam nas atividades externas que encontravam-se inseridas. Ao dialogar com elas, perguntei sobre não terem ido às atividades naquele dia, quando me informaram que estas ocorreram normalmente e foram proibidas de ir pela instituição como punição ou castigo. Uma delas narrou que o motivo foi por ter matado aula para namorar e outras duas comentaram que haviam discutido, quase chegando às vias de fato dentro da instituição. Rosa Azul me contou que estava assustada, por ter sido informada pela instituição que caso houvesse reincidência de ambas nesse comportamento agressivo, poderiam ser levadas para delegacia.

Outra experiência que vivenciei, na qual pude observar estas punições expressadas pelos adolescentes, foi precisar esperar o tempo de liberação do castigo para realizar o grupo com os mesmos. Isto porque, alguns deles estavam no quarto para refletir por não terem se arrumado a tempo de ir para escola, faltando assim à aula.

Todos os adolescentes narraram que quando algum deles comete algum erro nas instituições e ninguém assume, dizendo não saber o que aconteceu, a punição

é coletiva, como por exemplo, fica todo mundo sem televisão ou sem passeio, o que pode ser exemplificado com o depoimento de alguns deles:

–Se um aprontar e os adolescentes geral quiser proteger e não contar nada, todo mundo fica de castigo, aí um dia sem ver televisão ou se tem algum passeio marcado eles não levam mais a gente, entendeu?” (O Jogador de Futebol, 2016).

–Aqui é assim, quando um adolescente faz merda e agente não sabe quem foi ou não quer falar pra não dedurar, eles colocam todos de castigo.” (Barbie, 2015).

–Como a gente só fica aqui dentro não sai nem pra escola, a gente acaba aprontando mais, aí geral fica de castigo sem poder ver televisão.” (Pardal, 2015).

Pude observar que a maioria das punições ocorrem de forma autoritária, guardando relação em muitas vezes com a não participação em alguma atividade externa, como passeio, restringindo nestes casos o contato dos adolescentes com a comunidade externa a instituição. No que pese as mudanças que vem se processando nesta área, em resposta aos avanços das leis e normativas atuais, a comunicação destes adolescentes nos remete algumas práticas antigas, tal como acontecia no período de vigência dos antigos códigos de menores pelas instituições chamadas de internato e orfanato. Como já discutido no capítulo 2, estas práticas antigas podem ser equiparadas as instituições totais, tal como discutida por Goffman (2013) que possuíam como característica ser um local fechado, com estrutura hierárquica e autoritária.

No caso do depoimento do adolescente Pardal, cabe comentar que se encontra na instituição, cuja modalidade de atendimento é temporária, não tendo por objetivo a realização da recondução ou a matrícula escolar, apenas os contatos e viabilização da documentação, visando agilizar o processo para quando forem transferidos para instituições de acolhimento ou reintegrados à família, de acordo com as possibilidades. No entanto, como já foi anteriormente discutido, em sua maioria esse atendimento temporário de um mês não é cumprido e os adolescentes acabam por permanecer um período sem ir à escola, ficando com tempo ocioso e segundo Pardal podendo assim ficar mais suscetíveis a algum comportamento indevido na instituição.

Outra situação quanto às punições que foi comentado apenas por um adolescente de uma das instituições pesquisadas, foi ter ficado um dia sem

almoço. Segundo ele esta punição não era uma prática na instituição, parecendo ter sido algo pessoal do coordenador com ele, nas palavras do adolescente:

(...) no dia que respondi o educador daqui e depois disse pro coordenador as coisas erradas que tava tratando a gente e que ele via e não fazia nada, que eu ia contar lá na juíza, aí tia! ele me deixou, deu ordem as tias da cozinha pra não mi darem comida, na hora do almoço, só que elas mi deram, tipo não achou certo essa ordem dele, entendeu? (O Capoeirista, 2016).

Isto indica um desrespeito e violação dos direitos do adolescente O Capoeirista, que inclusive me contou que denunciou tal fato à juíza no dia da audiência sobre a sua situação jurídica. Que outros adolescentes também já estavam reclamando da forma de tratamento autoritária e com gritos que este coordenador lhes dispensava. Acrescentou que ao passar um tempo a coordenação da instituição mudou, associando isso como resultado da reclamação deles. Segundo o adolescente:

(...) Aí passou um tempo assim depois que a gente reclamou e ele foi embora e chegou outro coordenador. Acho que mudaram ele porque a gente contou que não tava tratando a gente direito, entendeu? (O Capoeirista, 2016).

Ainda quanto as regras e punições, a maioria dos adolescentes contou que na ocasião de chegada nas instituições estas eram lhes apresentadas sem direito a escolhas, sendo informados o que poderiam ou não fazer, e o que poderia acontecer se não respeitassem as regras. Conforme narram alguns deles:

–Assim, logo no outro dia que cheguei os educadores já avisaram logo o que eu podia fazer e o que não podia. Agora, minha opinião eu não dei não, também não me pediram.” (Barbie, 2015).

–Quando a gente chega eles falam logo as regras, mas isso a gente não pode escolher não, tem que ser só o que eles falam, entendeu tia?” (Sabiá, 2016).

–As tias me falaram tudo que podia fazer e o que não podia logo que cheguei aqui. Um dia estava vendo televisão e a tia disse não é hora de ver televisão, aqui tudo tem horário. Saí da sala de televisão e fiquei atoa na casa por causa dessas regras, fazer o quê?” (Orquídea Branca, 2016).

As regras e punições que os envolvem diretamente no dia-a-dia nestas instituições são elaboradas sem a interação, negociação e opinião deles quanto ao que gostariam de pleitear para atender os seus desejos e interesses durante a permanência neste ambiente institucional. Observei que a este respeito não existe espaços, nem condições para a participação e nenhum indício de alguma possibilidade de escolha.

Com relação às demais atividades que tem na instituição, todos eles relataram que podiam brincar no pátio, desenhar, assistir televisão, realizar atividades de lazer como passeios, visitas de outras pessoas (voluntários) à instituição com a distribuição de lanches, eventos na instituição, como a festa de natal por exemplo. Acrescentaram que poderiam escolher se queriam participar ou não destas atividades, só no caso de assistir televisão que poderiam apenas na hora programada. Quanto aos passeios, na maioria das vezes lhes davam as opções para escolher em qual local gostariam de ir. Apenas em uma das instituições relataram que quase não aconteciam passeios. Neste aspecto havia possibilidades de escolhas, conforme alguns relatos que se seguem:

–Aqui a gente pode brincar, ver novela, às vezes tem algum passeio, aí a tia coordenadora deixa a gente escolher o lugar que a gente que, aqui as meninas tudo sempre pede pra levar pra comer pizza. Às vezes tem gente que vem visitar e traz lanche pra gente.” (Pérola, 2016).

–O coordenador daqui deixa a gente escolher se quer jogar bola no pátio ou ir pra praça depois da escola, mas só com o educador junto. Acho que a gente podia ir sozinho. Aí tem as pessoas que quer ajudar e vem visitar a gente, tem algumas de igreja, tem também passeio quando o comportamento de todo mundo tá bom.” (O Skatista, 2016).

–Atividade que nós desenha, a tia educadora traz pra gente pintar, jogar totó e bola no pátio e quando dá o horário e o educador deixa nós vê televisão.” (O Pegador, 2015).

Observamos que as atividades já são anteriormente programadas pelo grupo de dirigentes ou pela própria instituição, apenas envolvendo os adolescentes em possibilidades de escolhas para o consenso no que já foi previamente estabelecido. Isto remete ao debate de Carrano (2012) sobre a participação social e política de jovens no Brasil, discutindo que para se verificar a qualidade de um processo de participação não deve se restringir a observar se podem ou não participar de

determinado processo ou espaço político, mas sim em buscar perceber até onde esses, como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões. Como já anteriormente mencionado neste texto, mesmo que possa se tratar de um avanço, os adolescentes terem alguma possibilidade de escolha nessas instituições, a participação efetiva, na qual possam influir diretamente na negociação e tomada de decisões ainda permanece como desafio.

Ainda em relação às atividades, uma das adolescentes também informou a sua experiência de trabalho, por meio de encaminhamento da instituição de acolhimento ao programa de aprendizagem, trabalhando em uma empresa de logística na área operacional, de acordo com Sabiá –Arrumaram o local pra eu trabalhar na empresa de logística DHL, eu tô lá já tem 3 meses e tô gostando, fica em Nova Campina – Rio Magé (2016)”.

Já quanto às atividades que faziam externas a instituição, pude constatar durante o período de observação participante e a partir dos diálogos com os adolescentes, que também lhes era dada a possibilidade de escolher dentre as disponíveis aquelas que mais lhes interessavam. Os adolescentes narraram que gostavam de fazer essas atividades.

Em uma das instituições eles podiam escolher as seguintes atividades: Taekwondo; Hidroginástica; Teatro; Natação; Judô e Jiu-Jitsu, todas oferecidas por meio de parceria com o Batalhão da Polícia Militar. Na outra, as atividades oferecidas para escolherem eram: Futebol; Capoeira e Informática, mas estas dependiam da equipe encontrar um padrinho para custeá-las. Já na terceira instituição todos, os adolescentes comentaram que não havia nenhum tipo de atividade para nenhum deles fora da instituição, apenas saídas acompanhadas pela técnica de enfermagem para médicos e pela assistente social para questões de seus documentos e para verificar a situação de seus casos junto ao juizado. Nas palavras de alguns adolescentes:

–Eu escolhi fazer taekwondo lá no Batalhão, mas a tia disse que tinha outras atividades também, tipo natação e judô. Mas, hoje não teve não foi cancelado e não sei porque.” (Margarida, 2016).

–Aqui a gente não faz nada fora não, só nos médicos e às vezes pra falar da gente lá no juiz.” (Pardal, 2015).

—Vou te falar a real, eu escolhi fazer futebol, mas só tô indo porque tenho a tia que ajuda os adolescentes aqui e conseguiu pra mim.” (O Jogador de Futebol, 2016).

As atividades externas acima mencionadas, assim como, as que acontecem na instituição estão entre os aspectos da vida deles que mais gostam nestas instituições. Dentre os adolescentes, 7 citaram as visitas de voluntários, —padrinhos” ou —madrinhas”, principalmente poder conversar com elas. Outros 6 mencionaram que gostam de fazer as atividades externas e passeios, para saírem um pouco do ambiente institucional. Do restante, 2 gostam muito de ter a possibilidade de assistir televisão, e 1 gosta de brincar de jogar capoeira na instituição com o irmão. Como pode ser verificado em alguns dos seus relatos:

—Θ que eu mais gosto... é receber os visitantes. Que daí podia conversar com eles e também gosto das coisas gostosas que trazem pro nosso lanche.” (Barbie, 2015).

—Á Tia eu gosto de sair daqui, porque me sinto muito presa, adoro ir pros passeios quando tem e também ir pra natação lá no Batalhão.” (Rosa Azul, 2016).

—Θ que gosto mesmo é de pegar meu irmão e brincar de jogar capoeira com ele aqui, é muito bom, tia!” (O Capoeirista, 2016).

Entretanto, o adolescente que registrou como atividade que mais gosta a de receber visitas de voluntários, —padrinhos” e —madrinhas” relata uma insatisfação quando as visitas vão embora. —Elas vão embora e nós continua aqui—(O Pegador, 2016).

A voz de O Pegador me fez recordar as inquietações que os adolescentes me revelavam durante a minha atuação como assistente social em serviço de acolhimento institucional. Quando se aproximava os finais de semana vários deles me procuravam e demonstravam tristeza de ainda estarem naquela instituição, vendo as pessoas que faziam parte do seu cotidiano, como funcionários, visitantes, colegas de escola indo para —suas vidas”, nas suas casas, enquanto que para eles restava o ambiente institucional. Apesar de ser uma medida provisória, sendo dever do Estado assegurar os direitos sociais a estes adolescentes e apoiar as famílias para que tenham condições de tê-los em seu convívio, minha experiência profissional, e a presente tese de doutoramento demonstram que muitos destes adolescentes chegaram nestas instituições ainda crianças, já passaram a metade de

suas vidas nelas e já estão adolescentes. Restando, assim, uma questão: O que será deles? No último eixo de análise discutido neste capítulo, chamado a Preparação para a Vida Fora da Instituição, veremos a perspectiva dos adolescentes a este respeito.

Entre os aspectos da vida deles que menos gostam nestas instituições, grande parte deles, 7 registraram que não gostam de sentirem-se presos, 7 não gostam de comer as rosquinhas que são servidas no café da manhã e lanche da tarde, 2 não gostam de ficar ociosos e de serem obrigados a irem para o quarto dormir sem sono. Nas palavras de algum deles:

–Queria poder sair sozinho, ir pra Praça sem o educador (...), detesto me sentir preso aqui.” (O Desenhista, 2016).

–O que eu não gosto é... não aguento mais comer rosquinhas todos os dias no café da manhã e no lanche, isso é o que menos gosto aqui.” (Orquídea Branca, 2016).

–Não gosto de ficar sem ter o que fazer e de ir pro quarto dormir quando acabo de almoçar, porque sou obrigado e não tenho sono essa hora.” (O Pegador, 2016).

Cabe ressaltar que em uma das instituições pesquisadas a coordenadora realiza uma articulação com um grupo de pessoas solidárias para arrecadação de doações para instituição, destacando os bolos, materiais para o lanche, conseguindo dessa forma um cardápio mais diversificado e não se restringido aos gêneros alimentícios recebidos pela prefeitura, como as famosas rosquinhas que tanto os adolescentes reclamaram durante o meu convívio nestas instituições.

- Poder escolher e não poder escolher

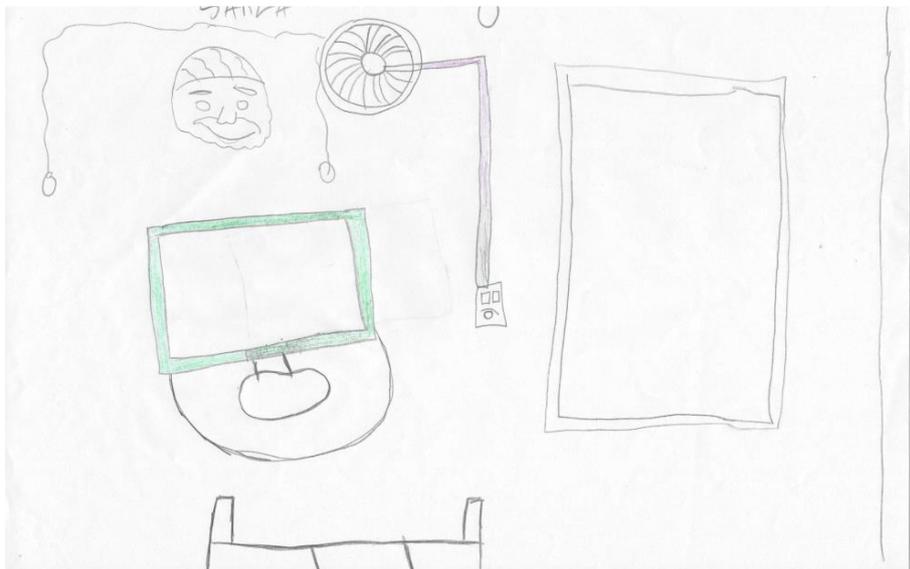


Figura 6- Desenho 5.

Fonte: Desenhos realizados pelos adolescentes que participaram da pesquisa.

Pesquisadora: Conte-me sobre seu desenho

Adolescente: —Desenhei a sala de atividade, porque é o lugar que mais gosto aqui da instituição, pra ver televisão, só que a gente aqui não pode escolher o que quer fazer, só pode ver televisão na hora que eles quer”.

No que concerne a poder escolher e não poder escolher as atividades as quais os adolescentes têm acesso na instituição, todos afirmaram que poder escolher é bom, porque podem fazer o que desejam e não por serem obrigados, mas que nem sempre podem escolher. Ainda, acham errado não poder escolher, por precisar fazer do jeito que os profissionais das instituições desejam. E como eles se posicionaram, nem sempre pensam da mesma forma que os funcionários. Nas palavras de alguns dos adolescentes:

—Aí poder escolher pra mim é bom porque a gente escolhe o que a gente quer fazer e não os outros. É bom pra mim porque a gente não faz a força. Só algumas coisas que a gente pode escolher aqui.” (Lírio, 2016).

–Poder escolher é bom, só que aqui nem sempre a gente pode escolher, eles acham que só porque a gente é adolescente não sabe das coisas direito.” (Orquídea Branca, 2016).

–Não poder escolher é muito ruim! As vezes tenho que escolher porque é aquilo ou nada. Quem tá no abrigo não tem muito pra escolher, o que ele tiver que fazer vai aceitar.” (O Skatista, 2016).

–Não poder escolher é errado, a gente faz por obrigação, porque os adultos querem e não porque a gente quer.” (O Jogador de Futebol, 2016)

Os depoimentos acima demonstram a compreensão deles de que por serem adolescentes e encontrarem-se em serviços de acolhimento, em grande parte das vezes dependem das escolhas e decisões dos adultos e das próprias instituições. Assim, não podem de forma efetiva participar e de fato fazer com que suas escolhas interfiram nas decisões que os envolvem no cotidiano nessas instituições.

Podemos perceber que no caso das crianças e dos adolescentes que vivem em instituições de acolhimento, a distância entre o que estabelece as leis e as diretrizes de políticas parece se agravar, sobretudo considerando as marcas autoritárias e assistencialistas que predominaram historicamente no atendimento a infância e a juventude pobre no Brasil.

Se eles pudessem modificar algo no seu convívio de acolhimento, me chamou atenção que todos eles relataram que organizariam saídas livres para os adolescentes, com horário para voltar e condicionalidades para cumprir. Caso não as cumprissem perderiam a saída. Nas palavras deles:

–Ah! Eu queria liberar as meninas pra sair sozinhas aí ia olhar a responsabilidade e comportamento delas na casa e só ia deixar sair quem tivesse merecendo.” (Barbie, 2015).

–Pra mim, ia botar saída livre, tipo os adolescente ir pra praça sozinho, dependendo do comportamento e principalmente olhar se tavam faltando aula.” (O Desenhista, 2016).

–Daria mais saída, deixaria as meninas sair sozinhas com hora pra voltar e se elas não chegarem no combinado ia perder as saídas.” (Girassol, 2016).

Outro aspecto que a maioria dos adolescentes narrou que modificaria seria o café da manhã, substituindo as rosquinhas por pão com mortadela ou só o pão mesmo, acrescentaria uma fruta, suco e guaraná. Estes meninos e meninas falam

de um certo desprezo para com eles e um não cuidado atencioso. De acordo com alguns adolescentes:

—Se eu pudesse ia trocar o café da manhã e o lanche, porque é só biscoito rosquinha e nescau, queria comer pão com mortadela ou só o pão mermo, beber suco ou guaraná.” (O Pegador, 2015).

—Ah Tia! Eu ia mudar tirar as rosquinhas do café ou só ia dar rosquinhas de vez em quando, ia colocar pão com mortadela também. Não aguento mais comer rosquinhas!” (Orquídea Branca, 2015).

Em relação aos pontos aspectos que mudariam, mencionaram o horário de dormir para mais tarde para evitar que entrem para o quarto sem sono, fariam mais passeios, comprariam jogos, brinquedos e bola para fazer mais atividades na casa. No caso dos adolescentes inseridos na instituição, na qual os seus pertences não podem ficar aos cuidados deles, disseram que comprariam guarda-roupas e autorizariam a guardar com eles seus objetos pessoais, como por exemplo, roupas e materiais de higiene:

—Queria mudar pra comprar guarda roupa pros adolescentes e deixar no quarto com a gente as nossas coisas, desodorante, roupa, as pessoas do abrigo diz que a gente pode matar os outros adolescentes com as roupas, com as nossas coisas, eu acho isso errado.” (O Pegador, 2015).

—Poder ir pro quarto mais tarde porque não tem sono na hora que eles mandam entrar, queria mudar também pra não ser obrigado a ir pro quarto dormir depois do almoço mermo que não tiver sono.” (Pardal, 2015).

—Mudaria um monte de coisa, compraria uma bola, brinquedos pra fazer mais atividades, que isso que falta aqui e ia fazer também mais passeios pra as meninas todas.” (Girassol, 2016).

O depoimento de O Pegador nos remete ao debate de Goffman (2013) quanto às práticas ocorridas nas instituições totais, nas quais desde a admissão, os objetos pessoais das crianças e adolescentes e suas roupas eram retirados, sendo vistos de forma coletiva e não como indivíduos e suas subjetividades. O que em tempos atuais consiste num desrespeito aos seus direitos.

Quanto à instituição lhes trazer algum benefício, comentaram que em algum momento os acolheu, trazendo assim coisas boas, como ter um local para morar, não ficar na rua, ter o convívio com os outros adolescentes, alguns funcionários e

visitantes que possuem referência afetiva. Por outro lado, também descrevem a convivência na instituição como uma experiência difícil, porque se sentem muito dependentes da instituição, sendo nesta particularidade ruim para eles, além de pensarem que enquanto estão acolhidos perdem muito tempo de suas vidas e estão longe das famílias:

—Pra quem sabe raciocinar é uma experiência boa, porque se ninguém acolhesse a gente na instituição pra aonde a gente ia ficar quando minha mãe deixou a gente, na rua?” (O Skatista, 2016).

—Ah Tia! De bom eu que tenho um lugar pra ficar, me sinto bem com minhas amigas aqui do abrigo, me sinto bem comigo mesmo, também gosto de algumas pessoas que trabalha e visita a gente aqui.” (Pérola, 2016).

—De ruim é que parece que enquanto a gente tá aqui a vida tá passando e a gente tá ficando pra trás, outra coisa que é ruim é não pode sair sozinho aqui.” (O Desenhista, 2016).

—Θ que acho que não é bom é porque preferia estar com minha família.” (Pardal, 2015).

Para maioria deles de alguma forma a instituição os acolheu em algum momento difícil, trazendo assim coisas boas, porém veem aspectos negativos, como sentirem-se dependentes destas instituições para sobreviverem.

4.3.3. Convívio com a família e grupo de amigos

Neste item são discutidas as perspectivas dos adolescentes sobre a relação com suas famílias, assim como, quanto à existência de experiência de participação deles nestas instituições nas questões relativas ao convívio com a família.

Como anteriormente discutido, nesta pesquisa trabalhamos com o conceito de família que a entende para além de laços consanguíneos, sendo considerados também os laços afetivos ou de solidariedade, conforme reconhecido pela própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Aí se incluem os grupos de amigos ou padrinhos afetivos que os adolescentes possuem como referência.

No que tange a relação com a família, constatamos que a maioria dos adolescentes, (totalizando 11) possui contato com suas famílias, incluindo grupo

de amigos ou padrinhos afetivos. No entanto, a frequência deste contato por meio de visitas é esporádica (bimestral ou trimestral). Estes dados como podemos verificar refletem na relação dos adolescentes com suas famílias. Isto porque, é importante que os contatos sejam mais estreitos para o fortalecimento dos vínculos familiares. Isto indica também a importância de as instituições viabilizarem maior participação da família no cotidiano, na rotina dos adolescentes, tendo em vista se tratar de uma medida provisória, que objetiva à reintegração familiar. Segundo Rizzini (2007) O atendimento institucional com uma perspectiva de acolhimento a criança e ao adolescente: “(...) deve cumprir a função de ser um suporte de caráter excepcional e provisório, com o firme propósito de reinserção familiar” (p.89).

Para tanto, uma gama de desafios estão postos, sendo alguns deles observados por mim durante a observação participante e as entrevistas realizadas. Um bom exemplo, refere-se aos próprios motivos de acolhimento dos adolescentes que participaram desta pesquisa, envolvendo negligência, abandono, maus tratos, falta de condições materiais, dentre outros como já discutimos anteriormente. Estas situações que afetam estas famílias podem guardar relação aos processos de vulnerabilização a que são submetidas no atual contexto socioeconômico e político, que gera impactos nas condições de trabalho e vida dessa população. Outra observação diz respeito as dificuldades encontradas para a realização de um trabalho contínuo com estas famílias, nem sempre coincidindo os horários que visitam os filhos nas instituições com a presença da equipe técnica, excetuando em casos que sejam previamente agendados. A falta de recursos econômicos por parte das famílias para visitar mais vezes os seus filhos nestas instituições. Para aquelas que trabalham, apresentam dificuldades com os horários, pois mesmo quando as visitas são livres, estas acontecem nas instituições pesquisadas em horário diurno. Concordamos com Rossetti-Ferreira et al. que “perversamente, uma baixa frequência de visitas serve de argumento para avaliar seu grau de vinculação e interesse por seus filhos” (p. 377). Nas instituições pesquisadas, existe um livro (tipo ata) que as famílias assinam todas as vezes que comparecem para visitar as crianças ou adolescentes.

Durante o diálogo com todos os adolescentes, grande parte deles, 11 narraram apresentarem no momento uma boa relação com sua referência familiar

ou afetiva, 6 referiram-se a mãe, 1 a avó materna e 1 irmã. Outros 3 possuem também uma boa relação com sua referência afetiva, pessoas que consideram como madrinhas ou padrinhos, existindo um vínculo afetivo recíproco entre ambos, segundo o que me contaram. Já dos outros 5 adolescentes, 2 narraram que não ter uma boa relação com a família e os outros 3 não possuem nenhum tipo de contato com as mesmas. Nas palavras de alguns adolescentes:

–A minha relação é boa com minha vó, mãe da minha mãe, eu morava com ela desde os 2 anos. Minha avó tem 65 anos. Meu pai é morto, eu tenho 3 irmãos grandes por parte dele, mas não vejo eles. Eles moram com a mãe deles. Até falo com a minha mãe, mas não é aquela coisa toda, ficava mais com minha avó. Gosto muito da minha avó.” (Barbie, 2015).

–Com minha mãe sempre foi bom, agora com meu padrasto eu tinha ciúmes dele, porque é mais novo que minha mãe e foi morar com a gente, agora a gente já resolveu isso e tá tudo tranquilo.” (O Pegador, 2015).

–É toda boa agora, da parte da minha mãe, é que eu que não respeitava, só queria saber das amizades (...)” (Lírio, 2016).

–Bom mesmo é com a minha irmã que me visita aqui, a outra irmã que mora com ela também falo, mas gosto mesmo dessa que vem me ver.” (Orquídea Vermelha, 2016).

Quanto aos 3 adolescentes que possuem referência e um bom relacionamento com a madrinha afetiva, declararam que esta os procura e demonstra algum carinho e preocupação com eles, diferentemente do que pensam da mãe e de sua avó, a despeito de terem sido abandonados pela mãe, assim como, pela avó materna (referência de família de origem) não os procurar no abrigo, só tendo os visitado uma única vez quando um dos irmãos, O Capoeirista evadiu-se da instituição. Segundo o relato deles:

–Considero mais a minha madrinha que conheci depois que vim pra abrigo que me visita aqui que a minha família, porque minha mãe me abandonou e minha vó não quer nem saber de mim e dos meus irmãos.” (O Skatista, 2016).

–Tia! Gosto da minha madrinha que ajuda eu e meus irmãos aqui, porque mãe mesmo não tenho não, ela deixou a gente como largado, tudo com o documento na mão, quem vem visitar de vez em quando e nunca esquece da gente é minha madrinha mesmo, entendeu?” (O Capoeirista, 2016).

–Vou te mandar a real, quem faz alguma coisa e vem aqui vê nós três é a tia que ajuda a gente, ela é tipo uma madrinha, entendeu? Da nossa família, minha mãe do dia que abandono a gente nunca mais vi e a minha vó só da vez que meu irmão

fugiu daqui e ela veio pedi pra ficar com ele aqui, tipo trazer ele de volta pra aqui.” (O Jogador de Futebol, 2016).

Sobre os adolescentes que me contaram não possuírem um bom relacionamento com as famílias, pude observar durante meu convívio e a partir das entrevistas realizadas que, ao mesmo tempo, que demonstram a compreensão que na família já sofreram conflitos, abandono e violação de direitos as veem também como um local de cuidados, com as quais apesar destas questões gostariam de conviver, ter uma referência, um lar, uma proteção. Conforme pode ser verificado nos depoimentos que se seguem:

–Com meu irmão de 28 anos é horrível, a gente vive brigando, ele não respeita as minhas vontades, me xinga. Acredita que ele nem foi no enterro da minha mãe? Ele não quer saber de mim! Somos filhos de pais diferentes. O meu pai eu não lembro, minha mãe fugiu de casa quando eu tinha 8 meses. Minha mãe que me contou essa história. Com minha mãe a relação era boa. Eu morava com ela antes de ir pra casa de passagem e a senhora sabe né, ela morreu. O meu irmão é único contato de família que tenho, a única pessoa que tenho nessa vida, a gente podia se dá bem, aí eu queria ir morar junto pra ele cuidar de mim.” (Orquídea Branca, 2015).

–Eu visito a minha mãe na prisão, em Bangu, uma vez por mês. Visito por visitar mesmo, porque ela nunca quis saber de mim, sempre me maltratou, aí estar junto mesmo, carinho a gente não tem não! Tipo, eu esperava que ia me receber melhor quando fosse visitar ela, mas ela só quis saber se tava levando alguma coisa pra ela, aí sinto falta de ter esse carinho da família pra me sentir protegida, porque pra mim família não é só pra ter briga é pra proteger também.” (Pérola, 2016).

Estas perspectivas dos adolescentes denotam que simultaneamente a família pode apresentar um caráter contraditório, como um local de proteção e cuidados, e também de violação de direitos e conflitos. Esta discussão nos remete ao debate de Pereira (2010) quanto à reflexão de que a família na contemporaneidade assume um caráter contraditório, podendo ser uma unidade *–forte*” e *–fraca*”. Forte no sentido de proteção, convivência, reciprocidade em favor de seus membros e fraca porque pode ser também um local de violência, maus tratos, como também, de violação de direitos e conflitos.

Destes adolescentes, 3 não possuem nenhum tipo de contato atualmente, não recebendo visitas da família de origem e nem de família afetiva ou grupos de amigos. Nas palavras dos adolescentes:

–Depois que vim pro abrigo minha vó foi visitar a gente uma vez só no outro abrigo, depois nunca mais voltou e meu pai e minha mãe acho que o juiz proibiu, por causa que estava maltratando a gente.” (O Desenhista, 2016).

–Tipo, não tenho visita, entendeu? Depois que a gente veio pra abrigo por causa de ser maltratado nunca mais vi meu pai e minha mãe. Já recebi visitas de outra pessoa que não era minha parente não, sabe? Assim, que gostou de mim e eu também gostei dela, mas depois não foi bom também, porque ela teve problemas e não pode mais continuar me vendo.”(Margarida, 2016).

–Não recebi nenhuma visita ainda, nem do meu irmão e de ninguém, mas a tia daqui vai tentar achar uma amiga da minha mãe, tia ela era a nossa mãe de santo pra ver se vem me visitar.” (Orquídea Branca, 2015).

A partir dos dados observados, vimos que 3 adolescentes não possuem contato com a família e dos 13 que declararam possuir, este ocorre de forma esporádica. Vimos também que grande parte deles permanecem por longos períodos em serviços de acolhimento, isto demonstra indícios que estas instituições estão encontrando dificuldades para buscar o acesso ao direito dos adolescentes à convivência familiar e comunitária, conforme anteriormente discutimos.

Durante meu período de convivência nestas instituições pude observar que o trabalho com as famílias ocorria por meio do atendimento individual, de acordo com a procura ou convocação da equipe técnica, como também, por visitas domiciliares, não tendo verificado neste período a existência de trabalho em grupo, reunião ou outras atividades que as envolvesse. Verifiquei também que as equipes técnicas convocavam estas famílias para participarem das audiências quanto à situação dos adolescentes. No que se refere à articulação entre as políticas sociais públicas e com a rede de proteção social para o atendimento a estas famílias, pude observar que por ocasião das audiências concentradas, eram requisitados os respectivos atendimentos às famílias. No entanto, isto envolve desafios a serem enfrentados, como já dissemos no capítulo 2, a articulação ocorre muito mais pelo o esforço dos profissionais envolvidos em detrimento das próprias ações públicas. A partir do diálogo com os profissionais destas instituições e própria observação em campo encontrei que apesar do encaminhamento judicial, em muitas vezes existe uma morosidade para a obtenção das vagas nos atendimentos, permanecendo em filas de espera, aguardando por mais de um mês um atendimento psicológico, por exemplo. A

pesquisa de Rossetti-Ferreira et al (2011) encontrou dados similares, sustentando que apesar dos esforços para uma articulação entre a rede de atendimento e as políticas públicas, ainda permanece como um grande desafio, visto que são insuficientes e com atendimento fragmentado. Para esta autora –as falhas ou discontinuidades das políticas públicas básicas, tais como emprego, habitação, saúde e educação, dificultam e, muitas vezes impedem que famílias disponham de condições mínimas de vida e dignidade”. (2011, p. 364-365).

Estas audiências concentradas e os atendimentos realizados pelas equipes técnicas das instituições foram indicados pelos adolescentes como uma possibilidade de serem ouvidos, sentindo-se satisfeitos com isto. A maioria deles, 11 narraram que além de receberem esclarecimentos e orientações por parte da equipe técnica das instituições, puderam expressar suas expectativas com relação a suas famílias ou referências afetivas, em muitos casos foram ao Fórum junto com as assistentes sociais das instituições, alguns destes comentaram inclusive sobre as audiências concentradas e que são ouvidos primeiro no abrigo e também nestas audiências, mas nem sempre é possível atender o que realmente queriam, mas que os motivos lhes são explicados e que sob este aspecto se sentem satisfeitos. Parece que criam uma expectativa de que todas as questões serão resolvidas nessas audiências. De acordo com alguns destes adolescentes:

–Sim, as tias assistente social e psicóloga me explicou tudo como acontece no abrigo, que pra voltar pra casa tem que ter autorização do juiz, me perguntou se quero morar com minha mãe. Aí mandam um papel lá pro Juíz, depois vai ter audiência, já tá perto já, acho que vai ser semana que vem pra ver o caso de todas as meninas daqui, aí eu acho que vou voltar pra minha mãe, porque a tia assistente social também já conversou com ela.” (Rosa Azul, 2016).

–Eu fui chamado pelas tias daqui na sala delas, aí conversaram comigo o que eu queria, eu disse que queria voltar a morar com a minha mãe, aí tia vai depender lá do dia que for no juiz pra ele autorizar.” (Lírio, 2016).

–Tive sim, quando minha mãe ligou para cá a tia assistente social me avisou, chamou minha mãe aqui, conversou com ela e comigo e falou que a gente ia no fórum para pedir para eu sair daqui.” (O Pegador, 2015).

Outros 5 adolescentes narraram que veem esta possibilidade ocorrer no momento de chegada na instituição, tendo em vista que são chamados pelas assistentes sociais para entrevista e lhes são perguntados sobre sua família. No

entanto, ao longo do tempo não veem uma continuidade disso, entendendo assim que possuem poucas possibilidades de expressarem suas opiniões, mas reconhecem que em todas as vezes que buscam esclarecimentos são atendidos. Apesar disso, afirmaram que na maioria das vezes não são chamados para expressarem suas opiniões sobre este assunto. Como pode ser observado em alguns dos seus relatos:

–Só, quando eu cheguei aqui que me perguntaram as coisas, depois ninguém falou comigo e perguntou nada. Eu só soube que minha mãe viria me visitar, porque o pai do moleque que está aqui veio visitar ele e me avisou. Aí quando eu fui perguntar as tias me contaram que a minha mãe vinha.” (Pardal, 2015).

–Não, tia. Só quando eu cheguei eles me chamaram pra conversar e perguntaram algumas coisas de como era com minha família. Depois você fica um tempo no abrigo acaba tudo isso, ninguém te pergunta o que você quer. Mas, agora tem uma assistente social aqui que dá atenção quando a gente procura e dar resposta rápido pra as coisas que a gente pede, acho que vai melhorar.” (O Skatista, 2016).

–Não, mas quando eu quero e peço pra conversar as tias me explicam tudo e falam que o que eu tô pedindo não é só com elas, tem que vê lá no Fórum e com meu pai, um monte de coisas, por isso que acho que o que eu quero mesmo não tá sendo atendido. Tipo não quero morar com meu pai por causa da minha madrasta! Também tenho medo de ficar sozinha quando chegar a hora, porque já tô trabalhando e vou fazer de 18 anos, entendeu?” (Sabiá, 2016).

As mediações realizadas pelas equipes técnicas destas instituições e do poder judiciário, assim como, pelos próprios contatos com as famílias de origem ou afetiva para os adolescentes que as possuem parecem contribuir para se sentirem satisfeitos com o atendimento, mesmo que suas falas e opiniões não influenciem nas decisões. A oportunidade de se expressarem, assim como, lhes explicarem os motivos pelos quais não foram atendidos nos seus desejos, indica conferir o sentido de que estes meninos e meninas não são tão desconsiderados quanto parece em determinados aspectos dos seus cotidianos no acolhimento, conforme já discutimos. O próximo eixo focaliza a análise na perspectiva deles com base nas suas experiências pessoais quanto às possibilidades de participação em atividades que lhes orientem para a vida fora da instituição.

4.3.4. Preparação para a vida fora da instituição

Neste item discutimos as opiniões dos adolescentes sobre a existência de possibilidades de participação deles na instituição em alguma atividade que lhes oriente para a sua saída, quanto aos receios e coisas positivas que sentem em relação à saída, assim como, sobre o que a instituição pode fazer para ajudar os adolescentes que saem quando atingem 18 anos.

Para maioria dos adolescentes, 10 deles relatam que são esclarecidos e orientados pela equipe técnica da instituição sobre a importância de estudar, fazer cursos, trabalhar como aprendiz, assim como, para o próprio trabalho de jovem aprendiz, mas reconhecem que apesar das assistentes sociais demonstrarem atenção, poucos adolescentes conseguem cursos e trabalho. Segundo os depoimentos deles:

—Participo com a assistente social, ela me chama pra falar que eu tenho que estudar, pergunta se eu quero fazer cursos pra me ajuda arrumar um trabalho pra mim crescer na vida e ter minha família, mas ainda não conseguiu nada pra mim não. Aqui, tia! Só tem uma adolescente que trabalha, e a gente também quer consegui, mas a tia só fala que tem que esperar.” (Margarida, 2016).

“Tipo aqui já até me chamaram pra conversar, me explicar essas coisas, eu tô estudando direitinho, mas já pedi a elas pra me ajudar mais no futebol, porque eu gosto de jogar muito, não falto meus treinos, mas não levam a sério, acham que não vai dar futuro. Para pedir curso assim, podiam arrumar logo, mas também fica pedindo pra as madrinhas que visita a gente, arrumar ou pagar os cursos, aí demora muito.” (O Jogador de Futebol, 2016).

—A assistente social e psicóloga, todas 2 conversou comigo, disse que ia me bota tipo na fila do curso e do trabalho. Tia! , acho que tá demorando muito aqui pra mim trabalhar, eu já fiz 16, já vou fazer 17, já era pra eu tá, e assim eu não ganho nem um dinheiro, tipo a outra adolescente daqui trabalha e vai juntando o dinheiro (...) Eu também queria, entendeu?” (Girassol, 2016).

Esta questão apontada pelos adolescentes da não inserção deles no trabalho como aprendizes, foi verificada por mim durante o meu trabalho de campo. Das 3 instituições pesquisadas, apenas em uma delas havia uma adolescente inserida em trabalho, a adolescente Sabiá. De acordo com o diálogo mantido com as equipes técnicas destas instituições alguns fatores, como a baixa escolaridade deles, falta

de documentação, a própria dificuldade de disponibilidade de vagas foram apontados como dificuldades, que inclusive geram morosidade nesse processo. Estes fatores podem estar relacionados as difíceis condições de vida vivenciadas por eles.

Os outros 6 adolescentes me contaram que não lhes foi ofertado nestas instituições atividades ou orientações sobre a saída deles para quando completarem 18 anos. Nos relatos de alguns deles:

–Não. Meus documentos estão tudo aqui, a tia tá vendo pra pedir ao juiz pra eu voltar pra minha mãe, ou então vou ter que ir pra outro abrigo, acho que lá que vão ver essas coisas aí, porque aqui a tia disse que a gente só pode ficar pouco tempo.” (Pardal, 2015).

–Não, eles aqui na instituição até falaram alguma coisa. Mas, quem me explica mesmo, conversa comigo é a minha madrinha que ajuda a gente aqui na instituição. Há! Tem esse negócio da minha casa minha vida, mas aqui disseram que é a juíza que vê.” (O Skatista, 2016).

–Não, ninguém conversou comigo como vai ser minha saída daqui não, até sobre eu voltar pra minha casa, só fiquei sabendo que minha avó está pedindo a minha guarda pela minha avó mesmo.” (Barbie, 2016).

A expectativa de Pardal sobre a possibilidade de alguma orientação para sua saída da instituição, relacionada a sua transferência para outra instituição em caso de resposta negativa, a sua reintegração familiar refere-se ao fato de encontrar-se atualmente na instituição de modalidade curta duração, conforme acima discutido.

Com relação aos receios e coisas positivas que os adolescentes sentem em relação a saída declararam que envolvem insegurança e medo de se sentirem sozinhos, de alguma coisa não dar certo e terem que voltar novamente para estas instituições, de serem influenciados para algum comportamento indevido. Acrescentaram que ficam ansiosos para chegar logo a época de irem embora. Outra questão que os preocupam é deixar os outros adolescentes com os quais se relacionam e gostam muito nas instituições.

Um dos adolescentes conta que o seu medo está vinculado ao receio de ter que lidar com aspectos de sua vida, que desde quando tinha 10 anos passou a ser de responsabilidade da instituição, sentindo-se inseguro só de pensar em precisar lidar com isso sozinho. Nas palavras do adolescente:

–É porque estou aqui desde de quando eu era criança e é a instituição que faz tudo pra mim, então tem hora que penso tá chegando perto e será que quero mesmo. Tipo tem umas coisas que não sei fazer sozinho. Vejo as pessoas tirando dinheiro no banco, comprando as coisas, mas não sei como funciona, eu nunca tive uma conta, nunca tive nenhuma responsabilidade de fazer as coisas pra mim, entende tia? Aqui também tô acostumado em ficar sempre com muita gente com os outros adolescentes. Mas, também quero muito sair daqui e conseguir fazer essas coisas!” (O Skatista, 2016).

Isto indica que estar em acolhimento por períodos longos pode trazer dificuldades em diversas dimensões do convívio social para estes adolescentes, que demonstram insegurança em lidar com aspectos simples do dia-a-dia, resultando numa dependência destas instituições de acolhimento.

Com relação ao sentimento positivo referente à saída, os adolescentes registraram a liberdade de poder sair sozinho, escolher o que deseja fazer sem ninguém para interferir e ter um trabalho. Nos casos dos que possuem contato com a família, poder estar perto dela. Como pode ser verificado na fala de alguns dos adolescentes:

–Fia de bom eu já tenho que é o meu trabalho, tô guardando o dinheiro pra quando sair daqui e a liberdade, de poder sair sozinha, escolher o que quero fazer e a hora que quero, porque agente não tem isso na instituição, mas tenho medo de ficar sozinha, tenho medo até do escuro, entendeu?” (Sabiá, 2016).

–Acho que vou sair daqui antes de fazer 18 anos, porque fiquei sabendo que minha vó já tá pedindo a minha guarda lá no Fórum. O bom vai ser ficar com ela porque gosto muito dela, estou contando os dias pra voltar pra casa dela, que é minha família.” (Barbie, 2016).

–É poder mostrar que vou ser alguém na vida sem fazer nada errado, a gente tá no abrigo, porque sabe que não tem ninguém pela gente, já olham pra gente diferente. E bom também ter meu trabalho, continuar estudar, continuar nos meus treinos, porque sei que posso ser bom jogador de futebol.” (O Jogador de Futebol, 2016).

Quanto ao que pensam que instituição pode fazer para ajudar-lhes quando atingem 18 anos, responderam que poderia ajudar com os estudos, conseguir um curso, de acordo com o interesse deles, principalmente o trabalho. Narraram também que poderiam ajudar a procurar a casa para o próprio adolescente pagar o aluguel com seu salário ou ver se o governo poderia pagar ou ajudar a comprar os móveis ou pedir doação:

–Eles podiam pelo menos ajudar arrumar um trabalho porque a gente quase não tem estudo, aí sabe é mais difícil ainda, podiam também tentar arrumar uma casa pros adolescentes morar ou juntar o adolescente que tiver família com ela.” (O Pegador, 2015).

–Precisa ajudar a voltar logo pra escola, botar pra fazer um curso pra quando chegar perto dos 18 anos já tá num trabalho se não vai sair e fazer merda lá fora.” (Barbie, 2015).

–Podia ajudar a gente fazer um curso para ajudar arrumar o trabalho, mas tinha que fazer isso logo que adolescente chegar porque arrumar trabalho não é moleza não e não só quando tiver faltando só um pouco pra fazer 18 anos, podia também comprar os móveis e o governo podia pagar o aluguel.” (O Capoeirista, 2016).

–Arrumar trabalho antes de 18 anos, tentar arrumar casa pra quando sair daqui não ir pra rua e não saber o que fazer.” (Pérola, 2016).

–Preparar o adolescente de uma forma certa, não iludir. Falar quando estiver certo. Não criar expectativas e depois não é nada.” (O Skatista, 2016).

Durante o diálogo com os adolescentes percebi que todos eles citaram o trabalho como um aspecto importante quanto ao direcionamento deles para o futuro. Contudo, demonstraram preocupação com a atual falta de oportunidades de trabalho, principalmente no caso deles como mencionamos que apresentam uma baixa escolaridade. De acordo com Pais (1990) a dificuldade de inserção dos jovens no mundo do trabalho, consiste num dos problemas que mais atinge a juventude na contemporaneidade.

(...) A multiplicidade de relações de pertença e a circulação incessante por diversas situações —nomeadamente perante o trabalho (desemprego, inatividade, emprego, formação, aprendizagem, trabalho clandestino, intermitente, parcial, etc.)— constituem um dos traços específicos da juventude de hoje. (Pais, 1990, p. 141).

Os adolescentes esperam da instituição que lhes ajude e ao que parece estão expressando sentimento de cobrança, que vivem quanto às responsabilidades de quem está se aproximando para a vida adulta. No entanto, atualmente existe um retardamento da entrada do jovem no mercado de trabalho, além da circulação por diversas situações a ele associadas, como afirma Pais (1990). Isto vem ao encontro do debate empreendido neste estudo quanto a não linearidade de algumas etapas tradicionalmente consideradas como de passagem para entrada do jovem na vida adulta, dentre elas o trabalho.

5

Considerações Finais

O foco central em análise nessa tese foi apreender as perspectivas dos/das adolescentes sobre a participação nos aspectos referentes ao seu cotidiano no contexto institucional.

O percurso desta pesquisa permitiu me aproximar e conhecer os adolescentes em sua vivência nas instituições de acolhimento de Duque de Caxias a partir do diálogo com eles. Possibilitou-me também observar a dinâmica de funcionamento das três instituições pesquisadas. Acompanhei suas rotinas durante o trabalho de campo, sendo constante no meu itinerário a reflexividade de pesquisar frente aos movimentos oscilantes característicos da adolescência que são mais intensos para estes meninos e meninas em contexto de acolhimento institucional. E como reiteramos, em diálogo com vários autores, na atualidade, a adolescência é particularmente marcada por diversas relações de pertença e a movimentação por diferentes situações, principalmente pelo trabalho, desemprego, trabalho precário, o processo de aprendizagem, e formação. Os resultados desta pesquisa indicam que os adolescentes que focalizamos possuem uma trajetória marcada por idas e vindas entre as famílias, instituições de acolhimento, escolas, dentre outros. Além disso, possuem baixa escolaridade, não obtêm o ciclo escolar compatível com a faixa etária deles e apresentam maior defasagem escolar e menores chances de conseguir trabalho em comparação aos adolescentes de todo o país, como demonstram diversos indicadores que subsidiaram nossa discussão ao longo da tese.

É deste contexto que eles e elas partem para nos falar das suas perspectivas e histórias de vida, demonstrando assim, a partir de suas vivências, que não existe uma linearidade em algumas dimensões que tradicionalmente marcavam a transição e a preparação para as responsabilidades da vida adulta. Para os/as adolescentes participantes desta pesquisa, podemos considerar como exemplo destas dimensões a conclusão dos estudos, conseguir trabalho e constituir a sua própria família. Isto porque, a vivência da saída da casa dos pais, ou referência

afetiva, assim como, a própria experiência de condições precarizadas de trabalho, como vender balas nas ruas, já foram experimentadas por vários deles. Lembro bem da expressão de um adolescente, quando me contou: “Tia, antes eu ficava muito na rua, entendeu? Já vendi as coisas, tipo assim bala, até arranjar amizades erradas, aí até ia pra escola, aí eu tava com sono, entendeu? A tia aqui até já foi lá onde eu já estudei, agora quando eu sair daqui, eu volto, entendeu?” Este teve a experiência da entrada no trabalho, enquanto vivenciava um tempo característico da adolescência.

Direcionei o meu olhar atento às diversidades que constituem a adolescência, respeitando suas singularidades de acordo com a cultura, a história de cada um e o contexto no qual estão inseridos. Pude observar que suas histórias e trajetórias de vida são de fato atravessadas por uma multiplicidade de experiências de rupturas e de intenso sofrimento.

São eles próprios que nos contam sobre a violação de direitos que viveram, resultando em seus encaminhamentos para os serviços de acolhimento. Relatam que muitas vezes alguns direitos são desrespeitados durante os processos de institucionalização ou na movimentação que fazem circulando entre estas instituições. A chegada à instituição é, em geral, vista por eles como uma situação difícil. Os vínculos com as famílias, referências afetivas, e/ou grupo de amigos que mantinham anteriormente são bastante fragilizados ou mesmo rompidos. Ao se movimentarem por estas instituições, com saídas e retornos, há também rupturas daqueles vínculos construídos durante o acolhimento. Apesar do princípio de excepcionalidade e provisoriedade, estabelecido pela normativa nacional, esses adolescentes continuam a ser transferidos entre diversas instituições de acolhimento. Como apontamos, um dos adolescentes nos reportou que havia passado por 14 instituições! Em sua maioria são acolhidos pela primeira vez ainda crianças e permanecem por longos períodos nestes serviços. Alguns deles já haviam passado a metade de suas vidas institucionalizados. Vimos que muitas adversidades integram seus percursos de vida, entre elas a situação de pobreza e a precarização das condições de vida e de trabalho, presentes para estes meninos e meninas, e para suas famílias. Estas desigualdades sociais presentes na sociedade atual podem trazer dificuldades para que as famílias tenham condições mínimas de dignidade, conforme já debatemos nesta tese.

Conforme sinalizamos ao longo da tese, estes têm sido alvo de intervenções nas quais a possibilidade de participação era inexistente. Intervenções pautadas pela não escuta, visto as marcas autoritárias que prevaleceram historicamente no atendimento à infância e adolescência pobre no Brasil. Avanços neste âmbito vêm ocorrendo, como o reconhecimento do direito à participação das crianças e dos adolescentes, como debatemos anteriormente. Apesar disso, os dados deste estudo demonstram que os/as adolescentes são de fato pouco ouvidos e, em geral, nem sequer são informados sobre aspectos básicos de suas vidas, que lhes dizem respeito. Seus destinos vão sendo delineados, na maioria das vezes sem a participação e o envolvimento deles. Por exemplo, as narrativas de muitos destes adolescentes nos mostraram que não foram informados para qual instituição seriam encaminhados, por quanto tempo iriam permanecer em acolhimento, e o que iria lhes acontecer. Portanto, no seu dia-a-dia, vivenciam o total desconhecimento de decisões que os envolvem diretamente, e possuem poucas oportunidades para que suas opiniões sejam consideradas na organização das regras e rotinas institucionais. Isto parece contribuir para que não reconheçam estas instituições como local de pertença.

Ao completarem 18 anos e estão em vias de serem desligados da instituição onde se encontram, demonstram insegurança e também desconhecimento sobre seu futuro. Não identificamos ações que os preparem para essa nova fase de transição em suas vidas. Afirmam que se sentem inseguros e dependentes institucionalmente. Não conseguem pensar em como vão lidar com as questões do dia-a-dia, pois desde crianças estão acostumados a depender destas instituições para resolver as coisas mais simples. Essa constatação nos leva a concordar com Rossetti-Ferreira e sua equipe quando analisam a questão da falta de informação sobre as decisões e os encaminhamentos que afetam as crianças e os adolescentes em serviços de acolhimento: “(…) Pode ser muito angustiante para a criança e o adolescente viverem sob tamanha imprevisibilidade e desconhecimento de decisões e encaminhamentos que os afetam tão diretamente” (2011, p.369).

Nesse sentido, parece-nos de fundamental importância compreender os adolescentes como sujeitos de direitos, que podem e devem participar ativamente no contexto em que vivem. Nesta tese procuramos priorizar as suas perspectivas, reconhecendo que suas opiniões devem ser levadas em consideração nos assuntos

que os afetam, sendo necessário, ao contrário das práticas registradas na pesquisa, que sejam informados e que tenham espaços de participação. Um desafio que nos parece ainda longe de ser superado.

Um aspecto que chamou atenção em muitos de seus depoimentos diz respeito a se verem como esquecidos nestas instituições, parecendo que ninguém se preocupa com eles. Mesmo assim, é interessante que todo o tempo tenham demonstrado preocupação com o estudo, com o trabalho e em maneiras de participar do contexto em que viviam. Narram que deveriam ter mais oportunidades e serem consultados sobre as questões que os envolvem nestas instituições. Meus registros de campo em vários pontos sinalizam: *Acolhimento, adolescentes, direito à participação? De que forma?* Essa preocupação deles pode indicar, mesmo que de maneira inconsciente, uma forma de resistência a essa condição de se sentirem deixados para trás, como se estivessem perdendo tempo da vida nestas instituições, além dos seus desejos de ter uma vida melhor.

A visita a uma das instituições pesquisadas, no horário matutino, deixou-me uma imagem triste destes meninos e meninas dentro da instituição, - sem oportunidades de crescerem, sem escola, sem cursos e sem trabalho; talvez de fato esquecidos. As atividades que os envolviam eram a limpeza da casa, as rotinas de higiene e alimentação, além das atividades livres, como conversar com os outros adolescentes, jogar bola no pátio, assim como jogar o totó, brinquedo disponível na instituição. Ao que parece procuravam de alguma forma nas atividades disponíveis conferir sentido as suas vidas.

A pesquisa nos permitiu apreender, que, apesar das mudanças e avanços registrados nos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes nas últimas décadas, como explicitamos anteriormente estes estão longe de cumprir sua função de proteger, acolher, assegurar direitos, fortalecer os vínculos familiares com vistas a promover a reintegração com a maior brevidade possível. Em síntese, observamos que estas dificuldades se delinham das seguintes formas:

- A questão da reintegração familiar dos adolescentes pode se tornar um processo difícil pelos próprios motivos que ocasionaram o encaminhamento deles para estas instituições, como por exemplo, as situações de negligência, abandono e a falta de condições materiais.

Outro aspecto observado diz respeito à dificuldade por parte das instituições para a realização de um trabalho contínuo com essas famílias. Constatamos que a falta de recursos econômicos por parte dos pais para visitarem com mais frequência os filhos, assim como a dificuldade de conciliação do horário de trabalho com os horários de visitas nas instituições poderiam ser prejudiciais para o fortalecimento dos vínculos familiares. Outro ponto de reflexão está relacionado à necessidade de ações integradas e de apoio a essas famílias por parte das diferentes instâncias das políticas sociais públicas, como aponto a seguir;

- Constatei que há uma reduzida articulação entre as instâncias envolvidas nesta área, e atores do sistema de garantia de Direitos. A equipe técnica das 3 instituições de acolhimento pesquisadas se relaciona com as seguintes instituições: O Poder Judiciário, O Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), as políticas de saúde, de educação, de trabalho e de renda. No entanto, a articulação ocorre muito mais como um esforço pessoal das equipes técnicas do que em consonância com as diretrizes das legislações e políticas vigentes;
- A partir da minha observação participante, pude verificar dificuldades para que o Plano Individual de Atendimento (PIA) fosse realizado de forma gradativa, com a participação do adolescente e sua referência familiar. Isso indica que as equipes parecem estar mais preocupadas em cumprir os prazos e preencher os dados, procurando conferir uma homogeneidade em detrimento a singularidade e diversidade de cada adolescente atendido;
- No que diz respeito às dificuldades sócio econômicas vivenciadas pelas famílias ou referências afetivas destes adolescentes, observamos que a falta de condições materiais por parte das famílias está entre os 3 principais motivos de acolhimento dos adolescentes que participaram desta pesquisa. Como é sabido, a condição de pobreza não deveria ser

motivo que leve aos serviços de acolhimento, como claramente estipulado na normativa nacional;

- Alguns adolescentes narraram quanto a certo pouco caso e por vezes um tratamento mais rígido, pouco acolhedor por parte dos funcionários das instituições. Isto indica um despreparo destes profissionais para lidar cotidianamente com estes adolescentes.

Certo dia, durante o meu trabalho de campo, um educador social dialogava com a cozinheira da instituição de acolhimento. Ao me aproximar continuou a se expressar, permitindo que o escutasse: “Já chamei Rosa Azul pra conversar como faço com minha filha, mas não adianta não! Cada hora está de um jeito! Tem dia que está carinhosa, outro dia reclama porque eu cheguei na instituição, está respondona! Não quer fazer as atividades! Se pudesse, eu fazia como faço com minha filha!” (Registros de campo, 2016). Este registro me fez refletir sobre o fato de que os educadores muitas vezes acabam atuando de acordo com as suas próprias referências, nesse caso específico se remetendo a sua experiência no âmbito doméstico com sua filha.

Gostaria de encerrar essa tese com as vozes dos adolescentes, com quem tanto aprendi. Assim, destaco abaixo uma relação das dificuldades vivenciadas por eles no seu cotidiano institucional. De acordo com os depoimentos dos 16 adolescentes com quem convivi no período de realização da tese, eles e elas afirmaram que:

- Sentem-se “esquecidos”;
- Permanecem por muito tempo em acolhimento;
- Têm poucas oportunidades de aprendizado e trabalho;
- Em uma das instituições, não é permitido guardar os seus pertences com eles;
- Não são informados e consultados quanto ao seu destino;
- Sentem falta de uma acolhida mais cuidadosa quando chegam às instituições;
- Precisam esperar muito para as famílias serem informadas sobre a instituição que estão;
- Querem mais diálogo e mais escuta;

- As rotinas e horários são definidos pela instituição;
- As regras são rígidas;
- Podem escolher apenas dentre as atividades que já foram previamente definidas pelas instituições;
- Não podem sair sozinhos;
- Recebem punições quando apresentam comportamento indevido, na maioria das vezes de forma autoritária;
- Não gostam de ir para o quarto dormir sem sono;
- Ficam com tempo ocioso;
- Ficam insatisfeitos com apenas a oferta de rosquinhas nos cardápios dos lanches de duas instituições;
- Dependem da escolha e decisões de adultos e funcionários das instituições;
- Tem poucos passeios;
- Dependem destas instituições para sobrevivência;
- Perdem muito tempo de suas vidas enquanto estão acolhidos;
- Estão longe de suas famílias ou referências afetivas;
- Sentem falta de uma família ou alguém que possam contar;
- Não podem voltar logo para casa;
- Não têm um trabalho de preparação para a futura saída da instituição ao completarem 18 anos.

No que pesem as dificuldades apontadas, apreendemos igualmente nesta pesquisa que estes meninos e meninas reconhecem aspectos de relevância na vivência em acolhimento. Contam que o estar em acolhimento possibilita um local de moradia. Por vezes são também espaços de proteção, principalmente se considerarmos as situações de violência que vivem antes da entrada nestas instituições. Eles nos fizeram ver que pode haver possibilidades de construir novos vínculos afetivos, principalmente entre eles e com alguns funcionários e voluntários que os visitam nestas instituições. Para alguns, os atendimentos com as assistentes sociais e psicólogas os auxiliaram a refletir sobre possíveis mudanças para fazer suas vidas melhorarem. Indicaram também a possibilidade de poder voltar para suas famílias ou referências afetivas. Pois, queriam conviver

com as famílias, ter uma referência, um lar, uma proteção, alguém que pudessem contar. Registraram que apesar ser em poucas vezes, podiam optar quais atividades domésticas e externas (quando haviam) queriam fazer, mas apenas sentiam satisfeitos por serem chamados a participar das audiências no Poder Judiciário, mesmo que suas opiniões não fossem levadas em consideração. O fato de lhes explicarem sobre o andamento de seus processos e lhes darem atenção, por pouco que seja, foi reconhecido por eles como um aspecto positivo.

Considerando que o processo de pesquisa e produção do conhecimento não se esgota frente à complexidade do objeto pesquisado, nossa ideia nesta tese foi de contribuir com reflexões que possam ampliar e aprofundar o olhar daqueles que vêm estudando esta temática empreendida nesta pesquisa, principalmente no que tange a importância de práticas e ações que enfoquem o direito a participação dos adolescentes e os ofereça um atendimento de qualidade. Como qualquer pesquisa, ela segue aberta a novas reflexões e futuros estudos.

6

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. W. **Cenas Juvenis Punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Editora Scritta, 1994.

_____. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: **Juventude e adolescência no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

_____. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto de cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2008.

ALERJ. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. **Relatório Anual da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj**, 2015.

ALMEIDA, T. L. **Hupomnêmata**: registro de histórias de vida de adolescentes em acolhimento institucional como escrita de si. Campinas, 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Unicamp.

ARPINI, D. M. Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, 2003, 21 (3), 70-75. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003.

ASSIS, S.; FARIAS, L. (Org.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.

AZÔR, A. M. G. C. C. V.; VECTORE, C. **Abrigar/desabrigar**: conhecendo o papel das famílias nesse processo. Estudos de Psicologia I, Campinas, v. 25, n. 1, p. 77-89, jan./mar. São Paulo, 2008.

BENETTI, D. S. **Adolescentes em situação de acolhimento institucional prolongado**: análise do processo de desligamento. São Carlos/SP, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, 2013.

BONFIM, L. M. C. **A sexualidade de adolescentes masculinos com experiência de rua e em situação de abrigo**. Ceará, 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação. Universidade Federal do Ceará.

BORGES, I. K.; MEDEIROS, M. Representações sociais de dst/aids para adolescentes de uma instituição abrigo com experiência pregressa de vida nas ruas da cidade de Goiânia. **Jornal Brasileiro Doenças Sexualmente Transmissíveis**, 16(4): 43-49, 2004.

BOSCHETTI, I. **Seletividade e residualidade na política de assistência social. Novos paradigmas da política social**. Brasília: UNB, 2003.

BOTELHO, A. P.; MORAES, M. C. M. B.; LEITE, L. C. Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 20(1), p.7-16, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

_____. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171**. Brasília, 1993.

_____. Capacita SUAS Caderno 1 (2013). Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais. 1. ed. Brasília: MDS, 2013.

_____. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

_____. Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, 1993.

_____. Lei nº. 12.852 de 05 agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013.

_____. Lei nº.12.010 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção. Brasília, 2009.

_____. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Brasília, 1996.

_____. **NOB/SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica, 2005.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

_____. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria Nacional de Assistência Social, setembro de 2004.

BURGOS, M. B. **25 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente: capítulo importante da democracia brasileira**. Boletim CEDES – julho a agosto de 2015.

BUTLER, U. M.; PRINCESWAL, M. Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. **O Social em Questão**, a. XV, n. 27, 2012, p. 101-126.

CARLOS, D. M. **Fatores de proteção sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica e abrigados – subsídios para a construção da resiliência**. Ribeirão Preto, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências, área Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

CARRANO, P. Juventude e participação no Brasil – interdições e possibilidades. **Democracia Viva**, n. 30, 2006.

_____. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista O Social em Questão**, n. 27. Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, 2012.

_____. Jovens, Escolas e Cidades: Desafios à autonomia e à convivência. – Jovens territórios e práticas educativa. **Revista Teias**, v. 12, n. 26, p. 07-22, set./dez. 2011

_____. **Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens**. Niterói/RJ, 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal Fluminense – UFF.

CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

CONANDA (Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente); CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). **Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009.

COSTA, A. C. P. **Trajetórias sociais de jovens que vivenciaram o processo de desligamento por maioria em abrigos institucionais**. Corumbá, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

DEMO, P. “Focalização” de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a agenda perdida”. **Serviço Social e Sociedade**, n. 76, São Paulo: Editora Cortez, 2003.

FERREIRA, V. V. F. et.al. Crianças e Adolescentes Abridados: Perspectiva de Futuro após Situação de Rua. **Revista Psicologia & Sociedade**, 26(1), 165-174. Universidade Vila Velha: Espírito Santo, 2014.

FIGUEIREDO, J. **Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas**”: histórias de crianças e adolescentes abrigados. Vitória/ ES, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo.

FIGUEIRÓ, M. E. S. S.; CAMPOS, H. R. **Abandono e acolhimento institucional**: estudo de caso sobre maioria e desinstitucionalização. *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 31, n. 72, p. 113-125, jan./mar. 2013.

FREITAS, M. V. **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2013.

GOMES, A. **Política social pública e juventude**: análise dos processos de continuidade e descontinuidade. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

HART, R. **Children’s participation**: from tokenism to citizenship. Florence: International Child Development Centre, UNICEF, 1992.

HONORATO, A. A. S. **O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioria civil**: e agora? São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **Características Gerais da População. Resultados da Amostra**. IBGE 2010.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de Indicadores Sociais 2008**. PNAD 2008.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de Indicadores Sociais 2015**. PNAD 2016.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de Indicadores Sociais 2013**. PNAD 2013.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **Síntese de Indicadores Sociais 2007**. PNAD 2008.

JAMES, A. Conceitos de infância, criança e agência. A Construção de hospitais infantis na Inglaterra como estudo de caso. **Revista O Social em Questão**, n. 21, 2009, Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

JUNQUEIRA, L. V. **Do Direito aos direitos**: uma análise do discurso de crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento institucional. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LECCARDI, C. Por um novo significado do futuro mudança social, jovens e tempo. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v. 17, 2005.

LEÓN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, A. R.; VITALLE, M. A. F. (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUSTOSA, T. Q. O. Pobreza e Exclusão Social. In: **Debates Sociais**. Exclusão Social Novas e Velhas Formas. Rio de Janeiro, a. XXXVI, n. 58, 2001.

MARTINEZ, A. L. M. **Adolescentes no momento de saída do abrigo**: um olhar para os sentidos construídos. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências, área de Psicologia) – Departamento de Psicologia e Educação, Universidade de São Paulo.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: _____.; CASTRO, P. A. (Orgs.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 4, n. 2, 1996.

_____. **O Jogo do Eu: A mudança de si em uma sociedade global**. 2. ed. Editora Feltrinelli, 1992.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 1994.

MORAIS, N. A.; KOLLER, S. H. Um estudo com egressos de instituições para crianças em situação de rua: percepção acerca da situação atual de vida e do atendimento recebido. **Revista Estudos de Psicologia**, 17(3), set./dez., 2012, p. 405-412.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NIMA-PUC. **Formação de valores ético-ambientais para o exercício da cidadania no município de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA), Pontifícia Universidade Católica, Petrobras, Secretaria de Meio Ambiente, 2009.

OLIVEIRA, A. P. G.; MILNITSKY-SAPIRO, C. Políticas Públicas para Adolescentes em Vulnerabilidade Social: abrigo e provisoriedade. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, 2007, 27 (4), p. 622-635. Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, E. A. C. **A Maioridade Construída na "Arte de Viver na Rua": experiências de jovens que percorreram o caminho das ruas, da institucionalização e da desinstitucionalização (Florianópolis-SC)**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil (DIRETRIZES DE RIAD)**, 1990.

_____. **Regras mínimas das Nações Unidas para a proteção de jovens privados de liberdade**. 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude. (Regras de Beijing)**. Resolução 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de novembro de 1985.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscoites**: Jovens, trabalho e futuro. Porto: AMBAR, 2003.

_____. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165.

PEREIRA, E. V. **A Voz da Criança Institucionalizada**: representações sociais de crianças e adolescentes sobre família e abrigo. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (Org.) **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Política Social**: temas e questões. São Paulo, Cortez, 2008.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.). **Política social, família e juventude**: um arquetipo de direitos, 6. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

PINEDA, D. **Acolhimento institucional e modos de subjetivação**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & FJP, Fundação João Pinheiro (2012). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**.

POLÍTICA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PUGGIAN, C.; RAULINO, S. F. Duque de Caxias: Um ambiente de injustiças. In: TENREIRO, A. (Org.). **Duque de Caxias**: a Geografia de um espaço desigual. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro: Ed. Entorno, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). **10º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro 2013**. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). **13º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro 2014**. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

RIZZINI, I. (Coord.). **Pesquisa Políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua: desafios da implementação**. Rio de Janeiro: FAPERJ, Cientista do Nosso Estado, 2014-2017 (CNE FAPERJ, Ref. N° E-26/201.274/2014).

_____. (Coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. et. al. **Acolhendo crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2007.

RIZZINI, Irene. et. al. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. **Revista O Social em Questão**, n. 21, 2012, Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, São Paulo, Loyola, 2004.

RODRIGUES, P. D. **Abrigos provisórios: afetos passageiros? Estudo sobre assujeitamento/resistência em Adolescentes no interior de serviços de acolhimento**. São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et. al. A criança e o adolescente como sujeito ativo e de direitos no processo de acolhimento institucional: uma longa história ainda inacabada. In: _____. **O Acolhimento Institucional na perspectiva da Criança**. São Paulo: Hucitec, 2011.

SANTANA, J. P. et.al. Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2005, 18(1), pp.134-142. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre,2005.

SANTOS, C. P. **A escuta de sujeitos adolescentes que vivenciaram o abrigo:** contribuições psicanalíticas. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SANTOS, M. R. **Duque de Caxias:** um estudo da economia local. In: Duque de Caxias: a Geografia de um espaço desigual. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro: Ed. Entorno, 2015.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALLE, M. A. F. (Orgs.). **Família:** redes, laços e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTORELLI, J. B. **Condições de vida de crianças e jovens que vivem em unidades de abrigo:** a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SERRANO, A. S. Quem são as crianças institucionalizadas e suas famílias? Refletindo sobre os indicadores de abrigo em Ribeirão Preto. In: **O Acolhimento Institucional na perspectiva da Criança.** São Paulo: Hucitec, 2011.

SILVA, E. R. A. (Coord.). **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária:** os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA, 2004. 21

SILVA, M. E. S. **Acolhimento institucional:** a maioria e o desligamento. Natal, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SIQUEIRA, A. C. et.al. **Processo de reinserção familiar:** estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. Estudos de Psicologia, 15(1), jan./abr., 2010, p.07-15, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SOARES, S. M. G. M. **Família – Abrigo – Rua:** construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento. Recife, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.

SPOSATI, A. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da cidade de São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1996.

_____. Os desafios da municipalização do atendimento à criança e ao adolescente: o convívio entre a LOAS e o ECA. **Revista Serviço Social e Sociedade.** n. 46, p. 104-115. São Paulo: Cortez. Dez. 1994.

TENREIRO, A. (Org.). **Atlas Escolar do Município de Duque de Caxias**. 2. ed. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: Editora SME, 2015.

_____. (Org.). **Dentro de um espaço desigual. Duque de Caxias: a Geografia de um espaço desigual**. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro: Ed. Entorno, 2015.

TISDALL, K. Participação social de crianças e adolescentes: dilemas atuais e possibilidades futuras no Reino Unido. **Revista O Social em Questão**. n. 27, 2012, Departamento de Serviço Social da PUC-RIO.

TOMÁS, C.; FERNANDES, N.; SARMENTO, M. Jogos de imagens e espelhos: um olhar sociológico sobre a infância e as crianças em Portugal. In: MÜLLER, V. R. (Org.). **Crianças dos Países de Língua Portuguesa: histórias, culturas e direitos**. Maringá: EDUEM, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE). **Estudos Socioeconômicos dos Municípios** – Edições 2011.

TRILLA, J.; NOVELLA, A. Educación y participación social de la infancia. **Revista Iberoamericana de Educación**, 26, 2001.

UNICEF. **A Convenção sobre os Direitos da Criança 1989**. Brasília, DF, 1989.

_____. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. / Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, DF, 2011.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo**. Brasília. Secretaria Nacional de Juventude, 2015.

_____. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2016.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

7 Apêndices

7.1. Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido



Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **"O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas"**.

I. JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa tem por finalidade a elaboração da tese de doutorado, vinculada à linha de pesquisa: Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais do curso de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). O interesse por este estudo emergiu a partir da trajetória profissional e da pesquisa de mestrado nessa área, permitindo a elaboração de algumas reflexões quanto à participação dos adolescentes nas questões que os afetam durante o acolhimento institucional. Nesse sentido, pretende-se analisar a se os adolescentes possuem espaços de participação no seu cotidiano em serviços de acolhimento em 3 instituições pesquisadas, no município de Duque de Caxias. No que pese os dispositivos legais constituírem-se num avanço para as políticas sociais públicas voltadas a esse segmento social, as quais são concebidas enquanto direito, ainda existem desafios para o

desenvolvimento de ações que reconheçam o seu direito a participação no âmbito das práticas e políticas atuais.

II. OBJETIVO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a partir das perspectivas dos adolescentes se existem possibilidades e espaços de participação, nas decisões que envolvem o seu cotidiano em serviço de acolhimento, nas instituições do município de Duque de Caxias.

III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O projeto prevê a realização das seguintes atividades pela pesquisadora: Levantamento bibliográfico em artigos, dissertações e teses relacionadas a essa temática nos últimos 10 anos, compreendendo o período de 2005-2015; visitas institucionais para conhecer as características das instituições de acolhimento em foco; análise de documentos institucionais, observação participante com utilização do instrumento diário de campo e grupos focais com realização de entrevistas de forma dinâmica e participativa com os adolescentes.

IV. GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou constrangimento.

A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão colocados à disposição da sociedade, uma vez que sejam concluídos os procedimentos legais de sua apresentação.

Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será

arquivada no Departamento de Serviço Social da PUC-RJ e outra será fornecida a você.

V. CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

VI. BENEFÍCIOS E RISCOS RESULTANTES DA PESQUISA

Toda pesquisa se realiza num esforço de evidenciar determinadas expressões da realidade, no entanto, dada a dinamicidade da realidade social, corre-se o risco da produção de conhecimento em caráter aproximado e transitório, necessitando estar em constante reflexão e análise. Entretanto, apesar do reconhecimento dos riscos e as implicações presentes na produção de conhecimento, compreende-se que são inúmeros os benefícios que podem ser propagados neste processo entre estes: a crítica constante dos fatos que se mostram apenas em sua aparência, a produção de conhecimento que pode servir de inspiração para demais produções teóricas e atuações profissionais, bem como, a apropriação de conhecimento por parte da população alvo destes estudos e pesquisas.

No que se refere à ordem individual dos participantes da pesquisa, não se vislumbram riscos a saúde e segurança dos mesmos. Considera-se, por outro lado, a possibilidade de ganhos na medida em que a pesquisa consiga impactar os modos de execução das políticas sociais sobre as quais se dedica a analisar, trazendo potenciais benefícios para o seu público-alvo. Desta forma, esta pesquisa será realizada respeitando os padrões éticos e técnicos exigidos, primando pelo respeito com os sujeitos participantes do percurso de produção de conhecimento, bem como com a qualidade do conteúdo proposto.

VI. I ASSINATURAS DECLARATÓRIAS

Eu, _____

Fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar.

Fui informado (a) sobre a seriedade desta pesquisa e caso necessite, poderei contatar sua coordenação, na pessoa da professora **Irene Rizzini** pelo telefone (21) 99765-9491 ou pelo e-mail ireneri26@gmail.com; ou à pesquisadora responsável, a doutoranda **Adriana Alice Gomes**, pelo telefone (21) 96431-2183 ou pelo email adrianaalicegomes@hotmail.com

Certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Para o termo que segue me proponho a declarar as seguintes questões:

1. Declaro que concordo em participar desse estudo intitulado: "**O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas**".

2. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

3. Declaro que me disponho em ter meus diálogos gravados em entrevista individual e em grupo e que estes serão utilizados **exclusivamente enquanto registro do pesquisador**, sendo assegurado o devido sigilo profissional.

Data: _____ **Local:** _____

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Nome da pesquisadora: Adriana Alice Gomes

Assinatura: _____

7.2. Apêndice 2 – Termo de assentimento



Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa: **"O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas"**.

JUSTIFICATIVA

A partir desta pesquisa se obterá dados para elaboração da tese de doutorado, vinculada à linha de pesquisa: Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais do curso de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). O interesse para sua realização surgiu a partir da trajetória profissional e da pesquisa de mestrado nessa área, permitindo a elaboração de algumas reflexões quanto à participação dos adolescentes nas questões que os afetam durante o acolhimento institucional.

Os adolescentes que irão participar desta pesquisa se encontram em acolhimento institucional no município de Duque de Caxias e possuem a idade de 15 a 18 anos.

II. OBJETIVO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a partir das perspectivas dos adolescentes se existem possibilidades e espaços de participação, nas decisões que envolvem o seu cotidiano em serviço de acolhimento, nas instituições do município de Duque de Caxias.

III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa será feita na instituição, na qual você se encontra acolhido (a) a partir de visitas da pesquisadora, leitura de documentos institucionais, grupo e entrevistas com os adolescentes. Será realizado também levantamento bibliográfico em artigos, dissertações e teses relacionadas a essa temática nos últimos 10 anos, compreendendo o período de 2005-2015.

IV. GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO

Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e não precisa participar se não quiser. A sua participação é voluntária e não terá nenhum problema se desistir.

A sua participação na pesquisa será tratada com padrões profissionais de sigilo e o seu nome ou material que indique a sua participação não será revelado. Os resultados serão publicados, mas sem a identificação dos adolescentes que participaram. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Uma cópia deste assentimento informado será arquivada no Departamento de Serviço Social da PUC-RJ e outra será fornecida a você.

V. CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional.

VI. BENEFÍCIOS E RISCOS RESULTANTES DA PESQUISA

Toda pesquisa se realiza num esforço de evidenciar determinadas expressões da realidade, no entanto, como a realidade social é dinâmica, corre-se o risco da produção de conhecimento em caráter aproximado e transitório,

necessitando estar em constante reflexão e análise. Apesar do reconhecimento dos riscos, também podem ocorrer benefícios, como a crítica constante dos fatos que se mostram apenas em sua aparência, a produção de conhecimento que pode servir de inspiração para outras produções teóricas e atuações profissionais, bem como, a apropriação de conhecimento por parte dos participantes destes estudos e pesquisas.

Considera-se também a possibilidade de ganhos na medida em que a pesquisa consiga impactar os modos de execução das políticas sociais sobre as quais se analisa, trazendo potenciais benefícios para a população atendida. No que se refere à ordem individual dos seus participantes não se vislumbram riscos a sua saúde e segurança.

Desta forma, esta pesquisa será realizada respeitando os padrões éticos e técnicos exigidos, primando pelo respeito com os sujeitos participantes do percurso de produção de conhecimento, bem como com a qualidade do conteúdo proposto.

VII. ASSINATURAS DECLARATÓRIAS:

Eu, _____

Fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar.

Fui informado (a) sobre a seriedade desta pesquisa e caso necessite, poderei contatar sua coordenação, na pessoa da professora **Irene Rizzini** pelo telefone (21) 99765-9491 ou pelo e-mail ireneri26@gmail.com; ou à pesquisadora responsável, a doutoranda **Adriana Alice Gomes**, pelo telefone (21) 964312183 ou pelo email adrianaalicegomes@hotmail.com

Certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Para o termo que segue me proponho a declarar as seguintes questões:

1. Declaro que concordo em participar desse estudo intitulado: "**O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas**".

2. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

3. Declaro que me disponho em ter meus diálogos gravados em entrevista individual e em grupo e que estes serão utilizados **exclusivamente enquanto registro do pesquisador**, sendo assegurado o devido sigilo profissional.

Data: _____ **Local:** _____

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Nome da pesquisadora: Adriana Alice Gomes

Assinatura: _____



Roteiro de entrevista com os adolescentes

I- O perfil do adolescente:

- 1.1. Qual a sua idade:
- 1.2. Gênero: () masculino () feminino
- 1.3. Como você se considera: Branco () Pardo () Negro () Amarelo () Indígena ()
- 1.4. Você possui documentação:
Em caso positivo, quais são:
- 1.5. Você sabe ler e escrever:
- 1.6. Frequenta a escola:
Em caso positivo, qual sua fase escolar:

Em caso negativo, estudou até que fase:

1.7. Porque você veio para esta instituição:

Quando foi:

1.8. Você já permaneceu nas ruas:

Se permaneceu, por quanto tempo:

1.9. Esteve em acolhimento anteriormente a ser inserido nesta instituição:

Em caso positivo, em quais instituições:

1.10. Possui referência familiar ou com grupo de amigos:

Se possui, quais são:

1.11. Recebe visitas:

Se recebe, de quem e qual a frequência:

1.12. Você possui irmãos em acolhimento institucional:

Em caso positivo quantos:

Tem contato com eles:

1.13. Você apresenta algum problema de saúde:

Em caso positivo, qual:

Realiza tratamento:

1.14. Faz ou já fez uso de álcool e outras drogas:

Em caso positivo, realizou ou realiza algum tratamento em dependência química:

1.15. Já trabalhou ou trabalha atualmente:

Se trabalha, qual sua posição ou função:

Possui vínculo empregatício:

Qual a renda que recebe:

1.16. Participa de algum programa de Jovem-aprendiz:

Em caso positivo, qual:

Qual a posição ou função:

Qual o valor da bolsa recebida:

II- O adolescente e sua participação nas decisões que os afetam no acolhimento institucional

2.1. Inserção na Instituição

2.1.1. Você sabia que viria para esta instituição? Conte-me como foi sua chegada?

2.2. Rotinas e regras institucionais

2.2.1. Quais as atividades que você tem na instituição? Você participa da organização dessas atividades? De que forma?

2.2.2. Você participa da construção das regras e normas institucionais? Em caso positivo, de que forma?

2.3. Atividades externas a instituição

2.3.1. Você participa de alguma atividade na comunidade? Em caso positivo, você escolheu qual atividade que gostaria de participar?

2.3.2. O que você faz quando tem tempo livre?

2.4. Convívio com a família e grupo de amigos

2.4.1. Como é a sua relação com sua família?

2.4.2. Você teve alguma experiência de participação na instituição nas questões relativas ao seu convívio com sua família? Pode me contar?

2.5. Preparação para a vida fora da instituição

2.5.1. Você participa na instituição de alguma atividade que lhe oriente para a sua saída? Em caso positivo, qual?

2.5.2. Quais os receios e coisas positivas que você sente em relação a sua saída?

2.5.3. O que você acha que a instituição pode fazer para ajudar os adolescentes que saem quando completam 18 anos?

III. A perspectiva do adolescente sobre o acolhimento institucional

3.1. O que é o acolhimento institucional para você?

3.2. O que mais gosta e o que menos gosta de fazer na instituição?

3.3. Se pudesse modificar algo no seu convívio em acolhimento, o que modificaria?

3.4. Em que a instituição contribui para sua vida (de positivo ou negativo)?

7.3.**Apêndice 3 – Apresentação de intenção de pesquisa**

Duque de Caxias, 05 de novembro de 2014.

À
Instituição:

Assunto: Apresentação de intenção de pesquisa

Prezada Coordenação e equipe técnica,

Pelo presente, apresentamos a intenção de pesquisa, intitulada: "**O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas**" que vem sendo realizada pela aluna do curso de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) - assistente social Adriana Alice Gomes. Esta pesquisa tem por finalidade a elaboração da tese de doutorado, vinculada à linha de pesquisa: Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais sob a orientação da professora Dra. Irene Rizzini.

Por meio desse estudo a aluna procurará analisar a perspectiva dos adolescentes quanto a sua participação nas questões que envolvem o seu cotidiano nas instituições de acolhimento, no município de Duque de Caxias.

Para tanto, pretende realizar um estudo de campo exploratório nas 03 instituições de acolhimento existentes nesse município que incluem no seu perfil de atendimento adolescentes, na faixa etária de 15-18 anos, por meio de contatos com a equipe de trabalho destas instituições, análise de documentos, assim como entrevistas em grupo com os adolescentes atendidos durante o período de coleta de dados.

Vale ressaltar que será garantida a privacidade do participante, a confiabilidade dos dados coletados na instituição, assim como cautela e tratamento ético na elaboração do roteiro de entrevistas e na forma como as perguntas serão realizadas.

Os contatos da pesquisadora são: telefone celular - 9643-12183 / email adrianaalicegomes@hotmail.com e o telefone do Departamento de Serviço Social da PUC – 3527-1290.

Atenciosamente.

Adriana Alice Gomes / Doutoranda em Serviço Social – PUC/RJ.

7.4.**Apêndice 4 – Roteiro preliminar de entrevista com técnicos ou coordenadores****I- Caracterização da Instituição****1.1- Perfil da instituição**

1.1.1. Instituição:

1.1.2. Endereço:

1.1.3. Localização em área residencial: () sim () não

1.1.4. Natureza: () governamental () não governamental

1.1.5. Está vinculada a que Órgão:

1.1.6. Possui convênios? () sim () não Quais:

1.1.7. Ano de início de funcionamento:

1.1.8. Modalidade:

1.1.9. Instituição ou instituições que encaminham os adolescentes:

1.1.12. Instituições com as quais mais se relaciona:

1.1.13. Público Alvo:

1.1.14. Número de vagas:

1.1.15. Média de Permanência do adolescente na instituição:

1.1.16. Motivo do acolhimento:

1.2- Infraestrutura

1.2.1. Serviços existentes nas proximidades da instituição:

1.2.2. Condições de acesso à água, luz elétrica e esgotamento sanitário:

1.2.3. Instalações físicas:

1.2.4. Número de banheiros:

1.2.5. Separados, em caso de instituição mista () sim () não

1.2.6. Banheiros adaptados () sim () não

1.2.7. Rampa de acesso () sim () não

1.2.8. Número de dormitórios:

1.2.9. Quantos adolescentes em cada dormitório:

1.2.10. Armários personalizados () sim () não

1.2.11. Sala de atividades () sim () não; sala de estar () sim () não; sala para leitura () sim () não; outras:

1.2.12. Número de cozinhas:

Despensa () sim () não; refeitório () sim () não

1.2.13. Quadra () sim () não; área livre () sim () não; outras:

1.2.14. Televisão () sim () não, quantas:

DVD () sim () não, quantos:

Som () sim () não, quantos:

1.2.15. Jogos educativos () sim () não

1.3- Recursos Humanos

1.3.1. Equipe Profissional

1.3.2. Coordenador:

1.3.3. Equipe técnica:

1.3.4. Educador/cuidador:

1.3.5. Auxiliar de educador/cuidador:

1.3.6. Outros:

1.3.7. A equipe profissional possui vínculo empregatício () sim () não; qual o tipo:

1.3.8. Existe voluntário: () sim () não, quantos: quais atividades desempenham:

1.4- Recursos financeiros

1.4.1. Públicos:

1.4.2. Parcerias:

1.4.3. Doações (tipos):

7.5.**Apêndice 5 – Grupo de aproximação com os adolescentes**

O grupo será iniciado com uma dinâmica para quebrar o gelo com a utilização de uma bola, a qual foi escolhida para simbolizar a brincadeira.

A pesquisadora irá segurar a bola, informar seu nome e jogá-la para outro participante que deverá também dizer seu nome ou como gosta de ser chamado e assim sucessivamente até que esta retorne para a mesma que fará outras perguntas, como a cor que mais gosta (questões gerais que não guardem relação com a intimidade). Na última rodada, será explicado que cada adolescente seguindo essa linha de questões mais gerais irá escolher uma pergunta para fazer e de forma aleatória passar a bola. Ao final será explicado que essa brincadeira objetiva reafirmar a identidade de cada um, individualizando-os, aproveitando para fazer um link com a pesquisa, ressaltando o entendimento de cada um como sujeito de direitos e que das pequenas as maiores coisas precisamos lidar com escolhas, convidando-os para refletir a esse respeito.

Com base nesse debate, será solicitado aos adolescentes que digam o que pensam sobre o que é poder escolher e o que é não poder escolher. Em seguida a pesquisadora irá distribuir folhas, canetinhas, giz de cera, lápis de cor e pedir para desenharem algo que lhes chama atenção na instituição (positivo ou negativo), paralelamente irá distribuir um lanche e posteriormente cada um apresentará o seu desenho.

Será finalizado com agradecimentos pela participação e verificando quem gostaria de participar de entrevista com essa pesquisadora, deixando agendado.